

**DESVELANDO
A FARSA
COM O NOME
de** **CRISE**

**UMA ANÁLISE DO
CAPITAL FINANCEIRO
PELA ECONOMIA POLÍTICA**

PELA ECONOMIA POLÍTICA

**BRUNO LIMA ROCHA
ANDERSON SANTOS**

**EDITORA
DERIVA**
www.deriva.com.br



Capa e diagramação: Liro Editora Livre

D478 Desvelando a farsa com o nome de crise: uma análise do capital financeiro pela economia política / Bruno Lima Rocha; Anderson David Gomes dos Santos (orgs.) – Porto Alegre: Deriva, 2014.

206f. ; 14x21 cm.

ISBN 978856262890-0

1. Economia . 2. Economia Política 3. Ciência Econômica.
I. Rocha, Bruno Lima. II. Santos, Anderson David Gomes dos

CDU 338.2

Ficha catalográfica elaborada por Rosângela Broch Veiga – CRB
10/1734



SUMÁRIO

PREFÁCIO

CÉSAR BOLAÑO.....5

INTRODUÇÃO ARQUEOLOGIA DE IDEIAS: A ANCESTRALIDADE RECENTE DO NIEG E ALGUMAS RAZÕES PARA ESTE LIVRO

BRUNO LIMA ROCHA.....7

PARTE 1 – O MARCO GERAL DO DEBATE

CAPÍTULO 1 ANÁLISE DOS DESENHOS DE ESTADO E SUA DEFINIÇÃO MACROECONÔMICA: A VERSÃO LATINO-AMERICANA DOS MODELOS NEOLIBERAL E DESENVOLVIMENTISTA

BRUNO LIMA ROCHA E ANDERSON DAVID GOMES DOS SANTOS.....12

CAPÍTULO 2 CRÍTICA DE UM PARADIGMA “APARADIGMÁTICO” COM BASES NA ESCOLHA RACIONAL E NO JOGO DE SOMA ZERO

BRUNO LIMA ROCHA E ANDERSON DAVID GOMES DOS SANTOS.....31

CAPÍTULO 3 CAPITAL, INFORMAÇÃO E ECONOMIA DIGITAL: AS MÚLTIPLAS FACES CONSTITUTIVAS DA GLOBALIZAÇÃO CORPORATIVA DO CAPITALISMO

BRUNO LIMA ROCHA, MÁRCIA TURCHIELLO ANDRES E

ANA MARIA OLIVEIRA ROSA.....53

CAPÍTULO 4 CONSTRANGIMENTOS ÀS MUDANÇAS ESTRUTURAIS: ANÁLISE DA POLÍTICA ECONÔMICA DA PASSAGEM DE GOVERNO DE FERNANDO HENRIQUE PARA LULA

BRUNO LIMA ROCHA E ANDERSON DAVID GOMES DOS SANTOS.....73

PARTE 2 – O MARCO ESPECÍFICO DO DEBATE

CAPÍTULO 5 O JORNALISMO ECONÔMICO COMO PORTA-VOZ DO CAPITAL FINANCEIRO

BRUNO LIMA ROCHA, ANA MARIA ROSA,

ALEXON GABRIEL JOÃO E RAFAEL CAVALCANTI BARRETO.....92

CAPÍTULO 6 Os comentários sobre a “crise” nos blogs de Sardenberg e Miriam Leitão: análise dos opinantes do conglomerado líder Marta Reckziegel, Anderson David Gomes dos Santos e Bruno Lima Rocha.....	110
CAPÍTULO 7 Uma análise fílmica da “farsa com nome de crise”: o audiovisual como linguagem síntese do roubo do século Ivan Lemos Santos, Bruno Lima Rocha e Anderson David Gomes dos Santos.....	137
CAPÍTULO 8 O papel da comunicação e da mídia na crise de superprodução: reflexividade informação e ideologia no caso da bolha imobiliária irlandesa Henry Silke e Phascal Preston.....	156
SOBRE OS AUTORES.....	200

PREFÁCIO

Karl Polanyi começa seu célebre *A grande transformação*, onde discute as origens da crise geral que passava o mundo em 1944, com um emblemático capítulo sobre “a paz dos 100 anos”, que antecedeu as grandes carnificinas da primeira metade do século XX, falando do papel da *haute finance* na estabilização do sistema, não sem guerras, mas sem uma guerra geral entre as grandes potências porque isso seria prejudicial aos negócios. E logo vai discutir todas as tendências que sub-repticiamente iam construindo a trama que conduziria à catástrofe em que a economia de mercado do século XIX sucumbiria por força das suas próprias contradições.

Nós nos acostumamos, a nossa geração, a entender o mundo a partir da realidade construída em Bretton Woods e da inflexão resultante da crise estrutural iniciada nos anos 1970. Os grandes economistas brasileiros, de Furtado a Belluzzo, passando por Conceição Tavares, ajudam a esclarecer o processo em que se gesta a globalização, o neoliberalismo e a hegemonia do capital financeiro. Furtado, em especial, é capaz de entender o conjunto do processo, numa perspectiva histórica ampla e sobre a base de um conceito de cultura sofisticado. Mas há um elemento chave, constitutivo do capitalismo do século XX, sobretudo do pós-guerra, para cuja compreensão é preciso recorrer à Economia Política da Comunicação. Essa é a grande questão do nosso tempo. O capitalismo é um modo de produção crescentemente informático e comunicacional.

Hoje, como na época de Polanyi, todo o problema está relacionado com a transformação do homem e da natureza em mercadoria, essa absoluta inversão entre meios e fins, como diria Furtado. E mais uma vez há uma série de mecanismos sub-reptícios que estão armando a trama de uma nova grande transformação, que, esperamos, seja em direção a um mundo melhor e não a uma nova catástrofe humana e ambiental. Esse é o desafio que devemos

enfrentar os trabalhadores intelectuais e os ativistas de hoje e não há dúvidas de que dois elementos são cruciais para entender bem a trama: a financeirização e a comunicação.

A Economia Política da Comunicação tem discutido pouco a relação entre esses dois elementos. Um dos poucos grupos que têm se dedicado ao tema no Brasil é o CEPOS, que tive a honra de herdar de meu querido e saudoso amigo Valério Brittos. Este livro é um primeiro resultado de uma iniciativa de Valério, quando delegou a Bruno Lima Rocha a criação do NIEG, no interior do CEPOS. Eu próprio tenho escrito sobre o assunto e fiz questão, como coordenador hoje do CEPOS, de preparar este brevíssimo prefácio, empenhando-me em promover a continuidade do NIEG no interior do nosso grupo, atualmente em transição.

Muitas mudanças estão ocorrendo no mesmo, a começar pela sua localização, agora no Observatório de Economia e Comunicação da Universidade Federal de Sergipe (OBSCOM/UFS), onde se integra de forma mais articulada, à Rede Eptic. Bruno, em sua introdução, avançará na descrição mais detalhada do projeto do livro. Meu interesse neste prefácio é apenas reafirmar este compromisso e convidar os leitores a estudar a temática, abrindo os diferentes espaços da Rede Eptic para esse oportuno diálogo.

César Bolaño

(Líder do Grupo de Pesquisa Comunicação, Economia Política e Sociedade - CEPOS)

INTRODUÇÃO

ARQUEOLOGIA DE IDEIAS: A ANCESTRALIDADE RECENTE DO NIEG E ALGUMAS RAZÕES PARA ESTE LIVRO

Este texto é um ensaio a respeito de uma ancestralidade recente, a criação de uma fonte de crítica teórica e ativismo político, indo de encontro à hegemonia do capital financeiro dentro do pensamento econômico vinculado ao status quo. A história é relativamente simples.

Em março de 2011, o Grupo CEPOS, ainda à época liderado pelo saudoso professor e colega Valério Cruz Brittos, delegou-me a tarefa de construir uma proposta ousada, germinada em Seminário Internacional que realizamos junto o Grupo co-irmão Tecmerín, localizado na Universidade Carlos III, no campus de Getafe, Comuna de Madri (Espanha), em janeiro daquele mesmo ano. Na ocasião, ao ser questionado a que tema me dedicava como pesquisador, afirmei que gostaria de analisar as relações cruzadas entre mídia hegemônica (*corporate media*) e a financeirização da economia capitalista, reproduzindo a naturalização do capital na sua forma de bem simbólico. Três meses depois e a ideia que surgira por evidências empíricas e urgências teóricas e políticas toma a forma de um Núcleo de Estudos dentro de um consagrado grupo de pesquisa. Eis que surge o Núcleo Interdisciplinar de Estudos da Globalização Transnacional e da Cultura do Capitalismo (NIEG-CEPOS).

A origem desta preocupação é algo provinciana. Esta se localiza na relação propagandista que os grupos de mídia do Rio Grande do Sul tiveram ao dar suporte ao contrato de empréstimo que o Estado fizera junto ao Grupo Banco Mundial. Naquele momento, corria o mês de novembro de 2007 e publiquei um artigo de opinião afirmando o absurdo do alargue da dívida interna – entre dois níveis de governo (União e RS) – servir de cabeça de

ponte para a internacionalização deste endividamento e a perda da soberania do governo estadual sobre os fundos captados mediante taxaço impositiva. Para minha alegria, deparei-me com outro cidadão – este sim um especialista na matéria – empunhando a lança da razão contra os moinhos do silêncio midiático. Trata-se do fiscal de tributos aposentado João Pedro Casarotto, hoje um dos maiores especialistas em dívida pública interna do Brasil e à época um paladino quase solitário.

O dirigente sindical do fisco fez uma representação explicando todos os motivos e razões para ser adverso ao contrato e enviou o estudo para órgãos de Estado e veículos de comunicação. Dos primeiros, não recebera resposta; e da indústria da mídia, o retorno foi o silêncio. Após este episódio, verifiquei um padrão quando o tema em pauta é o capital financeiro. Os poderes constituídos legalmente não debatem a fundo o modelo de endividamento e as empresas de comunicação silenciam, desinformam e desviam quando as mais simples relações causais por onde os recursos oriundos da materialidade produtiva simplesmente se tornam rarefeitos, passando a existir apenas como dígitos ou certificados de compromisso (como nos títulos da dívida pública). Estudar estas relações implícitas, mas evidentes para especialistas, transformou a indignação em vontade de fazer ciência social comprometida, dentro e fora da academia.

O projeto de nuclear a pesquisa em torno do problema central do capitalismo contemporâneo (reconfigurado pela tecnociência e subordinado aos controladores do capital financeiro) veio ao encontro de um objeto maior do que o escandaloso volume do endividamento brasileiro. Enquanto o orçamento consolidado do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) aponta que o orçamento da União em 2010, por exemplo, teve o total de R\$ 1,414 trilhão, o volume de recursos gastos na rolagem e amortização da dívida foi de 44,93%, equivalentes a R\$ 635 bilhões. Já a dimensão dos derivativos de balcão, os produtos exóticos que representam contratos muitas vezes inexistentes, fórmulas de apostas puramente especulativas que escapam da definição de seus criadores, é assustadoramente maior. De acordo

com a Associação Internacional de Swaps e Derivativos, o valor de face destes, em escala planetária, subiu de US\$ 866 bilhões, em 1987, para US\$ 454 trilhões em 2007. Em vinte anos, uma versão de capital simbólico sem lastro e nem resgate possível tem a dimensão de “valor” equivalente a mais de 32 vezes o Produto Interno Bruto dos EUA, ainda o maior do mundo!

Aumenta o objeto, cresce o tamanho do problema e segue o padrão de domínio. As empresas de mídia brasileiras – e uma boa parte das que estudamos, nós ou colegas da Economia Política da Comunicação em termos globais – silenciam quanto aos fatores causais da “fraude com nome de crise”, como dizem os manifestantes espanhóis do movimento Democracia Real Já! Não por acaso, compreendemos estas companhias – algumas de capital aberto e ações em bolsa – como pilares do *modus vivendi* atual: voltado para o mercado, consumo suntuoso e endividamento em todos os níveis.

Em termos de infraestrutura, o padrão se assemelha. As mesmas plataformas que permitem a comunicação digital em banda larga antes foram desenvolvidas pelas redes interbancárias, possibilitando a compensação e a transferência de recursos em escala global; incluindo a evasão de divisas com origem duvidosa e destino sigiloso, todas devidamente asseguradas nos “paraísos fiscais”. O tráfego de dados binários pode implicar na circulação acelerada tanto de bens simbólicos na forma comunicacional (produtos midiáticos) como em representações de valor na forma simbólica (capital financeiro). Diz-se que no auge das transações de derivativos – na verdade, um Esquema Ponzi de pirâmides em nível global – a cada 4 segundos um operador negociava um pacote de títulos representando uma casa mais de dez vezes hipotecada.

Diante de tanta evidência foi inevitável nos debruçarmos sobre o fenômeno que gerara a maior de transferência de renda da história da humanidade. Eis a ancestralidade e as bases de motivação acadêmica e política para criar o NIEG.

A mídia especializada é parte da crise financeira

A outra motivação deste livro se dá na compreensão de que a mídia corporativa que se debruça na cobertura econômica

é constitutiva tanto da crise como da ciranda financeira. Tal fenômeno vem sendo mais que comprovado e em escala planetária. Em Durban, África do Sul (julho 2012), lá estive a trabalho para atender ao Congresso Mundial de Pesquisadores em Comunicação (IAMCR), em particular de seu grupo de Economia Política.

Nesta área, uma parte considerável de nós está se dedicando a estudar as relações da mídia especializada (“jornalismo” econômico) e a triangulação entre esses comunicadores, analistas de mercado (pró-mercado e contra os reguladores) e os jogadores (apostadores no cassino financeiro).

Particularmente, dedico-me ao tema desde setembro de 2008, havendo difundido as evidências dos estudos por dezenas de veículos publicados em português, castelhano e inglês nos últimos cinco anos. Infelizmente, estamos chegando à mesma conclusão em escala global, o que apenas indica o poder quase absoluto dos agentes financeiros nos dias de hoje. Como se sabe, a partir da década de 1970, com o desenvolvimento das telecomunicações por satélite, o fluxo de bens simbólicos, sejam notícias ou contratos de dívida no curto prazo, trafegam pela mesma infraestrutura instalada.

Materializando, a mesma infovia que traz estas palavras faz trafegar transações financeiras, a maior parte destas sem lastro ou resgate possível. Por vezes, a velocidade transacional é simultânea à da difusão destes negócios. Daí a espalhar boataria e plantar informação é algo vertiginoso.

A conclusão óbvia é que os sistemas de informação e seus informantes se complementam. O resultado é uma lacuna democrática, onde cidadãos de países inteiros não compreendem os enunciados e a maior parte das narrativas sobre a farsa com nome de crise (em escala mundial) sequer expõe as relações de causa e efeito.

Se estas narrativas fossem escritas entre graduandos de comunicação, numa turma de redação jornalística I, por exemplo, todos seriam reprovados, por simplesmente não fazer um mísero lide, omitindo assim fatos, responsáveis, o contraditório e as possíveis consequências.

Vimos demonstrando estas evidências de maneira praticamente irrefutável. Em julho de 2011, no mesmo congresso da IAMCR, este

realizado em Istambul (Turquia), tive a oportunidade de expor o papel nefasto que o Wall Street Journal (News Corp) teve no ataque aos papéis gregos. Na edição de 2012 da IAMCR, apresentamos um estudo sobre como o semanário The Economist, fonte de sabedoria para os “especialistas”, simplesmente omitiu os porquês da “crise” em suas capas editadas no segundo semestre de 2008.

As consequências, como já fora dito acima, são desesperadoras. Em dados aproximados, hoje circulam pelo planeta em títulos, compromissos e obrigações financeiras (com ou sem lastro) valores 356% acima do PIB do planeta! Já a “crise” que ninguém explica os procedimentos de líderes e instituições e seu processo decisório material, torrou US\$ 17 trilhões de dólares, entre queima de capital e transferência direta dos Estados para os bancos privados.

Por tudo isto sobra razões e fatores de motivação para escrevermos em conjunto este primeiro livro do NIEG. Esta obra está dividida em duas partes. Na primeira, um conjunto de quatro textos que trazem “O marco geral para debate”, com reflexões teóricas fundamentais para o entendimento do desenrolar dos acontecimentos a partir da esfera econômica, do desenvolvimento e da aplicação das ideias neoliberais. A segunda traz a especificidade da área comunicacional para o debate, com análises e reflexões sobre como a mídia comunicou sobre o assunto, seja através de colunistas econômicos no Brasil, passando aos documentários que tratam sobre o tema e até a uma colaboração internacional, num texto de pesquisadores irlandeses sobre como os grupos comunicacionais hegemônicos do país trataram a especulação imobiliária.

Boa leitura a todas e todos, e que venham as críticas!

Bruno Lima Rocha

(coordenador do Núcleo Interdisciplinar de Estudos da Globalização Transnacional e da Cultura do Capitalismo – NIEG)

CAPÍTULO 1**ANÁLISE DOS DESENHOS DE ESTADO
E SUA DEFINIÇÃO MACROECONÔMICA:
A VERSÃO LATINO-AMERICANA
DOS MODELOS NEOLIBERAL E
DESENVOLVIMENTISTA**

Bruno Lima Rocha

Anderson David Gomes dos Santos

Resumo: O presente artigo toma como base metodológica a Economia Política, numa vertente de análise crítica, para fazer uma análise das visões do Estado como regulador social na América Latina, tendo como perspectiva as versões aplicadas no subcontinente dos modelos de definição macroeconômica de definição do Ocidente central. Numa primeira parte, são apresentadas as ideias-força e ideias-guia que pautam o debate do neoliberalismo, contra o Estado de Bem-Estar Social e sua versão latino-americana desenvolvimentista. Na segunda parte, apresentamos outra digressão, quando, na segunda metade da década de 1990, os conceitos-chave do neoliberalismo dominavam as discussões e o referencial teórico aplicados em quase todos os níveis e universos de conhecimento.

Palavras-chaves: Economia Política; Modelos de Estado; Constrangimento; América Latina.

Introdução

O presente artigo tem como base teórico-metodológica a Economia Política, numa vertente de análise crítica, para analisar os constrangimentos exercidos sobre os modelos de Estado a serem aplicados nos países da América Latina. Para isso, divide-se em duas partes, em que se analisam as diferentes visões sobre a necessidade (ou não) de ter um Estado que regule

mais a sociedade, incluindo as relações macroeconômicas, e, a seguir, observam-se as versões latino-americanas aplicadas.

Na primeira, apresentam-se as ideias-força e ideias-guia que pautam o debate do neoliberalismo, contra o Estado de Bem-Estar Social e sua versão latino-americana desenvolvimentista. Este último modelo de Estado, com alguma base de regulação social e distributivismo impositivo, atuava como o constrangimento estrutural que termina por condicionar ou animar os regimes democráticos do pós Segunda Guerra Mundial.

Utilizando a exposição de circunstâncias históricas analisadas segundo modelos gerais de regimes democráticos e vocações econômicas do Estado, a narrativa discorre sobre as premissas deste debate aplicadas na sociedade brasileira contemporânea. A conclusão do embate de ideias, dentro das circunstâncias de vitória momentânea do neoliberalismo, implica na flexibilidade de direitos políticos, a limitação do Estado como regulador da sociedade e as consequentes falhas ao aprofundar o exercício dos direitos políticos e as possibilidades de desenvolvimento socioeconômico.

Na segunda parte, apresenta-se outra digressão, quando, a partir da metade da década de 1990, os conceitos-chave do neoliberalismo dominavam as discussões e o referencial teórico aplicados em quase todos os níveis de conhecimento. O Brasil, em particular, vivia a expectativa de ter, após mais de quinze anos, uma moeda estável e governo com grau de coerência elevado. Na política praticada na contemporaneidade, este debate atravessa toda a carga conceitual empregada.

A continuidade deste tópico busca contribuir como esforço do pensamento contestador da base conceitual do neoliberalismo, gerando um conjunto de conceitos capazes de desconstruir um estatuto de verdade com pretensões de inevitabilidade.

As visões do Estado como regulador social e na definição macroeconômica

Entende-se o momento contemporâneo, o Pós-Bipolaridade (a partir de 1989/1991), como posterior ao período de tempo histórico decorrido a partir do Pós-Guerra (1945-1989/1991). Referiremos

aqui aos embates teóricos, filosóficos e programáticos geridos no ocidente capitalista e que trata da conformação do Estado de Bem-Estar Social e da corrente de filosofia política organizada em torno da Sociedade de Mont Pèlerin.

O livro marco desta Sociedade é *O Caminho da Servidão*, publicado 1944, do austríaco Friedrich Hayek (1899-1992), pioneiro desta junto ao também economista Milton Friedman (1912-2006). A instância de discussão localizada em uma pequena cidade da Suíça conformou um verdadeiro centro nervoso do liberalismo em suas manifestações de políticas econômicas e filosofia política para países centrais.

Nessa perspectiva é fundamental compreendermos o papel de um centro decisório, do acúmulo de massa crítica, da política de alianças através de *policy makers* ocupando postos-chave em centros de saber e, futuramente, de decisão global. Para tanto, é relevante conhecer a caracterização da primeira reunião convocada dois anos após o fim da Segunda Guerra e em plena execução do Plano Marshall na Europa, destruída pelo conflito bélico. Paulani explica a gênese do movimento conhecido por neoliberalismo:

Na certidão de nascimento do movimento, o ano de registro é 1947, ocasião em que Hayek convoca, para uma reunião em Mont Pèlerin (Suíça), aqueles que compartilhavam seu credo. Dentre os que acorreram ao chamado, encontravam-se Milton Friedman, Karl Popper, Lionel Robbins e Ludwig Von Mises. O propósito da Sociedade de Mont Pèlerin era combater o keynesianismo e o solidarismo reinantes e preparar as bases para um novo capitalismo no futuro, um capitalismo duro e livre de regras. Para esses crentes nas inigualáveis virtudes do mercado, o igualitarismo promovido pelo estado do bem-estar destruía a liberdade dos cidadãos e a vitalidade da concorrência, da qual dependia a prosperidade de todos.¹

O chamado Estado de Bem-Estar Social marcou um período de prosperidade econômica e social, com fatores de ordem econômica e

1. PAULANI, Leda Maria. Neoliberalismo e Retórica: O capítulo brasileiro. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 32, 2004, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: ANPEC, 2004. p. 4.

política agindo como determinantes deste período de prosperidade.² Foi este o modelo de arranjo macroeconômico combatido pelo neoliberalismo desde seu nascedouro. Os membros da Sociedade de Mont Pèlerin apontavam como alvo de suas críticas o pacto social e produtivo, que nos Estados Nacionais tiveram papel decisivo.

Duas razões foram fundamentais para a crítica dos defensores do neoliberalismo: a implantação do *Welfare State* (e a posterior generalização de suas atividades); e a expansão até então sem precedentes dos gastos públicos, o que de sua parte garantia a ampliação contínua da demanda agregada, criando horizontes favoráveis para o cálculo capitalista do setor privado. Segundo Mattos, “a maior participação dos Estados Nacionais nas economias capitalistas desenvolvidas manifestou-se também através da expansão do emprego público, em contexto de ampliação das atividades reunidas no Estado de Bem Estar Social”.³ Na contraofensiva dos liberais a este pacto dentro do capitalismo do Ocidente configuram-se os marcos ideológicos e políticos para professar o pensamento econômico de seus fundadores. Para compreender a formação do pensamento econômico neoliberal é importante a seguinte contribuição de Paulani:

Depois da desastrosa experiência da crise de 29, vai ganhando força uma prática intervencionista do Estado que encontra sua matriz teórica na *Teoria Geral do Emprego do Juro e da Moeda*, que Keynes publica em 1936. Cria-se, com isso, uma espécie de consenso a respeito da necessidade de certa regulação externa ao próprio sistema, que soma à perda de espaço social já experimentada concretamente pelo liberalismo [...]. As ideias implícitas no referido consenso encontraram seu habitat natural no estado do bem-estar social, no controle keynesiano da demanda efetiva e na regulação fordista do sistema e o capitalismo deslanchou tranquilo por três décadas, crescendo de modo sustentado em todo esse período.⁴

2. MATTOS, Fernando Augusto. Decomposição da taxa de crescimento d nível de emprego dos Estados Unidos e da União Europeia desde o pós-guerra. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 29, 2001, Salvador. **Anais...** Salvador: ANPEC, 2001.

3. Ibid., p. 3.

4. PAULANI, Leda Maria, op. cit., p.3.

Nesse contexto, autores como Hayek e Friedman se destacaram no combate ao chamado “consenso keynesiano”. É importante compreender o significado desde consenso, arranjo das forças políticas, econômicas e sociais organizadas que, segundo Machado, pode ser resumido em três orientações básicas:

1º) Defesa da economia mista, com forte participação de empresas estatais na oferta de bens e serviços e a crescente regulamentação das atividades do setor privado por meio da intervenção governamental nos diversos mercados particulares da economia;

2º) Montagem e ampliação do Estado do Bem-Estar (Welfare State), garantindo transferências de renda extramercado para grupos específicos da sociedade (idosos, inválidos, crianças, pobres, desempregados etc.) e buscando promover alguma espécie de justiça distributiva;

3º) Política macroeconômica ativa de manipulação da demanda agregada, inspirada na teoria keynesiana e voltada, acima de tudo, para a manutenção do pleno emprego no curto prazo, mesmo que ao custo de alguma inflação.⁵

Na virada da década de 1970 para a de 1980, a corrente de pensamento econômico, filosófico e político conhecida por neoliberalismo vem a ser vitoriosa, a partir do êxito nas eleições da Inglaterra (com Margareth Thatcher, em 1979) e dos Estados Unidos (com Ronald Reagan, em 1980), antes precedido pela experiência dos primeiros anos do governo ditatorial de Pinochet no Chile. Na sequência do fim da Bipolaridade, tal vitória se transforma numa hegemonia em termos globais, influenciando nos desenhos institucionais do ente estatal em todo o Ocidente. A contrapartida do “consenso keynesiano” pode ser vista no chamado “receituário neoliberal” básico.

5. MACHADO, Luiz. Milton Friedman e a Escola de Chicago. **COFECON**. Brasília. 20 nov. 2011. Disponível em: <http://www.cofecon.org.br/index.php?Itemid=114&id=433&option=com_content&task=view>. Acesso em: 08 jun. 2008.

A relevância dessas duas vitórias políticas pode ser compreendida pelo momento vivido na década de 1970 pelos operadores políticos e acadêmicos dos países desenvolvidos do ocidente capitalista. A este respeito, segundo Cunha, Ferrari e Caldeira:

A partir dos anos 1970 o “consenso keynesiano” foi quebrado na academia e na política. Inflação e desemprego em alta minaram a confiança em torno da alegada capacidade dos *policymakers* realizarem, através das políticas fiscal e monetária (especialmente a primeira), a sintonia fina dos ajustes macroeconômicos. Para as novas gerações de acadêmicos não existia mais o fantasma do esfacelamento da sociedade pelas forças indomáveis dos mercados livres.⁶

Este novo consenso macroeconômico tinha base na teoria das expectativas racionais e “na ideia de que a política macroeconômica ativa seria redundante, porque estava sujeita a antecipação por parte dos agentes econômicos”.⁷

O marco de comparação se dá entre o Estado Neoliberal e o de Bem-Estar. No caso do subcontinente latino-americano, especificamente, através de sua versão Nacional-Desenvolvimentista. O período de tempo do Estado Neoliberal latino-americano é o das décadas de 1990 e 2000, antes do advento dos novos governos nacionais e intervencionistas. É interessante observar os efeitos políticos e societários, a partir do receituário aplicado na década de 1990 na América Latina, generalizados em Barone:

Os processos de fragmentação social avançam e consolida-se o desemprego estrutural, que converte aos trabalhadores em informais, auto-empregados e lúmpen. As cidades e os campos povoam-se de favelas de emergência, e as sociedades se polarizam entre muito ricos e muito pobres, liquidando paulatinamente a classe média. Os efeitos do neoliberalismo são similares aos vividos pelos agricultores e a pequena manufatura

6. CUNHA, André Moreira; FERRARI, Andrés; CALDEIRA, Mirelli Malaguti. A Argentina e o novo desenvolvimentismo. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 35, 2007, Recife. **Anais...** Recife: ANPEC, 2007. p. 2.

7. *Ibid.*, p. 2.

domiciliária no alvorecer do capitalismo, que viram como o emergente mercado capitalista exigia a intervenção do Estado Vitoriano, para converter aos camponeses deslocados de suas terras e aos trabalhadores deslocados em criminosos graças à “lei de vagância” que os enviava às “WorkHouse” a produzir gratuitamente o fundo de reprodução para o nascente capital.⁸

O início de uma contra-hegemonia na América Latina em relação ao domínio neoliberal teria como marco o governo de Hugo Chávez, a partir de 1998, na Venezuela, acentuando este perfil anti-neoliberal após a derrota do intento de golpe de abril de 2002. O avanço das propostas de regulação social através de intervenção estatal macroeconômica também é parte do advento das eleições de esquerdas na América Latina.

Premissas de análise e desenhos de Estado

A posição do pesquisador-autor é vista por nós como elemento central na produção do conhecimento. Seguindo uma tradição de análise multicausal, aprofunda-se o tema e se assume uma perspectiva renovada da forma de análise, proposta por Casanova, que parte de um ponto de vista que recusa a comparação entre tipos ideais de desenvolvimento econômico nos países centrais e as supostas “anomalias” ocorridas nos países latino-americanos.⁹

Casanova afirma ainda que estas comparações têm “função programática, utópica e ritual” e prevê a tarefa urgente de confrontar os modelos jurídicos ortodoxos, oficiais, com a realidade.¹⁰ Assim, com base nessas observações, expomos o seguinte modelo de análise:

I – A relação da estrutura política formal, os modelos teóricos e jurídicos de governo, com a estrutura real de poder;

8. BARONE, Víctor. **Globalización y Neoliberalismo**. Elementos de una crítica. Assunção: BASE-IS, 1998. p. 16.

9. CASANOVA, Pablo González. **A Democracia no México**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967.

10. *Ibid.*, p. 8-9.

II – A relação do poder nacional, o Estado-Nação, com a estrutura internacional;

III – A relação da estrutura do poder com a estrutura social, com os grupos macrossociológicos com os estratos, com as classes.

Reforça-se a ideia de que os modelos de Estado e as formas de desenvolvimento econômico e democrático aplicados na América Latina não são anômalos perante as democracias do ocidente central. Assim, a utilização dos modelos de Estado aplicados no debate sobre as democracias realmente existentes encontra no cenário latino-americano sempre uma reinvenção e readequação dos modelos de tipos-ideais.

Para entrar na origem do debate vale observar a comparação de propostas e funcionamento do Estado capitalista segundo as críticas de Przeworski para a visão keynesiana e liberal, em que o novo na ideologia (neo)liberal é o papel dominante desempenhado pela teoria econômica de cunho técnico”.¹¹ Assim, pode-se afirmar a dificuldade de analisar o Estado se partirmos dos conceitos hegemônicos influenciados pela ciência econômica de cunho liberal.

É comum afirmar a colonização do saber econômico sobre os demais, que se aplica de forma generalizada a partir do final da década de 1970. Isto advém com a teoria das expectativas racionais, isolando o agente e dando-lhe um grau de autonomia superior às contingências e cenário onde este se encontra. Przeworski ressalta a capacidade de universalização da economia e sua forma de colonizar e subordinar outros saberes:

As teorias econômicas são racionalizações de interesses políticos de classes e grupos conflitantes, e como tal devem ser tratadas. Por trás de alternativas econômicas espreitam visões da sociedade, modelos de cultura e investidas em direção ao poder. Projetos econômicos implicam projetos políticos e sociais.¹²

11. PRZEWORSKI, Adam. **Capitalismo e Social-Democracia**. São Paulo, Cia. das Letras, 1995. p 241.

12. Ibid., p. 243.

Expomos a seguir, ainda de acordo com Przeworski,¹³ os modelos de atuação do Estado que ocorreram no ocidente central, num primeiro momento o Estado Keynesiano (Bem-Estar Social) e, posteriormente, o Estado Neoliberal.

O Estado Keynesiano surge como uma saída da crise dos anos 1920, como medida de solução para o momento posterior ao *crack* da Bolsa de Nova Iorque, em 1929, e é aplicado em larga escala no Pós-Guerra, num acordo pactuado no compromisso entre classes. Nos países centrais, este modelo de Estado funcionara sob o regime de democracia concorrencial.

O compromisso entre classes e o poder de barganha vinda da mobilização e do poderio eleitoral da classe trabalhadora formal permitira a alta taxa impositiva como forma de funcionamento de redes de assistência e previdência social. Houve, assim, uma conciliação da propriedade privada com a gestão democrática da economia. Neste contexto, o funcionalismo tem forte papel de executor de políticas públicas. O mesmo se dá com a intervenção de empresas estatais gerando bens de produção e infraestrutura básica do país. Para este modelo de sociedade era fundamental a busca do pleno emprego e a presença de fortes partidos socialdemocratas representando a força de trabalho.

A aplicação do Estado Neoliberal teve como justificativa e força motriz a saída para a crise fiscal do final dos anos 1970. Sua implantação significa a quebra do compromisso do pacto de classes nos países centrais. O modelo neoliberal, além de quebrar o pacto, subordina as decisões estatais aos parâmetros técnicos (ideológicos), reconvertendo a tecnocracia de operadores de políticas dos grandes capitais. Uma das medidas padrões dessa tecnocracia de controle de postos-chave para as economias dos países centrais que adotaram este modelo foi baixar a taxa impositiva e liberar maior circulação de capitais flutuantes. Este movimento também incidiu na tendência à fusão de empresas, gerando maior concentração, criando ou reforçando os monopólios e aumentando a financeirização da economia.

O aumento do peso gravitacional dos agentes financeiros e concentradores na economia, além de uma tecnocracia econômica

13. Ibid.

de confiança desses capitais, leva ao constrangimento dos programas partidários, que cedem às pressões do contingenciamento global. Esta posição garante a tendência de particularizar os interesses gerais e generalizar as metas “inexoráveis”, criando assim uma ideia de inevitabilidade de execução de determinadas políticas econômicas padronizadas. Assim, a balança pende para que as relações sejam mais dependentes das instituições privadas ao invés das instituições políticas.

Como a política econômica é um dos eixos de análise deste artigo, somando-se aos arranjos institucionais e a possibilidade de concertação estratégica, passa-se ao debate de outro ponto de vista. Vamos debater os modelos de democracia aplicáveis nos Estados latino-americanos, cujos regimes democráticos se institucionalizam como uma forma de transição do autoritarismo, vistos a partir da crítica e caracterização de Moisés aos modelos minimalistas e maximalistas, em que são expostos os modelos absolutos e, ao final, pondera-se quanto aos mesmos em perspectiva.¹⁴

O modelo minimalista de democracia se aplica sem pré-requisitos nem exige a existência de pactos substantivos. Trata-se antes de um arranjo institucional partindo da vontade e do compromisso de atores-chave na transição e no ambiente político do país. Até por não ter pacto substantivo e ser um modelo construído a partir das opções estratégicas dos atores, tanto as relações causais nele contidas como os resultados dos processos de democratização são incertos.

Existe uma noção generalizada de que a democracia é um fator causal de progresso social e não o inverso. Desta forma, tanto o “jogo” como as instituições democráticas são descoladas de políticas distributivistas e da melhora e aumento dos ingressos e rendas da população. É por isso que estas instituições têm uma atuação concisa. Este formato de democracia é circunstanciado como única saída possível em determinado momento histórico.

Moisés afirma que o acordo ou pacto instaurador da democracia, como no Brasil e no Chile, é incompleto ou

14. MOISÉS, José Álvaro. **Os brasileiros e a democracia**. São Paulo: Ática, 1995.

insuficiente.¹⁵ Já para Casanova, o termo democracia é mais persuasivo que compreensivo, e é necessário observá-lo com atenção.¹⁶ Assim, democracia deve ser acompanhada da análise do desenvolvimento econômico e social. Em suma, não haveria democracia de por si, e tampouco esta seria casada com uma estrutura social correspondente. Um exemplo é o Pacto de Punto Fijo, na Venezuela, iniciado seu rompimento com o levante do Caracazo de 1989, depois com o intento de golpe do então tenente-coronel Hugo Chávez e aprofundada após o contragolpe de abril de 2002.

Voltando ao debate de modelos de democracia, o maximalista seria a soma das condições estruturais para a democracia ser institucionalizada. Este modelo é caracterizado por um desenvolvimento econômico e de políticas distributivistas que garantam renda mínima. No caso, a democracia entra como fator de modernização da sociedade, no qual as lideranças e os atores políticos operam no pacto e na consolidação, mas devem ser acompanhados de uma divisão mínima de poder e riqueza. Como parte do pacto substantivo, há a necessidade de solução de problemas percebidos como prementes, tais como: impasse político; prevalência de interesses privados sobre interesses públicos; o Estado como provedor de Justiça; e a geração de uma sensação de segurança.

As condições econômicas, sociais e culturais não são determinantes, mas formam a base indispensável do surgimento da democracia como regime estável. Assim, o desenvolvimento amplia a base da classe média, pluralizadora de interesses, e aumenta os segmentos do mercado político interessados na sua diversificação.

Moisés prevê ainda um modelo balanceado, onde os arranjos institucionais operam em conjunto com uma vontade política das não elites em aceitar a democracia como denominador comum, numa previsão da existência de uma cultura política como fator de influência.¹⁷ Também haveria que se levar em conta a presença midiática e o recuo programático dos partidos e atores político-

15. Ibid.

16. CASANOVA, Pablo González, *op. cit.*

17. MOISÉS, José Álvaro, *op. cit.*

sociais. Deste modo, nota-se que a dimensão do Estado e seu papel são a condição indispensável para prover o desenvolvimento econômico e social. Eis a relevância de seu papel, suas funções, desenhos institucionais.

A versão latino-americana e os modelos de Estado neoliberal e desenvolvimentista

Para se compreender os efeitos do conjunto de ideias formatadas em torno da Sociedade de Mont Pèlerin há que se levar em conta que estas ganham uma abrangência universal a partir de um status de verdade científica. Mas estas verdades se dão essencialmente a partir de premissas políticas, inspiradas em ideias filosóficas, aplicadas em linguagem e receituário econômico. O poder da linguagem aplica um jargão onde o leitor-receptor se torna obrigado a aceitar as regras do expositor para o debate. Esse *modus operandi*, difundido de forma massiva através de mídia eletrônica, é uma das formas de giro da economia atual e opera como um “portador do conceito”, tornando sua difusão já o próprio modo de sua operacionalização.¹⁸

Assim, conceitos oriundos da economia, e particularmente da economia financeira preconizada por Friedman e Hayek, entraram em campos antes próprios dos universos da política e da cultura. O esforço adaptativo da crítica onde estas políticas foram mais sentidas toma formato específico em cada parte do mundo onde a mesma se articulou. No caso brasileiro, um pensamento contra-hegemônico trabalhou com certa intensidade logo após a aplicação do plano Collor, pela ex-professora da USP, então ministra da Fazenda, Zélia Maria Cardoso de Mello.

Não se pode negar que foi na política econômica da ex-ministra de Fernando Collor que se inaugura no Brasil uma ação de primeiro escalão rumo ao Estado mínimo; ou a subordinação direta dos interesses do Estado como suporte para o crescimento do capital privado. Note-se que os efeitos retardados no Brasil

18. BIZ, Osvaldo; GUARESCHI, Pedrinho. **Mídia & Democracia**. Porto Alegre: Evangraf, 2005.

ocorrem justo no final do governo de Fernando Henrique, ao contrário, por exemplo, da Argentina. Isso porque a posse dos militares tendo o general Videla à frente, em 1976, traz consigo os operadores econômicos liderados pelo ministro da Economia José Alfredo Martínez de Hoz.¹⁹

Ultrapassada a bipolaridade, a política mundial convocada por Thatcher-Reagan chega ao nosso país após a crise do Estado na segunda metade dos anos 80. Passa a ser o modelo de Estado, em conjunto com os limites da democracia; o tema de debate corrente. Para fazer a crítica, o pensamento contra-hegemônico toma para si a tarefa de dissecar as premissas neoliberais e apontar uma modelagem para este formato e para seus contra modelos.

O debate do modelo democrático passa a desassociar-se do modelo de Estado. Desta forma, mesmo assumindo uma forma e tradição de modernização conservadora, o Estado brasileiro construído pelos militares vai ao encontro dos anseios de desenvolvimento nacional, sem ponderar o problema das liberdades e dos direitos políticos. O contra remédio é a aplicação do receituário neoliberal através de uma fórmula de democracia de procedimentos.

A partir disso, faz-se necessário descrever o Estado Nacional-Desenvolvimentista, cujo modelo tem a presença das estatais como empresas de intervenção essenciais na economia e na sociedade. Neste desenho institucional, o caso brasileiro, a liberdade política fica, em geral, subordinada às políticas distributivistas ou desenvolvimentistas. Assim sendo, termina por ser considerada como um valor secundário.

A sociedade vê o Estado como agente de modernização, que pode ser conservador (caso do Brasil) ou de transformação social. Sob a forma de modernização conservadora, existem leis de proteção social, mas a capacidade de protesto e participação se torna restrita. O modelo é conduzido por um Executivo forte e uma tecnocracia subordinada. No caso brasileiro houve um endividamento crescente, além da forma de financiamento ser a uma alta taxa impositiva, destinada a custear infraestrutura para financiar a expansão industrial. Para o nacional-desenvolvimentismo existente no Brasil,

19. SEOANE, Maria. **Todo o Nada**. Buenos Aires: Planeta, 1997.

o crescimento econômico era mais relevante do que a estabilidade financeira e política.

Já sob o modelo de Estado Neoliberal há privatização crescente, seguida da perda de controle de parte ou da integralidade da infraestrutura e serviços do país. Em contrapartida, a liberdade política fica garantida, havendo a participação presente de atores políticos diversos, inclusive de movimentos sociais. Embora haja aumento da participação, há perda da capacidade de intervenção do Estado nas políticas estratégicas do país. Retira-se assim poder de decisão política por parte dos agentes mobilizados a partir de posições contra-hegemônicas.

Simultaneamente à privatização que gera perda de controle da infraestrutura, há financeirização da economia, gravitando nas relações de troca e produção e condicionando as políticas econômicas do país. No caso, a capacidade fiscal opera como garantia tanto da austeridade como do pagamento dos serviços da dívida. Em função da austeridade, as políticas públicas são tímidas e seletivas, voltadas para os mercados eleitorais. A estabilidade política e econômica é maior do que o crescimento do país.

O foco do debate passa pelas possibilidades de desenvolvimento e a capacidade responsiva do Estado perante seus cidadãos. Consideramos que uma análise estrutural implica o debate ideológico, fundamentado no conjunto de valores identificados na cultura política e no desenho institucional traçado nos modelos de Estado sobrepostos aos modelos de democracia realmente existentes. Para tanto, todo o fundamento da matriz histórico-estrutural é necessário.

A conjuntura macroeconômica e de desenho democrático atual

As funções e atribuições do Estado capitalista dos anos 1920, consagrados no Pós-Guerra como o pacto entre classes financiado na Europa com o Plano de Reconstrução (Marshall), refinanciado pela Comunidade Comum Europeia aos países do sul da Europa que se democratizavam ao final dos anos 1970, foram combatidas e parcialmente vencidas pela corrente de pensamento político chamada de Neoliberalismo.

Fundamentais para isto foram: a Crise do Petróleo (1973); a quebra do padrão dólar-ouro, com as finanças mundiais reguladas pelo padrão dólar-dólar; a vitória eleitoral de Margareth Thatcher (1979) e Ronald Reagan (1980); e a derrota do bloco soviético. Assim, a dívida pública (interna) dos Estados Unidos termina por regular a economia global. Isso se verifica como absoluto até a ascensão do segundo unilateralismo (de George W. Bush), o crescimento econômico da China e o retorno de governos mais à esquerda na América Latina.

Simultâneo à crise das sociedades regidas pelo receituário neoliberal, o Estado brasileiro vem experimentando uma situação de dicotomia. Por um lado, afirma-se o regime democrático, com vários espaços de participação (conselhos de toda ordem, consulta à sociedade civil, etc.) e alguma experimentação institucional (plebiscitos, leis de iniciativa popular, etc.). Também se verifica uma participação mais organizada e pouco canalizada através de partidos políticos institucionais.

É importante notar o cenário macroestrutural da economia brasileira, enfatizando a ocupação de mão de obra quando da vitória eleitoral de Luiz Inácio Lula da Silva. Entendemos como importante a constatação dessas condições até para expor o cenário real e os constrangimentos impostos pelas condições de vida da maioria da sociedade brasileira. Vale observar os dados referentes à ocupação de mão de obra no Brasil e apresentados por Kon:

A análise das diversidades das condições ocupacionais e regionais específicas dos mercados de trabalhos informais merece especial atenção, tendo em vista a relevante e crescente participação de ocupados nestas situações de informalidade na economia brasileira, como resultado da diminuição da dinâmica de geração de empregos no mercado formal de trabalho. Basta dizer que do total de trabalhadores do Brasil, cerca de 58% estavam ocupados informalmente em 2002, dos quais 18,5% correspondiam a trabalhadores de empresas sem carteira de trabalho assinada, 5,7% se ocupavam em serviços domésticos remunerados sem carteira, 22,3% trabalhavam por conta própria, 7,4% não eram remunerados e os demais 4% eram trabalhadores para consumo próprio.²⁰

20. KON, Anita. Diversidades nas condições de informalidade do trabalho brasileiro.

Este fator, dentre outros, faz com que os compromissos estratégicos do Estado, a partir de seus gestores e grandes operadores, não deem conta de oferecer a regulação social, o que é sua atribuição. Um exemplo disso é a ausência de políticas públicas simultâneas à sobretaxa impositiva e o financiamento direto dos conglomerados e oligopólios. Por outro lado, o Judiciário e o Ministério Público permitem uma ampla gama de protestos sociais, reivindicações e disputas intrainstitucionais. O que não se altera no país é a restrição de acesso aos direitos fundamentais e a ausência de políticas públicas.

Em se tratando de concorrência e alternância dos operadores políticos, o Estado brasileiro está bastante permeado. A renovação do Congresso é alta, sendo, nas eleições de 2010, de 57% no Senado e 45% na Câmara de Deputados.²¹ Porém, os problemas estruturais do país, numa disputa do papel do Estado, que deve ser para uns o indutor do crescimento, e para outros o provedor do crescimento, em geral se solucionam a favor dos primeiros.

A ideia de democracia vive seu momento limite na América Latina contemporânea. Após uma década de regimes estáveis, o mecanismo de concorrência entre partidos se vê limitado pelo constrangimento estrutural definido pela filosofia política, transmitida em forma de pensamento doutrinário e receituário aplicado na forma de conceitos macroeconômicos. Estes conceitos traduzem um horizonte ideológico chamado de neoliberalismo, iniciado como contraofensiva ao consenso keynesiano.

Conclusões

O eixo de análise parte do Pós-Guerra, do mundo bipolar, no interior de seus debates entre os defensores do Estado de Bem-Estar Social e as propostas liberais ou neoliberais. Com o fim da bipolaridade e a vitória parcial da segunda proposta, foram trazidas as críticas a esta parcela vitoriosa e as observações de seus efeitos diretos nas

Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2004/artigos/A04A156.pdf>>. Acesso em: 08 jun. 2008.

21. Os dados devem ter mudado com a interpretação que a Lei de Ficha Limpa só poderia ser considerada a partir das eleições seguintes.

esferas política, econômica e ideológica no Brasil e na América Latina.

A conclusão do embate de ideias, dentro das circunstâncias de vitória momentânea do neoliberalismo, implica na flexibilidade de direitos políticos, a limitação do Estado como regulador da sociedade e as consequentes falhas ao aprofundar o exercício dos direitos políticos e as possibilidades de desenvolvimento socioeconômico. A interpretação é que sob a máscara da macroeconomia e de uma “verdade científica universal” estão alocadas premissas políticas e ideológicas, com visões da sociedade e de cultura investidas em direção ao poder.

O debate discorreu também a respeito dos limites da democracia que opera no Estado atual e suas possíveis reformas ou saídas. Demos ênfase ao Estado como fenômeno societário, de síntese do poder político e condicionado-condicionante das margens estruturais onde o mesmo opera.

No caso da América Latina, em que os Estados Nacional-Desenvolvimentista e Neoliberal foram reinventados e readequados de acordo com as políticas adotadas na região, a vitória nas décadas de 1990 e 2000 de setores representativos da segunda opção gerou uma contra-resposta com a eleição de políticos próximos à esquerda em boa parte do subcontinente. Foi a resposta à situação, que em alguns países ainda perdura apesar desses novos governos, em que os operadores com posições políticas centrais atuam de acordo com os grandes capitais, gerando uma dependência das instituições privadas para o devido funcionamento do Estado.

Referências

BARONE, Víctor. **Globalización y Neoliberalismo**. Elementos de una crítica. Assunção: BASE-IS, 1998.

BIZ, Osvaldo; GUARESCHI, Pedrinho. **Mídia & Democracia**. Porto Alegre: Evangraf, 2005.

CASANOVA, Pablo González. **A Democracia no México**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967.

CUNHA, André Moreira; FERRARI, Andrés; CALDEIRA, Mirelli Malaguti. A Argentina e o novo desenvolvimentismo. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 35, 2007, Recife. **Anais...** Recife: ANPEC, 2007.

FRIEDMAN, Milton; FRIEDMAN, Rose. **Liberdade de Escolher**. Rio de Janeiro: Record, 1981.

HAYEK, Friedrich August Von. **O caminho da servidão**. Rio de Janeiro: Bibliex, 2004.

KON, Anita. Diversidades nas condições de informalidade do trabalho brasileiro. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2004/artigos/A04A156.pdf>>. Acesso em: 08 jun. 2008.

MACHADO, Luiz. Milton Friedman e a Escola de Chicago. **COFECON**. Brasília. 20 nov. 2011. Disponível em: <http://www.cofecon.org.br/index.php?Itemid=114&id=433&option=com_content&task=view>. Acesso em: 08 jun. 2008.

MATTOS, Fernando Augusto. Decomposição da taxa de crescimento do nível de emprego dos Estados Unidos e da União Europeia desde o pós-guerra. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 29, 2001, Salvador. **Anais...** Salvador: ANPEC, 2001.

MOISÉS, José Álvaro. **Os brasileiros e a democracia**. São Paulo: Ática, 1995.

PAULANI, Leda Maria. Neoliberalismo e Retórica: O capítulo brasileiro. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 32, 2004, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: ANPEC, 2004.

PRZEWORSKI, Adam. **Capitalismo e Social-Democracia**. São Paulo, Cia. das Letras, 1995.

SEOANE, Maria. **Todo o Nada**. Buenos Aires: Planeta, 1997.

CAPÍTULO 2

CRÍTICA DE UM PARADIGMA “APARADIGMÁTICO” COM BASES NA ESCOLHA RACIONAL E NO JOGO DE SOMA ZERO

Bruno Lima Rocha

Anderson David Gomes dos Santos

Resumo: Este artigo parte de uma perspectiva de proposta e debate de uma concepção de democracia como forma social de ampliação de direitos. O tema passa necessariamente pela criação de um conceito de processo para a radicalização democrática, sendo necessária uma discussão dos conceitos criados (com vários problemas). Na ausência de um planejamento próprio, o poder de agenda é imposto pelas arenas institucionais consagradas e mediatizadas. Assim sendo, perde o sentido uma organização política que supere o papel de intermediação-representação e que se proponha a servir de motor e força estratégica deste mesmo processo. A proposta deste texto é debater no interior do campo da Ciência Política sua divergência com a corrente hegemônica e a convergência de outras matrizes das Ciências Humanas e Sociais a partir dos paradigmas “aparadigmáticos” da Escolha Racional e do Jogo de Soma Zero.

Palavras-chave: Ciência Política; Escolha Racional; Jogo de Soma Zero; Radicalização Democrática; Crítica.

Introdução

Este artigo aborda a proposta e o debate de uma concepção de democracia como forma social de ampliação de direitos. O tema passa necessariamente pela criação de um conceito de processo para a radicalização democrática.

Entende-se que sem elencar as arenas corretas e prioritárias é impossível acumular forças para o empoderamento dos

sujeitos sociais com os quais o esforço militante apontado visa se organizar cotidianamente. Na ausência de um planejamento próprio, o poder de agenda é imposto pelas arenas institucionais consagradas e mediatizadas.

Com a falta de uma teoria democrática que contemple o processo político de empoderamento dos sujeitos sociais organizados coletivamente na forma de movimentos populares, a agenda destes movimentos sempre será reativa e não proativa. Assim sendo, perde o sentido uma organização política que supere o papel de intermediação-representação e se proponha a servir de motor e força estratégica deste mesmo processo.

A proposta deste texto é debater no interior do campo da Ciência Política *os pilares de uma teorização de processo de acúmulo para uma democracia radical*, sua divergência com a corrente hegemônica e a convergência de outras matrizes das Ciências Humanas e Sociais.

Na busca de um paradigma de uma área necessariamente “aparadigmática”

Reconhece-se que a afirmação deste tópico pode parecer contraditória. As Ciências Sociais vivem uma crise, especificamente as teorias democráticas referenciadas na América Latina, que têm de exercer uma constante luta intelectual para serem reconhecidas por seus pares. Isto não é novidade nas Ciências Humanas e Sociais. Ousa-se afirmar que a luta de ideias e de conceitos-chave, de opção por variáveis macro-explicativas em detrimento de outras, é algo constitutivo em nosso campo. Parte-se do princípio que estamos em um campo onde a dimensão ontológica implica necessariamente nas escolhas feitas, nas ferramentas de análise elencadas como válidas e no uso de um corpo conceitual que seja coerente com os pressupostos teóricos, metodológicos e o suporte ideológico dos trabalhadores intelectuais que se dedicam a montar e operar teorias.

Estas características não contêm nenhuma contradição ou conflito inerente. Ou seja, caso partamos do princípio que não existe neutralidade científica nos saberes das humanidades, admitimos que a precisão analítica não implica em suposto cientificismo que, em tese desmentida, universaliza(ria) um ou mais pressupostos

particulares. Na correlação de forças do universo acadêmico dos países centrais, e sua relação desigual com o campo intelectual da América Latina, ocorre justamente o inverso.

Partindo deste posicionamento, queremos dar nossa contribuição para superar um fator que consideramos de *crise nas Ciências Sociais*. Assumimos a condição de crise de paradigmas e funções nas Ciências Sociais contemporâneas a partir de uma afirmação de Boaventura de Souza Santos (2002), para quem “não há ninguém que conheça melhor a literatura dos países centrais que o leitor colonial”.²² Ao não buscar novos parâmetros, e por se negar a reconhecer em sua própria matriz histórico-estrutural saídas para as crises da sociedade onde se insere e extrair sua produção intelectual, cabe ao cientista social da “colônia” o papel de tradutor de conceitos e apresentador de teorias normativas e inaplicáveis nesta parte do mundo.

Ao encontro de Santos,²³ esta nossa atividade é corporativamente autônoma (congregando o “círculo virtuoso”) e muito ciente no uso desta autonomia corporativa, tanto para se desvincular das lutas sociais e do exercício da cidadania, como para entrar em grandes contratos de tipo consultoria “mercenária”.

Soma-se a estas características o papel desta ciência social como legitimadora da situação social vigente. Adaptando-se (reconvertendo) às novas situações após o início do desmantelamento do Estado Nacional desenvolvimentista, as elites intelectuais da América Latina tornaram-se porta-vozes oficiosas da afirmação de Thatcher: “Não há alternativa!”.²⁴ Trabalhando com a predefinição de conceitos de por si, de fatos consumados através de um determinismo econômico – fundamentado na própria economia financeira, por sinal, discurso este defensor da livre circulação dos capitais –, ajudam com elementos discursivos a colonização do universo da política pelas predeterminações políticas travestidas de orientações macroeconômicas, especificamente de hiper-estruturalismo neoliberal, aplicada como pensamento científico.

22. SANTOS, Boaventura de Souza. **Democratizar a Democracia**: os caminhos da democracia participativa. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2002. p. 20.

23. *Ibid.*, p. 18.

24. Ver MOULIAN, Tomas. El neoliberalismo como Sistema de Dominación. **Alternativa**, Santiago, n. 15, 2002.

Nessa direção, Borba e Silva argumentam a respeito da aplicação de teorias ou do desuso destas:

Vagas ou ondas de teorias são fenômenos comuns no campo do pensamento. Esgotadas as possibilidades analíticas de um “paradigma”, novos olhares e representações surgem para orientar a explicação dos fenômenos. No caso do campo fenomênico em questão, todavia, impressiona a rapidez das transições e, acima de tudo, a falta de um balanço mais cuidadoso das contribuições e limites de cada um dos “paradigmas” em questão, se é que cabe falar de paradigma no âmbito das Ciências Sociais.²⁵

Seguimos o raciocínio emanado desta afirmação e por isso este trabalho busca a referência também em paradigmas que não consideramos como superados, muito pelo contrário. Entendemos que as “ondas teóricas” têm fatores multicausais. Identificamos duas delas como relevantes para o debate.

Uma “onda” pode ser fruto tanto do esgotamento de um modelo macro explicativo diante da experiência histórica, como também da correlação de forças que deriva da própria História. No caso específico da Ciência Política, a ascensão da Escolha Racional foi concomitante às vitórias políticas desta forma de pensamento, com a chegada ao poder político de operadores que advogavam essas premissas e suas dimensões ontológicas. O mesmo havia passado com as matrizes estruturalistas, hegemônicas na América Latina no período iniciado com o Pós-Guerra e concluído com o fim da Bipolaridade.

Afirmam que a presença, paulatinamente hegemônica, da Escolha Racional nas universidades latino-americanas, em especial no campo da Ciência Política, dá-se por contraposição ao estruturalismo e ao desenvolvimentismo. Por consequência, aponta a análise advogada pela posição teórica e epistemológica da visão histórico-estrutural. Segundo Vitullo:

Porque apontava a debilidade da burguesia nacional, a pobre estruturação das classes sociais, o predomínio de

25. BORBA, Julian; SILVA, Lillian Lenite da. Sociedade civil ou capital social? Um balanço teórico. *Alcance*, Itajaí, v. 11, n. 3, p. 461-475, set.-dez. 2004. p. 462.

uma cultura política autoritária e a dependência dos grandes centros econômicos e financeiros internacionais como fatores responsáveis pela ruptura dos regimes democráticos do passado.²⁶

Uma das mudanças da nova postura foi a redução no foco da análise. Os grandes temas, a postura emancipacionista, a preocupação com o desenvolvimento nacional e a problemática da dependência foram deixadas de lado.

Uma das formas que o individualismo metodológico aporta em nosso continente é nos estudos de transição de regimes de força e exceção e na consolidação da democracia representativa. Justo por isto, o foco dos analistas da nova vertente se deu sobre as elites políticas e nas suas decisões, opções e estratégias. Acrescenta-se que o debate *supostamente* “estratégico” fica delimitado ao marco tático de uma democracia limitada, “como resultado das habilidades, tomadas de decisões e estratégias racionais seguidas pelos grupos dirigentes e atores mais relevantes”.²⁷

A forma portadora das ferramentas de análise é através da linguagem, dos exemplos comparativos e das analogias. Vitullo identifica que “desta nova ótica, os diversos quadros e situações políticas dependerão, fundamentalmente, das ‘jogadas’ levadas a cabo por um número limitado de participantes e de suas interações contingentes”.²⁸ Se observarmos com atenção a justificativa de “racionalidade da escolha racional”, em texto original de Friedman,²⁹ já encontramos as mesmas analogias.

No livro *Jogos Ocultos*, Tsebelis apresenta o debate do pressuposto racional da sua escolha. Ao questionar se “é realista o enfoque da escolha racional”, expõe a origem desta formulação que

26. VITULLO, Gabriel Eduardo. **Além da transitologia e da consolidologia**: um estudo da democracia Argentina realmente existente. 2002. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Porto Alegre. p. 17.

27. *Ibid.*, p. 17.

28. *Ibid.*

29. FRIEDMAN, Milton. The methodology of positive economics. In: _____. **Essays in Positive Economics**. Chicago: University of Chicago Press, 1953.

logo viria a ser universalizada para o campo da Ciência Política por Downs.³⁰ Segundo Tsebelis, a resposta mais frequente para a questão seria: “Não importa; as pessoas agem ‘como se’ fossem racionais”.³¹

A forma totalizante de responder a este questionamento se encontra no artigo “The Methodology of Positive Economics”, de Friedman:

Descobrir-se-á que hipóteses realmente importantes e significativas possuem ‘pressupostos’ que são representações descritivas **tremendamente imprecisas** da realidade, de modo geral, quanto mais significativa for a teoria, mais irrealistas serão os pressupostos (nesse sentido). [...] Para ser importante uma hipótese deve ser descritivamente falsa em seus pressupostos.³²

Friedman exemplifica com três exemplos diferentes para apoiar a “F-twist” (“tendência F”), como a tese do ‘como se’ fossem racionais:

- Os hábeis jogadores de bilhar, que executam suas tacadas ‘como se’ soubessem as complicadas fórmulas matemáticas que descrevem a trajetória ótima das bolas;
- As firmas que agem ‘como se’ fossem maximizadoras da utilidade esperada;
- As folhas de uma árvore. Friedman sugere “a hipótese de que as folhas se posicionam como se cada uma procurasse deliberadamente maximizar a quantidade de luz solar que recebe”.³³

Um dos pilares da aproximação da lógica da escolha racional sobre as variáveis da política e sua matriz histórico-estrutural é a obra *Uma teoria econômica da democracia*. Neste livro, Downs se posiciona

30. DOWNS, Anthony. **Uma teoria econômica da democracia**. São Paulo: EdUSP, 1999.

31. TSEBELIS, George. **Jogos Ocultos**. São Paulo: EdUSP, 1998. p. 44.

32. FRIEDMAN, Milton, op. cit., p. 14 – **grifo nosso**.

33. *Ibid.*, p. 19.

na mesma linha de Friedman e afirma que o artigo do economista de Chicago é uma “excelente afirmação desse ponto de vista”, que “os modelos teóricos deveriam ser testados primordialmente mais pela precisão de seus prognósticos do que pela realidade de seus pressupostos”.³⁴ Dessa forma, o autor defende o pressuposto irreal como base para a Escolha Racional.³⁵

O questionamento desses dois trabalhos não é pelo fato de seus pressupostos serem irrealistas. Entende-se que esta postura teórico-epistemológica deva existir, mas questiona-se as dimensões ontológicas (ideológicas) da teoria. No campo operacional da política, a dimensão ideológica, após um longo período de desenvolvimento, sistematiza ideias-guia no sentido de doutrina.

Há o entendimento de que a honestidade intelectual deve partir de que o pressuposto *subjetivo* é irracional por estar vinculado ao campo das filiações, do inconsciente, das aspirações. O inconsciente é um único irreduzível, um objeto próprio da esfera ideológica. Por serem as Ciências Humanas e Sociais de natureza paradigmática, simplesmente não existem disciplinas e saberes das humanidades que não contenham em seu universo intrínseco uma dimensão ontológica, portanto, não científica.

É interessante a maneira de formulação de pensamento de Friedman. Já no quesito “precisão de prognósticos”, entendemos que ocorre uma afirmação inversa. A precisão de análise e a predição de conjunturas dentro de um marco de constrangimento são possíveis. Já o termo empregado por Friedman, de “representação descritiva tremendamente imprecisa”³⁶ não

34. DOWNS, Anthony, op. cit., p. 43.

35. O original da obra é de 1957, sendo a mesma escrita entre 1955 e 1956. É interessante observar já nos agradecimentos a vinculação teórica, epistemológica e de suporte institucional que o economista contou para escrever o livro: “Como todas as obras supostamente originais, este estudo deve muito de seu conteúdo ao pensamento e esforços de outras pessoas. [...] Também gostaria de agradecer Robert A. Dahl e Melvin W. Reder, que leram o manuscrito e fizeram muitas sugestões que incorporei. [...] Finalmente, gostaria de agradecer ao *Office of Naval Research* pelo auxílio que tornou este estudo possível”. DOWNS, op. cit., p. 21 – **grifo nosso**.

36. FRIEDMAN, Milton, op. cit.

garante nenhuma certeza de alteração estrutural no futuro. O acerto na predição de largo prazo depende da incidência dos agentes e não da precisão analítica.

Ele foi descritivamente impreciso no período keynesiano e na América Latina, na época dos Estados nacional-desenvolvimentistas. Friedman se valeu de um eufemismo ao afirmar que “as hipóteses realmente importantes e significativas possuem ‘pressupostos’ que são representações descritivas tremendamente imprecisas da realidade”.³⁷ Nos Estados Unidos, trinta anos depois, em 1983, suas representações passaram a ser levadas descritivamente em conta com a vitória eleitoral de Ronald Reagan (1981 a 1989).

Já sobre a “precisão dos modelos teóricos”, vê-se com dificuldade a reprodução de seus pressupostos. É interessante notar que, também economista, Downs afirma que “todavia, se é para nosso modelo ter coerência interna, nele o governo deve ser pelo menos teoricamente capaz de desempenhar as funções sociais de governo (nesse caso, a palavra governo se refere à instituição, e não ao partido governante)”.³⁸ Ou seja, o autor defende um modelo onde o governo consiga ao menos ser responsivo.

Na aplicação do modelo “puro” ocorreu justo o oposto. Para acentuar a intencionalidade da imprecisão descritiva, Friedman formula suas orientações básicas em plena era do *Welfare State*. Um resumo de sua fórmula de não responsividade de um governo para seus cidadãos se encontra em Klein:

Em primeiro lugar, os governos deveriam abolir todas as regras e regulamentações que se interpunham no caminho da acumulação de lucros. Em segundo, deveriam vender todos os ativos que possuíam e que podiam ser administrados pelas corporações, com fins lucrativos. E em terceiro, precisavam cortar dramaticamente os fundos destinados aos programas sociais.³⁹

Friedman ainda especifica suas orientações, como a aplicação

37. Ibid. p. 14.

38. DOWNS, Anthony, op. cit.

39. KLEIN, Naomi, **A Doutrina do Choque**: a ascensão do capitalismo de desastre. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008. p. 73.

imediate de uma Grande Estratégia. As especificações geram medidas concretas para adaptar o aparelho de Estado na fórmula tripartite: desregulamentação, privatização e cortes de investimentos sociais. Dentro dessa predição, sua escolha apontava: a isonomia impositiva, taxando em igualdade de grandeza ricos e pobres; a livre circulação de produtos industrializados; e a proibição dos governos defenderem e protegerem seus parques industriais. A ideia de preço era superior a de remuneração, assim, o preço do valor trabalho também seria ditado pelo “mercado” e não por uma base legal.

O mais importante para este artigo é demonstrar que esta imprecisão descritiva era profunda. Assim, aquilo que Friedman predizia não era dado, já que a existência dessa realidade seria fruto de um esforço político de quase duas décadas. O programa de convênio entre estudantes chilenos e a Universidade de Chicago é de 1956. Em 1965, a experiência se expande para toda a América Latina, com participações significativas de estudantes de Brasil, Argentina e México. Enquanto o programa durou, um em cada três alunos de graduação em economia pela Universidade de Chicago era latino-americano.⁴⁰

O golpe militar chileno, encabeçado pelo general Augusto Pinochet, foi em 11 de setembro de 1973. Neste regime, com ênfase nos seus primeiros oito anos, o receituário macroeconômico derivava da matriz teórico-epistemológica de Friedman e Hayek. Até a reunião anual da Sociedade de Mont Pèlerin, em 1981, ocorreu no balneário de Viña Del Mar. Ou seja, a previsão de “prognóstico” de Friedman levou vinte anos para ocorrer e quase uma década a mais para afirmar seu modelo.

Além de todo o juízo moral que se possa fazer desta aplicação em um determinado país, reforçamos o argumento de que a imprecisão descritiva, no nosso modo de ver e analisar, não passa de ocultamento da premissa ontológica/ideológica. Estas premissas são sempre existentes e não científicas. Portanto, a crença na racionalidade é uma construção ideológica e seu intento de universalização é uma prepotência intelectual impossível de ser provada.

O intento de universalização do pensamento de matriz empresarial se encontra, de forma textual, nas próprias palavras de Downs:

Nossa principal tese é de que os partidos na política

40. Ibid., p. 77.

democrática são análogos aos empresários numa economia que busque o lucro. De modo a atingir seus fins privados, eles formulam as políticas que acreditam que lhes trarão mais votos, assim como os empresários produzem os produtos que acreditam que lhes trarão mais lucros pela mesma razão. Com a finalidade de examinar as implicações dessa tese, também presumimos que os cidadãos se comportam racionalmente em política.⁴¹

A matriz se encontra na última frase. Por racionalidade, presume-se que o autor se referiria a uma maximização de ganhos e uma minimização de perdas. O significado real que possam ter essas formas ótimas e sub-ótimas de benefícios pessoais, considerando que “a descrição imprecisa pode ser a fonte para o acerto de prognóstico” é algo de muito duvidosa realização.

O que entendemos ser a garantia de “elevado grau de certeza” para estas fórmulas de democracia concorrencial é a analogia com um ambiente de capitalismo competitivo, baseado em presunções de economia de mercado que tende ao equilíbrio pela previsibilidade da atuação dos agentes envolvidos no ambiente.

Em *A Lógica da Ação Coletiva*, publicado em 1965 e reeditado em 1971, Olson expõe a base da pretensão universalizante da sua escolha “racional”.⁴² Primeiro, afirma ser o mecanismo coercitivo um absoluto na racionalidade de um grupo para atingir o bem comum, chegando a dizer que:

Mesmo que os membros de um grande grupo almejem racionalmente uma maximização do seu bem-estar pessoal, eles **não** agirão para atingir seus objetivos comuns ou grupais a menos que haja alguma coerção

41. DOWNS, Anthony, op. cit., p. 313.

42. Olson, professor do Departamento de Economia da Universidade de Maryland, destina os seguintes agradecimentos: “Também me sinto muito agradecido ao professor F.A. Von Hayek, que conseguiu que o livro fosse traduzido para o alemão e contribuiu com um prefácio para a edição alemã. Este trabalho contou com o generoso apoio do Social Science Research Council, da Shinner Foundation e do Center for International Studies at Princeton University. Estou também muito grato à Brookings Institution, cuja hospitalidade muito impulsionou meu trabalho neste livro e em outro anterior”. OLSON, Mancur. *A Lógica da Ação Coletiva*. São Paulo: EdUSP, 1999. p. 12.

para forçá-los a tanto, ou a menos que algum incentivo à parte, diferente da realização do objetivo comum ou grupal, seja oferecido aos membros do grupo individualmente com a condição de que eles ajudem a arcar com os custos ou ônus envolvidos na consecução desses objetivos grupais.⁴³

Posteriormente, afirma ser esta lógica a única a ser levada em conta, mesmo que existam outras condicionantes. Assim, por esta afirmativa, a cooperação de um grupo humano para um objetivo comum, mesmo que exista um acordo de métodos e uma meta única a ser atingida, é impossível de ser alcançada sem alguma forma coercitiva.

Para abrir uma possibilidade de ser falsificado e assim manter uma aproximação com uma teoria científica, Olson afirma o paradoxo de uma opção lógica, que vai contra sua assertiva anterior: “Há paradoxalmente, a possibilidade lógica de que os grupos compostos ou de indivíduos altruístas ou de indivíduos irracionais possam por vezes agir em prol de interesses comuns ou grupais”.⁴⁴

Mais adiante, o autor desqualifica esse argumento como um todo, baseando-se apenas nas evidências dos estudos empíricos de seu livro: “essa possibilidade lógica geralmente não tem a menor importância prática. Portanto, *a costumeira visão de que grupos de indivíduos com interesses comuns tendem a promover esses interesses parece ter pouco mérito, se é que tem algum*”.⁴⁵

Entendemos que a pretensão de pensamento único reside na tentativa de universalização de um modelo de análise, aplicando-o em todas as situações e áreas de conhecimento. Não reconhecer especificidades ou diferenças resulta em “epistemicídio”, como afirma Santos.⁴⁶ O fenômeno “epistemicida” não vem da falta de “sensibilidade” dos produtores de conhecimento das Ciências Humanas nos países de capitalismo central, mas necessariamente na posição de submissão intelectual, fruto também da correlação

43. OLSON, Mancur. **A Lógica da Ação Coletiva**. São Paulo: EdUSP, 1999. p. 14 - **grifo nosso**.

44. Ibid., p. 14

45. Ibid., p. 14, **grifo nosso**.

46. SANTOS, Boaventura de Souza, op. cit.

de forças desfavorável de parte dos produtores de conhecimento e formuladores de teoria nos países de capitalismo periférico, como admite Olson: “Embora eu seja um economista e as ferramentas de análise utilizadas neste livro sejam extraídas da teoria econômica, as conclusões do estudo são tão relevantes para o sociólogo e para o cientista político quanto para o economista”.⁴⁷

O tema da racionalidade como modelo entra em contraposição com a escala de valores e comportamentos. Assim, um debate que em tese é uma analogia ao fenômeno do capitalismo concorrencial, com aplicação de modelos importados de teorias econômicas de autorregulação de mercado, vê-se obrigado a opinar a respeito da cultura e do comportamento políticos. Ou seja, vê-se condicionado a entrar em uma área vinculada às matrizes histórico-estruturais de cada sociedade em particular. Para um pressuposto que se pretendia universal, sua generalização é de muito pouco alcance.

Olson afirma que “a ideia de que os grupos sempre agem para promover seus interesses é supostamente baseada na premissa de que, na verdade, os membros de um grupo agem por interesse pessoal, individual”.⁴⁸ É a lógica operante na afirmação de que não importa se as pessoas são ou não de comportamento racional, isso porque elas “agem como se fossem”. Como o autor disse, é algo “supostamente baseado numa premissa”, que, outra vez, universaliza a individuação. O individualismo metodológico tem, por este prisma, pouco de estratégico e muito de concorrencial e de alianças de ocasião. Com tamanha redução do(s) objeto(s) e ambiente(s) de análise, é natural que o jogo político se resuma também na maximização de interesses individuais em forma cooperada por associação de interesses.

O determinismo econômico – diríamos concorrencial e de individuação – se encontra exemplificado na continuidade da citação de Olson:

Se os indivíduos integrantes de um grupo altruisticamente desprezassem seu bem-estar pessoal, não seria muito provável que em coletividade eles se dedicassem a lutar por algum egoístico objetivo comum ou grupal. Tal altruísmo

47. OLSON, Mancur. op. cit., p. 16.

48. Ibid., p. 13.

é, de qualquer maneira, considerado uma exceção, e o comportamento centrado nos próprios interesses é em geral considerado a regra, pelo menos quando há questões econômicas criticamente envolvidas.⁴⁹

É o mesmo raciocínio que fazemos na crítica dos constrangimentos estruturais que sofre a democracia brasileira. A mesma amarra conceitual do hiper-estruturalismo neoliberal que impede a visão de longo prazo, oculta os objetivos estratégicos, diz ser regra um padrão de comportamento “como se” e, assim, naturalizam a dimensão ontológica de um saber científico, criando cientificismos onde o que há é crença e normatividade. É certo de que a escolha racional, o individualismo metodológico e o neoinstitucionalismo complexificaram modelos e chegaram a proposições teóricas muito mais sofisticadas e menos deterministas.

Tsebelis reconhece os exageros desta matriz de pensamento político-econômico e verifica, nestes intentos de universalização, uma fonte de permanente tensão e imprecisões teóricas:

O argumento “como se” sustenta que o pressuposto de racionalidade, independentemente de sua precisão, é um meio de moldar o comportamento humano. Uma tal posição epistemológica da racionalidade-como-modelo não apenas é parcial e insatisfatória, como também é responsável em alto grau pela situação polarizada entre cientistas racionalistas X cientistas empíricos.⁵⁰

A saída para o problema da presunção de comportamento racional vai ao encontro da crítica que Vitullo faz da versão da Escolha Racional que se instala na América Latina a partir dos chamados estudos de *transitologia* e *consolidologia*. Primeiro, a saída passa pela crítica do uso da linguagem que aproxima a política de um jogo concorrencial, utilizando a metáfora de um jogo de xadrez, com tabuleiros simultâneos. Outra aplicação de linguagem que porta em si uma expectativa de comportamento de maximização de ganhos é vista na analogia dos termos aplicados em um jogo,

49. Ibid., p. 13-14.

50. TSEBELIS, George, op. cit., p. 44.

tais como: “‘jogo’, ‘jogadores’, ‘lances’, ‘movimentos de peças’, ‘tabuleiro’, ‘rodada de jogos’, ‘partida de pôquer’”.⁵¹ Ou seja, trata-se de comparar a política não com o conjunto de possibilidades, mas resumi-la numa disputa limitada e com regras e custos de informação básicos predefinidos.

O foco dessa, com a qual concordamos, é vista por Tsebelis como solução para o problema da presunção de universalidade da Escolha Racional:

No lugar do conceito de racionalidade como um modelo de comportamento humano, proponho o conceito de racionalidade como um subconjunto de comportamento humano. A mudança de perspectiva é importante: não afirmo que a escolha racional pode explicar qualquer fenômeno e que não há lugar para outras explicações, mas sustento que a escolha racional é uma abordagem melhor para situações em que a identidade e os objetivos dos atores são estabelecidos, e as regras de interação são precisas e conhecidas pelos atores em interação.⁵²

Assim, a forma encontrada aqui de adequar o modelo e o pressuposto é enquadrá-lo em um constrangimento reduzido, um jogo-cenário que, mesmo complexo, é limitado ao conjunto de possibilidades concorrenciais permitidos. Sabe-se que na América Latina a dimensão legal, governocêntrica, estatal, institucional, é apenas uma das arenas a serem analisadas para, por exemplo, uma análise de conjuntura de um território específico, partindo de um modelo complexo e incidente.

Vai-se ao encontro de Vitullo quando ele diz que as categorias e conceitos ainda hoje hegemônicos na Ciência Política praticada na América Latina não dão conta de oferecer um marco analítico à altura dos processos sociopolíticos que têm lugar no continente.⁵³ Igualmente, concordamos com a necessidade de abandonar a concepção exclusivamente institucional e procedimental da Ciência Política, justo porque esta concepção traz uma ideia intrínseca de democracia elitista.

51. VITULLO, Gabriel Eduardo, op. cit., p. 20.

52. TSEBELIS, George, op. cit., p. 45.

53. VITULLO, Gabriel Eduardo, op. cit., p. 313.

Entende-se que para superar esta hegemonia que gravita em nosso campo é preciso um esforço analítico, teórico-epistemológico, com premissas explícitas e a dimensão ontológica demonstrada desde o princípio da própria formulação. A resultante deste esforço, mais do que uma análise política da América Latina é a afirmação de uma escola de análise política latino-americana, onde a dimensão institucional é parte do processo histórico-institucional. Mas, para alcançar este objetivo, são necessários alguns pré-requisitos, sendo que um deles, como ponto de partida, é a questão da identidade.

A importância da identidade quando a matriz epistemológica também é política e estética

O fato desta escola de escolha racional ser hegemônica na Ciência Política latino-americana, em especial na proposição de teoria, arranjo institucional e proposição democrática, parece-nos problemática. Chamamos a isso, narrado acima, de *crise*, tanto de paradigma científico como de posicionamento na sociedade de classes contemporânea. Crise em seu mais amplo sentido, cuja tipificação que utilizamos é a apresentada por Dieterich, em que afirmar que as Ciências Sociais estão em crise equivale a dizer que os sujeitos sociais e os atores individuais produtores destas também se encontram em crise.⁵⁴

Frente aos grandes problemas da humanidade, estes produtores de saber científico terminam por ser parte do problema em si e não das soluções. Agindo como uma intelectualidade cortesã, terminam por gerar produtos do círculo virtuoso (o acadêmico ou midiático), onde se reafirma o óbvio, servindo a interpretação, outrora crítica e contundente, mais como mecanismo de contenção. Esta mesma intelectualidade hoje é gestora do Estado, fração de classe auxiliar dos poderes de fato e primeiros escalões de grandes empresas e multinacionais. Ao mesmo tempo, defende com afinco sua posição de força e controle do processo de produção de bens simbólicos e discursivos oriundos da universidade.

54. DIETRICH, Heinz. Identidade Nacional e Globalização: a Terceira Via – Crise nas Ciências Sociais. Blumenau: EdFURB, 2002. p. 11.

Dieterich também tipifica cinco causas gerais da submissão da classe intelectual global, todas perfeitamente aplicadas na América Latina: o seu privilegiado acesso às formas de poder, como são as monetárias, midiáticas e de influência; a sua relativa separação das condições reais de vida das maiorias; a sua assimilação dos sistemas de valores e “formas de estar no mundo” das elites dominantes e dirigentes; suas dinâmicas inerentes à deformação profissional, particularmente a insistência no trabalho compartimentado da organização científica monodisciplinar do século XIX e o rechaço ao trabalho interdisciplinar com os investigadores das ciências naturais; pela ausência de um paradigma político-epistemológico profundo de investigação que justifique, inspire e oriente a ação cotidiana das Ciências Sociais.⁵⁵

Atentando para o último tópico, a ausência de um paradigma transformador, seja para afirmá-lo ou criticá-lo, termina por gerar duas práticas estanques e preocupantes. Uma é de ordem canônica, onde a reafirmação de tipos ideais e formas comparativas absurdas, como se fosse possível instaurar ou ter como parâmetro instituições públicas e privadas geradas em outro contexto, em países centrais. Esta pode variar dentre a experimentação de conceitos que são a versão científica do paradigma atual: utilitário, de mal menor, de inevitabilidade dos processos neoliberais, de apologia ao liberalismo como forma de vida em sociedade e elogio à ordem.

Esta versão mais operacional se dá por meio de consultorias de diversos tipos, onde a ausência de paradigmas de transformação não impede a modelagem de análises bastante precisas, servindo aos interesses dos clientes e contratantes. A crítica não é quanto à modelagem, mas sim aos modelos que se usa e aplica. Podemos fazer modelagem de diversas formas e marcos conceituais, incluindo prognósticos de conjuntura, sabendo e informando que tipo(s) de constrangimento estrutural o cenário recortado está inscrito.

Entende-se que o papel dos analistas simbólicos (estratégicos) se encaixa de acordo com o paradigma político-epistemológico profundo que cada um toma como base analítica. O resultado da análise varia conforme o paradigma e a matriz de pensamento,

55. Ibid., p. 12.

sem contar nas ferramentas, que, estas sim, podem ser variáveis. De qualquer modo, o produto da análise, seja em forma de consultoria, seção analítica de uma determinada corporação ou na figura de intelectual orgânico a serviço de uma determinada organização política, é sempre mais vivo do que os pressupostos do tipo receituário.

Localizada na periferia do ocidente, a América Latina tem no tema identidade um de seus trunfos e também seu problema de fundo. Consideramos este valor fundamental e trazemos novamente a reflexão de Dieterich a este respeito. Este nos aporta com nove considerações acerca do tema. Destas, destacamos duas para tomar como referência. A primeira consideração destacada, em seu quarto ponto, afirma que:

A identidade como propriedade de um sistema cibernético tem de equilibrar duas funções tendencialmente contraditórias: a) a conservadora, de defender a idiosincrasia do sistema frente ao entorno; b) a adaptativa, de evoluir o sistema conforme as mudanças do meio circundante.⁵⁶

A tipificação feita é perfeitamente adaptável à realidade das classes oprimidas ocupantes de áreas urbano-metropolitanas. Esta falsa contradição entre manutenção de identidade, que leva ao arraigo de um pensamento e postura conservadores, contraposto ao lugar do “tudo serve e vale quase tudo para sobreviver” leva ao aumento da guerra entre os pobres, à criminalização da pobreza e à divisão entre classe trabalhadora e nova pobreza.

Podemos afirmar que vivemos um momento onde a identidade adaptativa é hegemônica, sendo contraposta pela postura conservadora. Ambas refletem um comportamento político imediato, paroquiano e desorganizador das camadas mais baixas da sociedade. Ambos desequilíbrios também são avessos a uma mentalidade de câmbio social. Dieterich considera os problemas apresentados quando do desequilíbrio de ambas as funções: “Se autonomiza a primeira, o sistema perece por conservadorismo; se autonomiza a segunda, dissolve-se o entorno: sobrevive por

56. Ibid., p. 143.

adaptação, mas perde sua identidade como ente próprio: deixa de ser sujeito e perde sua razão de ser”.⁵⁷

Já no ponto 6, o autor nos oferece o contexto onde o tema identidade se manifesta:

Sendo a identidade o conjunto de condições subjetivas que regem a reprodução e evolução de todo ente social (indivíduo, empresa, minoria política, nação, etc.), o controle – mediante a violência, a cooptação e a alienação – da identidade latino-americana pelos centros mundiais do poder, torna impossível qualquer projeto econômico nacional em benefício das maiorias.⁵⁸

A violência, a cooptação e a alienação, de forma muitas vezes coordenada e sistemática, são parte dos recursos empregados para dissolver a vontade política das maiorias latino-americanas.

Neste contexto, os operadores de política institucional têm interesse em desorganizar as instituições do tecido social das classes oprimidas, aumentando sua fragmentação, subordinando-o à política institucional e diminuindo seus estoques de capital social. Basta compreender a ideia premente de que quem se associa o faz por interesse e teremos uma difusão da “escolha racional” nas camadas mais baixas e subalternas das sociedades contemporâneas.

O contraponto a esta subordinação do ponto de vista organizativo é o de *independência de classe*, e sua consequente autonomia estratégica, por parte dos movimentos populares. Esta autonomia decisória é foco de tensões e diminuir esta capacidade é o alvo dos operadores políticos da maior parte dos partidos eleitoral-institucionais.

A subordinação da lógica de classe e povo para com a lógica do partido (cuja arena prioritária tende a ser o eleitoral) e sua agenda própria é uma consequência desta submissão da iniciativa popular. Some-se a isso a ausência de partidos políticos e/ou organizações com intenção de câmbio e forte incidência social e teremos o cenário propício para uma cultura política paroquiana e pautada pelo curtíssimo prazo.

Sem referência política, o espaço fica livre para a incorporação das esquerdas institucionalizadas, reformistas e de massa, na

57. Ibid., p. 143.

58. Ibid., p. 144.

especialização do controle burocrático dos poderes públicos locais. As entidades de base são esvaziadas, sendo que seus recursos humanos mais capazes vêm a ser recrutados para cogerir a estrutura a qual, em tese, estes movimentos deveriam obrigar a ser responsiva. Troca-se o conflito pela ampliação de direitos pelo jogo de soma zero. Invertem-se os papéis e aproximam-se as práticas políticas de direita e esquerda eleitoral-institucional.

Assim, recursos políticos como o clientelismo, somados à criminalização da pobreza, ao conflito entre pobres e a disseminação da economia ilegal (capitaneada pela drogadicção), fragmenta ainda mais o tecido social metropolitano, baixa seu estoque de capital social e reforça um comportamento político individualista, paroquial e imediato.

A ação da mídia de massa acentua este comportamento político. Sintomaticamente, a concentração dos veículos de comunicação vai aumentando, mantidas as verbas de publicidade oficial e refinanciamento das dívidas de grandes conglomerados do meio. A mídia com cobertura política se segmenta e é ampliada (em especial via internet), mas estes recursos midiáticos não atingem os grandes públicos. Esta mesma mídia reforça o papel de fragmentação do tecido social da pobreza e trabalha com desinformação estrutural.

Isto porque as formas mais elementares da indústria de comunicação não estariam, sendo alcançadas no Brasil, que seriam: *informar* sobre as mudanças em curso através de notícias (relatos ou relações) e *formar* algum tipo de conhecimento. Dines marca uma análise de conjuntura do setor que fornece os bens simbólicos em formatos comunicacionais para um grande público (produzindo bens tangíveis que são de conteúdos informacionais e culturais): “No momento em que este processo de esclarecimento é submetido e confunde-se com um processo econômico e um processo político (não necessariamente com a mesma origem), cria-se uma *deformação* funcional, orgânica. O resultado é a *desinformação estrutural*”.⁵⁹

59. DINES, Alberto. BALANÇO & SACOLEJO – I: O ano e a hora da verdade. **Observatório da Imprensa**, Rio de Janeiro, 30 dez. 2003. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/iq301220031.htm>>. Acesso em: 30 jan. 2012.

O conceito de fragmentação do tecido social é central nesta proposta de estudo. Este é verificado num clima de ingovernabilidade em um país de alto nível de contestação social, e entendemos ser o oposto do ocorrido no Brasil. Isto se dá não porque os partidos políticos no Brasil não estejam em descrédito, mas pela ausência de canalização desta multipolaridade política. O que existe de hegemônico na malha urbano-metropolitana é a cultura política de fundo paroquiano, que, somada à capilaridade dos operadores políticos locais, esvaziam as entidades de base e mobilizam recursos para interesses de curtíssimo prazo.

Compreende-se que a contraposição de sujeitos sociais fragmentados, mas localizados no mesmo tecido social, pode, a partir de objetivos táticos únicos e alcançáveis, servir de polo unificador e assim gerar o capital social necessário. O pôr-se em movimento, uma vez que estes distintos sujeitos estejam organizados por entidades de base.

Conclusões

Este artigo tratou de analisar a “crise” no campo das Ciências Sociais, especialmente na América Latina, quando da criação, apropriação e utilização de paradigmas teóricos de análise que acabam por não apresentar bases sustentáveis na realidade. No contexto de utilização, estando posicionamentos/ligações político-econômicos determinantes para a disseminação teórica, como foi o caso de Friedman e seus seguidores teóricos.

É a partir do reconhecimento desta crise, do posicionamento ontológico ao qual nos filiamos e da afirmação da necessidade de uma episteme voltada para a radicalização dos processos democráticos latino-americanos que desenvolvemos o enquadramento dentro do campo, em específico neste artigo.

Se no campo científico das Ciências Sociais e Humanas, vivenciou-se nas três últimas décadas o desenvolvimento, com forte participação nos Estados-Nação, de uma teoria econômica que privilegiou o capital financeiro, os grandes grupos comunicacionais, envolvidos administrativamente com ele acaba(ra)m por nos desinformar.

A chegada à atual “farsa com o nome de crise” tenderia a mudar

essas relações, em busca de uma teoria que não só se contrapusesse no campo teórico ao neoliberalismo, como também estimulasse uma prática diferenciada no campo econômico. Ainda não se vê isso. A força do capital financeiro continua a ditar os movimentos do mundo, como provam as “crises” em países da União Europeia.

Em função da experimentação teórica de uma modelagem correta é que *estamos na busca de uma abordagem distinta para afirmar o conflito social*, em especial no ponto nevrálgico onde se dá uma nova acumulação de forças. A lógica da acumulação de forças implica em livrar combates que se possa vencer, superando a forma apenas reativa de fazer política a partir das classes oprimidas.

O acúmulo pode implicar em se defrontar com temas estratégicos de ampliação de direitos comuns e/ou de defesa da soberania popular, como numa luta pela preservação e autogestão de um bem natural não renovável. Ao apontar além do momento (portanto, da tática) e visualizar alguns inimigos estratégicos comuns, pode-se reforçar ou recriar formas atuais de luta de classes. A recriação destas formas de luta de classes pode implicar em aumento de participação e *constranger ao constrangimento estrutural* onde se situa o limite do jogo de soma zero. Isto pode gerar situações-limite tanto para o sistema político como para a concepção de democracia representativa.

Referências

BORBA, Julian; SILVA, Lillian Lenite da. Sociedade civil ou capital social? Um balanço teórico. **Alcance**, Itajaí, v. 11, n. 3, p. 461-475, set.-dez. 2004.

DIETRICH, Heinz. **Identidade Nacional e Globalização: a Terceira Via – Crise nas Ciências Sociais**. Blumenau: EdUFURB, 2002.

DINES, Alberto. BALANÇO & SACOLEJO – I: O ano e a hora da verdade. **Observatório da Imprensa**, Rio de Janeiro, 30 dez. 2003. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/iq301220031.htm>>. Acesso em: 30 jan. 2012.

DOWNS, Anthony. **Uma teoria econômica da democracia**. São Paulo: EdUSP, 1999.

FRIEDMAN, Milton. The methodology of positive economics. In: _____. **Essays in Positive Economics**. Chicago: University of Chicago Press, 1953. p.3-16, 30-43.

KLEIN, Naomi, **A Doutrina do Choque: a ascensão do capitalismo de desastre**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

MOULIAN, Tomas. El neoliberalismo como Sistema de Dominación. **Alternativa**, Santiago, n. 15, 2002.

OLSON, Mancur. **A Lógica da Ação Coletiva**. São Paulo: EdUSP, 1999.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Democratizar a Democracia: os caminhos da democracia participativa**. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2002.

TSEBELIS, George. **Jogos Ocultos**. São Paulo: EdUSP, 1998.

VITULLO, Gabriel Eduardo. **Além da transitologia e da consolidologia: um estudo da democracia Argentina realmente existente**. 2002. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Porto Alegre.

CAPÍTULO 3**CAPITAL, INFORMAÇÃO E ECONOMIA
DIGITAL: AS MÚLTIPLAS FACES
CONSTITUTIVAS DA GLOBALIZAÇÃO
CORPORATIVA DO CAPITALISMO**

Bruno Lima Rocha
Márcia Turchiello Andres
Ana Maria Oliveira Rosa

Resumo⁶⁰: O artigo descreve diversas etapas do capitalismo, buscando compreender que as atuais mudanças tecnológicas e suas conseqüências sócio-políticas não se tratam de uma ruptura do sistema em si, mas sim, estariam apenas fazendo parte de mais uma re-acomodação deste, como modelo de civilização/sistema. Além disso, o artigo também demonstra que a força de trabalho, reforçadamente quando se trata da força especializada, em seus diversos engendramentos, continua submissa e, além disso, apresenta-se individualizada e, dentro destes parâmetros, sem perspectivas de tornar-se uma efetiva resistência.

Palavras-chave: Capitalismo; Inovação; Periodização; Digitalização.

Introdução

O sistema capitalista vem sendo marcado por grandes transformações no decorrer dos últimos dois séculos; no entanto, estas alterações não o fazem perder sua coerência interna de busca permanente por expansão, acumulação, concentração e modelização societária. No intuito de evitar uma periodização forçada, é preciso

60. Revisão de artigo publicado no volume 12, número 2 (maio-agosto de 2010), da Revista EPTIC Online.

reforçar que o esgotamento do ciclo de desenvolvimento anterior, dando início à outra fase do próprio sistema, não significa – ou melhor, nunca significa – a superação total do período precedente. As mudanças ocorridas nos modos de produção não apagam as características essenciais do modelo, havendo sim a incorporação de novas práticas ou até mesmo a “ruptura” de determinados princípios a favor de outros.

Entende-se que a “ruptura” com o sistema capitalista é completamente diferente e infinitamente mais complexa do que as características dessas transformações que são comentadas e propagadas nos últimos anos. Tratando-se de um marco civilizatório, compondo um sistema de dominação, o capitalismo se re-funcionaliza a todo o momento, tornando-se cognitivo e informacional.⁶¹

Dentro desse contexto é possível entender de forma específica o funcionamento do sistema diante das recentes mudanças tecnológicas. Adaptando-se aos distintos momentos da propagação da tecnologia dentro do sistema produtivo, o capitalismo permite não apenas que as mudanças possam fazer parte das habituais mutações às quais está exposto, mas também que o impacto dessas mudanças em áreas como a comunicação social reforce códigos de conduta e comportamento incluídos na propagação ideológica que mantém o próprio capitalismo como hegemônico.

Um exemplo atual desta conjunção da cultura como norma representada na individuação se materializa no tipo de conduta que faz referência à estética universalizada dos trabalhadores de nível superior: esse grupo vende (ou pretende vender) sua força de trabalho para empresas transnacionais, de capitais mistos ou estatais, e sequer se vê enquanto classe.

Essa normatização social através do comportamento individual atomizado, também se verifica na cultura da carreira

61. ROCHA, Bruno Lima. A Interdependência Estrutural das Esferas: ancestralidade e atualidade da construção e origem desta teoria. In: _____. **A Interdependência Estrutural das Três Esferas**: uma análise libertária da Organização Política para o processo de radicalização democrática. 318 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, RS, 2009.

profissional, onde se supõe que a mesma se baseia em risco e oportunidade, popularizando assim uma versão vulgar do individualismo metodológico, baseado em cálculos tipificados como de escolha “racional”. Como contraponto, gerar outra base normativa de comportamento é complementar e essencial para dar apoio societário a outros formatos midiáticos que operam nas margens das indústrias culturais, embora muitas vezes de forma complementar aos agentes econômicos líderes de oligopólio nos mercados de comunicação e de telecomunicações.

Diante desse contexto, e de acordo com os preceitos da Economia Política da Comunicação, é importante observar os processos atuais no intuito tanto de desmistificar uma possível ruptura do sistema com base na evolução técnica como de promover práticas sociais alavancadoras de mudanças que possam construir, ao longo do tempo e na velocidade que lhes é determinada pelas idas e vindas da conjuntura sócio-política e dos agentes aí imbricados, caminhos possíveis como alternativas às propostas já naturalizadas.

Apontando uma periodização complexa e não determinista

A decadência do sistema feudal no século XVI, concomitante a formação das praças bancárias (coexistindo com os primeiros parques gráficos através de impressoras de tipos móveis), deu início à formação do que viria a ser o embrião da globalização capitalista, aprofundada nos dois séculos posteriores pela constituição de empresas de capital misto (as Companhias das Índias) e o aumento de circulação de moeda proveniente da cunhagem oriunda dos saques de metais preciosos então ainda abundantes no Novo Mundo. Sendo uma economia de mercado, o capitalismo é fruto da formação e expansão de um mercado em escala mundial, resultante das operações de inteligência de Estado e empreendedorismo misto, conhecidas como as Grandes Navegações.⁶²

O capitalismo manufatureiro, resultado da penetração do capital na produção e da circulação de títulos como representação

62. SINGER, Paul. **O capitalismo**: sua evolução, sua lógica e sua dinâmica. São Paulo: Moderna, 1987. p. 14.

de valor e compromissos públicos (cujo fiador era o sistema bancários estatal em gestação), vai se desenvolver até o século XVIII. O aumento da produtividade devido à produção em grande escala, através de uma divisão técnica do trabalho, vai ser uma das novas características do sistema:

O capitalismo manufatureiro foi capaz de explorar, em certa medida, a possibilidade de aumentar a produtividade mediante a produção em grande escala. Reunindo numerosos trabalhadores sob o mesmo teto, o capitalista manufatureiro pôde criar uma divisão técnica de trabalho dentro da manufatura, o que lhe permitiu alcançar maior produtividade do trabalho. Em lugar de cada trabalhador realizar todas as operações, cada operação passava a ser tarefa de um grupo específico de trabalhadores.⁶³

O desenvolvimento do capitalismo industrial em sua primeira fase concorrencial tem por base a Revolução Industrial, cujo início remete ao final do século XVIII. O trabalho braçal foi acelerado e parcialmente substituído pela máquina, reduzindo os custos da produção e, conseqüentemente, aumentando as vantagens do dono do capital.

De acordo com Singer, o capitalismo industrial vai diferir do manufatureiro, na medida em que este último ancorava suas estratégias de expansão na unificação de um mercado nacional, necessitando da intervenção do Estado ainda sob o regime absolutista. Já o capitalismo industrial, com o surgimento de uma nova e vitoriosa fração de classe dominante sem direitos de nobiliarquia, vai inspirar-se no liberalismo, requerendo a unificação de todos os mercados, tanto locais quanto nacionais, rejeitando a intervenção do Estado nos mercados internos (regulando as tensões políticas mediante o voto censitário e uma democracia entre os igualmente dominantes) e dando direito à livre competição.⁶⁴ Eis que surge o mito da concorrência perfeita e do equilíbrio de mercado como balanço de desenvolvimento de uma sociedade.

No último quarto do século XIX inicia-se a transição da

63. Ibid., p. 16.

64. Ibid., p. 18-19.

última parcela de fase concorrencial, entrando o centro do sistema através de seus agentes econômicos e seus poderes consolidados nas instituições estatais, para a etapa monopolista (posteriormente fordista) do capitalismo nos países desenvolvidos. Esse processo foi conseqüência da crise de 1873 a 1896 (a primeira Grande Depressão), e atinge seu apogeu em meados do século XX, principalmente no período posterior à Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Conforme Beaud, esse momento vai ser marcado pelo desenvolvimento de uma nova geração de indústrias e técnicas industriais, pela afirmação do movimento operário (com suas conseqüentes expectativas de emancipação mediante a violência de classe) e concentração do capital, assim como o surgimento de uma nova etapa de expansão do capital financeiro e, por último, pela nova onda de colonização e de expansão em escala mundial.⁶⁵

Entre as características da etapa monopolista está o surgimento de grandes corporações, bem como a presença do Estado na vida social (até como contrabalanço da pressão por direitos sociais através da ação coletiva), interferindo nos contratos empresariais e passando a controlar um maior número de empresas.

No que diz respeito às produções estéticas em larga escala, a cultura de massas, em escala industrial, passou a ser transformada em mercadoria e as indústrias culturais desempenham um papel mais relevante na sociedade, na medida em que serviram de alicerce para solidificar o sistema. Durante o Pós-2ª Guerra até o advento do computador pessoal e da telefonia móvel, pode-se afirmar que a radiodifusão audiovisual baliza parte das formas de sociabilidade e de agendamento destas gerações, materializando o conceito de cultura de massa e, ao final da década de 80, apontando, via multiculturalismo, a cultura segmentada que estaria por vir.

A partir da década de 70 do século XX, desencadeia-se o processo de transformação que levou à reconfiguração capitalista (pós-fordismo). Essa fase marca o início de uma nova expansão transnacional de companhias, abre o caminho para o rearranjo da atuação do Estado, assim como as privatizações e

65. BEAUD, Michel. **História do capitalismo**: de 1500 aos nossos dias. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 195.

desregulamentações, levando à aceleração das tecnologias da informação e da comunicação, que também impulsionaram esse processo de reestruturação. Podemos destacar como marcos desta nova fase na década, a implantação do Sistema Swift de compensação interbancária transnacional, as vitórias políticas do neoliberalismo no Chile (1973) e depois da Inglaterra (1979), e a fundamental quebra do padrão dólar-ouro de forma unilateral por parte dos Estados Unidos.

Pode-se dizer que entre os fatores causadores da transição de uma etapa a outra do capitalismo está o esgotamento do ciclo de desenvolvimento anterior, oriundo também de rombo fiscal, sendo este derivado da queda da correlação de forças no pacto de Pós-guerra – com a subsequente derrota das forças representantes do mundo do trabalho no centro do capitalismo.

A mudança da etapa, contudo, não significa que características vigentes na fase precedente sejam completamente substituídas por outras. Há que se destacar que a ruptura de um sistema de dominação é diferente da idéia de “superação”. Não há lógica intrínseca de autodestruição de uma dominação sistematizada. Não é porque o modelo analítico e o pacto social que garantiram a expansão da etapa do capitalismo fordista no Pós-Guerra mudaram que o capitalismo em sua essência mudara.

Não é pela mudança no modo de produção (de fordista para pós-fordista) que o sistema capitalista “se supera”. O modo de produção é um dos pilares de um marco civilizatório chamado capitalismo e tem suas variáveis, como no regime político, mas seus teoremas fundamentais permanecem. Existe uma relação entre inclusão e exclusão; mão-de-obra ocupada e exército de reserva; relações assimétricas entre os agentes coletivos e o Estado capitalista; Estados-líderes e Estados subalternos; relações internacionais igualmente assimétricas e pautadas pelo interesse mercadológico e transnacionalização dos agentes econômicos mais fortes.

Além do mais, nenhum modelo de “desenvolvimento” capitalista se globaliza de maneira uniforme. No período do Pós-Guerra, o pacto do Estado de Bem Estar Social da Europa beneficiada pelo Plano Marshall é reinventado na América Latina com os

Estados Nacional-Desenvolvimentistas. A mesma reinvenção e reacomodação ocorrem na etapa atual. Desse modo, apesar da prática neoliberal ser corriqueira no mundo contemporâneo, diferencia-se entre os diversos países, como na América Latina em que atualmente (a partir dos dois primeiros anos do século XXI) se disseminam novas forças políticas de orientação de esquerda.

Conforme Tremblay, assim como o fordismo assumiu formas diversificadas entre os países, o gaticismo – termo cunhado para referenciar o capitalismo do desenvolvimento da informática – também não se trata de um modelo homogêneo, uma vez que condições históricas e estruturais levam a características nacionais, regionais ou locais implicando em mais de um tipo de gaticismo.⁶⁶

Mesmo havendo a mudança na forma de acumulação, não foi alterada a lógica da acumulação do sistema capitalista, tampouco o Estado capitalista deixa de ser Estado – e não uma associação de livres produtores de bens simbólicos – e transnacionalizado. A vinculação em postos-chave entre Estados e companhias está no embrião deste sistema ainda em sua etapa mercantil, como foi o caso da Inglaterra com a Companhia Britânica das Índias Ocidentais e a Holanda com a Companhia Holandesa das Índias Ocidentais; isto na fase do nascimento do sistema especulativo, dos Bancos Centrais e dos títulos e na forma de acumulação de tipo selvagem nos domínios ultramarinos.

O problema atual do capitalismo e a razão da bolha do mercado imobiliário dos EUA – antes atingido pela fraude generalizada dos balanços públicos das maiores empresas do país, como a Enron⁶⁷, e antes ainda atacado pela bolha das empresas Pontocom⁶⁸ – é a falta

66. TREMBLAY, Gaëtan. La sociedad de la información y la nueva economía: promesas, realidades y faltas de un modelo ideológico. In: MELO, José Marques de; SATHLER, Luciano. **Direitos à Comunicação na Sociedade da Informação**. São Bernardo do Campo: Umesp, 2005. p. 58.

67. A Enron, companhia americana de serviços públicos considerada líder mundial em distribuição de energia, foi protagonista em dezembro de 2001 da maior concordata da história dos Estados Unidos, envolvendo denúncias de fraudes fiscais e contábeis.

68. Empresas que comercializam produtos ou serviços pela internet. Em maio de 2001, a bolha da internet, isto é, a supervalorização de ações de empresas virtuais

de lastro. A apropriação do valor social através da lógica rentista, como um grande locatário jogando com as expectativas coletivas, a tal “confiança”, implica em ter, ainda que de proporção ínfima, uma remuneração básica em dinheiro circulante, e a partir daí, criar papéis derivados (derivativos) onde são geradas carteiras e especulação. Na ausência de lastro, não há sobre o que especular. O capital financeiro é fictício, mas é capital, portanto, precisa da apropriação privada do saber e do trabalho coletivos. Se há alguma essencialidade do capitalismo, esta é a apropriação do saber coletivo pelo capital e a fusão de interesses e projeções ideológicas nas formas institucionais de controle.

Capital, Inovação e Informação

O desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação foi essencial para as sociedades capitalistas, uma vez que foram responsáveis pelo aumento dos fluxos de informação, tornando-se fundamentais para a disseminação de produtos e serviços, através da publicidade. Da mesma forma, os meios de comunicação se beneficiaram dos investimentos trazidos pelo mercado, desenvolvendo-se em termos técnicos e de serviços.

De acordo com Tremblay, os profetas da Sociedade da Informação (SI) afirmam que “se debe concebir a la sociedad o a economía esencialmente en términos de producción y de circulación de la información. La información se habría convertido en el factor de producción y el producto más importante de la vida económica”.⁶⁹ A informação seria a ferramenta principal para o desenvolvimento das sociedades, levando a crer, inicialmente, que a Sociedade da Informação foi um mecanismo de superação da Sociedade Industrial:

A pesar que los logros de productividad no pueden medirse con precisión matemática, es un hecho innegable que las TIC introducen cambios en el proceso de producción. Pero, ¿estos cambios conducen a un nuevo modo de desarrollo? ¿Se trata de una ruptura o de una continuidad con el modelo de desarrollo industrial fundado en la

estourou, levando à falência muitas pequenas empresas virtuais.

69. TREMBLAY, Gaëtan, op. cit., p. 51-52.

innovación científica y tecnológica que caracteriza al capitalismo de los países desarrollados desde finales del siglo XIX? La respuesta positiva no es evidente y remite por el momento más a los a priori teóricos, que al análisis de datos concretos.⁷⁰

Na etapa atual, do capital fictício (imaterial e financeiro), a informação é uma das matérias-primas para acumulação, tanto de lucro como de poder nas relações assimétricas. O controle social é um ativo tão relevante na Sociedade da Informação como o controle das rotinas produtivas:

Mi punto de vista personal es que la SI es sobre todo una ideología que, como cualquier otra, proporciona una lectura selectiva, deformada, de la realidad, del cambio y del desarrollo social. Y esta ideología está fundada en el determinismo tecnológico. Mi análisis llega a la conclusión que la SI no constituye una ruptura radical con el sistema capitalista, sino que debe entenderse como otra etapa en la evolución del mismo. La nueva economía, o mejor dicho la economía digital o la digitalización de la economía, a pesar de sus dificultades recientes, parece una realidad más concreta que las promesas salvadoras de la SI.⁷¹

Herscovici se refere à lógica rentista, a qual tem relação com o modo de funcionamento do mercado de capitais como na exploração dos direitos de propriedade intelectual, e contesta o arcabouço e a base moral do sistema de autor-obra, ao que ele define como rentista – exploração privada de algo que é ou pode ser coletivizado:

Cultura, conhecimento e técnicas são processos intrinsecamente cumulativos, cuja dinâmica está ligada ao fato de diversas civilizações colocarem em comum suas contribuições respectivas. Qualquer restrição no que concerne às modalidades de apropriação deste patrimônio comum tende a prejudicar a dinâmica do sistema. Por outro lado, este tipo de dinâmica cultural, científica e tecnológica permite questionar a legitimidade do conceito de autoria: à medida que a criação provém da herança

70. Ibid., p. 55.

71. Ibid., p. 51.

do passado e das contribuições dos outros criadores, em função da história cultural e da antropologia, é praticamente impossível determinar qual é a contribuição específica de cada cultura e de cada criador. 72

O mesmo se dá com as patentes científicas, cuja base de exploração é o licenciamento sobre o sistema de inovação. A ação do capital se dá na apropriação privada (as patentes, os licenciamentos, a cobrança de *royalties*) do saber coletivo: a inovação construída de forma colaborativa. No capitalismo reconfigurado um exemplo é a participação de empresas transnacionais nas rotinas produtivas da cadeia alimentar, onde são cobrados *royalties* sobre a semente transgênica no ato da compra da matéria-prima para a produção e no ato da venda, via exportação.

Há elementos fundantes que não foram alterados pelo advento da Sociedade da Informação. Um deles é a lógica rentista, aplicada pela taxaço impositiva do Estado na moeda circulante, taxando consumo e salário, onerando o trabalho e desonerando o capital. Além disso, transferindo riqueza material para o formato digital e transnacionalizando esta riqueza através do Sistema Swift⁷³ e pela compra e venda de papéis de dívidas públicas, ancorando a produção do mundo em carteiras de ações, muitas delas sem valor. Não se trata de uma ferramenta nova, pois o mecanismo de compensação satelital, Sistema Swift⁷⁴, data de 1973, instituído pelas 10 maiores

72. HERSCOVICI, Alain. Conhecimento, capitalismo imaterial e trabalho: alguns elementos de análise. UNIrevista, São Leopoldo, v. 3, n. 1, jul. 2006. Disponível em: <http://www.unirevista.unisinos.br/_pdf/UNIrev_Herscovici.PDF>. Acesso em: 6 maio 2010. p. 10.

73. Sistema de comunicação interbancária.

74. Veja o que um especialista em circulação de dinheiro digital fala sobre o tema: “Em 1973, as dez maiores instituições bancárias do mundo criaram a Swift, um sistema de telemática [conjunto de serviços de informática fornecidos através de uma rede de telecomunicações] que cobre 99,9% das instituições bancárias existentes no mundo e é um prestador de serviços responsável por todas as compensações e movimentações bancárias. É a rede de sustentação dos bancos. Evidentemente, por ela circula parte dos referidos 500 bilhões de dólares. Não que isso aconteça com a conviência da Swift, mas não há nenhum mecanismo de

corporações bancárias. O termo capitalismo telemático é literal, pois se trata dos serviços de informática do sistema.

A lógica rentista e de natureza especulativa está na raiz do sistema antes mesmo da sua fase mercantil, quando a expansão europeia é financiada por corporações de banqueiros. O que pode ser visto como novo e em conflito com a lógica do capitalismo é saber que há uma multiplicidade de produtores de bens simbólicos e que o volume é tamanho que pode ultrapassar a moenda da Indústria Cultural, que segue vigente.

A construção do conhecimento de forma colaborativa é uma das características da chamada nova economia, onde a busca pela inovação pode ser – através de digressão – comparada com a guerra de patentes do final do século XIX e início do XX. O sistema apresenta, aparentemente, uma falsa contradição. Em tese a inovação é sinônimo de livre fluxo, de informação circulante, intercâmbio entre cientistas e redes de colaboração globalizadas. Isso se a atividade-fim (a inovação científica) fosse acompanhada de uma atividade-meio (a pesquisa colaborativa) dotada de coerência discursiva.

O conjunto das potencialidades tecnológicas, dentro do capitalismo, sempre está sujeito ao peso relativo dos agentes econômicos com as melhores posições em seus respectivos oligopólios e das relações assimétricas dentro das instâncias decisórias de um Estado. Pela lógica da “superação”, o avanço tecnológico seria absoluto; mas pelo *modus operandi* do controle dos processos criativos, com a apropriação privada do saber coletivo, o avanço tecnológico tem de se ajustar às margens de constrangimento estrutural das relações de força vigentes no processo de inovação.

Processo tecnológico por si só não afeta nenhuma sociedade, e sim a diferença de técnica para tecnologia. Um exemplo digressivo pode ser a observação do uso do cavalo pelas tropas dos conquistadores nos antigos impérios Inca, Maia e Azteca e a domesticação do cavalo pelos povos originários charruas e guaicurús.

Um exemplo destas possibilidades está na hipotética universalização ao acesso da internet de banda larga no Brasil e a superação da organização produtiva anterior, ao menos nas cadeias de produção de bens simbólicos e informacionais. O tema da autorização de internet por rede elétrica, cuja cobertura atinge a praticamente todo o solo urbano brasileiro, sem dúvida é um avanço no acesso e na inclusão. A diferenciação se dá na base cognitiva da maioria dos brasileiros em compreender e assimilar conteúdos mais complexos, além de seu cotidiano e dos códigos que domina. O diferencial ainda assim reside aí.

Mesmo ao se imaginar o acesso “universal” da internet de banda larga, tem-se ainda momentos de superação para o acesso universal no sentido da produção colaborativa. Isto é, não se pode pressupor que as pessoas conectadas serão autodidatas conceituais, que vão absorver informação e poderão processá-la se não tiverem conceitos analíticos para isso. Um jornal de alguma complexidade, como a *Folha de São Paulo* ou o *O Globo*, já se torna quase ininteligível, imagine a blogosfera alternativa. Ainda assim, entende-se que, para aumentar a velocidade de circulação do conhecimento no Brasil, é fundamental o Estado intervir, gerando a infraestrutura básica para isso, como é a habilitação da internet por banda larga, e como seria a implantação da cobertura da banda larga sem fio pelas antenas de Wimax (sinal com alcance de até 50 quilômetros).

Este é um caso típico de subordinação parcial do ente decisório, dentro de um Estado capitalista regido pelas relações assimétricas dos agentes econômicos nos mecanismos de regulação dos mercados. Pela base tecnológica, já há desenvolvimento suficiente para aumentar a velocidade da banda, universalizar o acesso – e não o uso, aí entramos no problema do déficit cognitivo – e possibilitar os *uploads* mais pesados. Isso não ocorre não por barreiras técnicas, mas por recursos de tecnicismos usados para garantir as posições de líderes de oligopólios em momentos de fragilidade, como o de mudança de padrão tecnológico e a conseqüente abertura para novas possibilidades e agentes.

Se há uma essência no capitalismo e se ela permanece inalterada, então não é a circulação de informação que por si vai transformá-la.

Nas duras regras dos sistemas de dominação, aprende-se logo que sistema algum se autodestrói e nem mesmo um governo comete suicídio político. Uma das partes constitutivas do capitalismo é sua mediatização, a necessidade de fabricar consentimento na forma de consensos de maiorias supostamente silenciosas. Talvez seja este o aspecto mais vantajoso da atual revolução tecnocientífica, da microeletrônica e dos semicondutores.

Na sociedade em que se vive, aumentam as proporções de se produzir bens simbólicos, conteúdos midiáticos e o conjunto de narrativas estéticas que podem ganhar forma mercadoria. Mas isso por si só não altera a classe de mercado dos oligopólios (como na internet, com Google, Yahoo e MSN) e nem muda a natureza do capital (apropriação privada de bem coletivo; apropriação privada de saber social circulante; extração da capacidade criativa dos produtores/trabalhadores; controle fechado de rotinas produtivas, dentre outras) e muito menos do Estado capitalista e das relações assimétricas que o regem.

Economia do conhecimento e economia digital

No século XXI as comunicações vão ser marcadas pela Fase da Multiplicidade da Oferta⁷⁵, representada pela abertura de novos mercados e, conseqüentemente, maior número de canais ao público receptor. Nesse período, amplia-se o fluxo de informação, assim como as possibilidades de disseminar conhecimento pelas inúmeras ferramentas de comunicação oferecidas pela Web, impactando, inclusive, o processo de construção do conhecimento de forma colaborativa, que, nada mais é do que um espaço onde a circulação de informação se dá entre pares ou assemelhados. A possibilidade de trabalho criativo de forma colaborativa sempre houve, mas talvez não na escala atual:

A delimitação de papéis do universo impresso encontra-se agora transfigurada pelo meio electrónico, o qual permite uma diluição de funções, cujas conseqüências são, ainda, imprevisíveis, mas que aceleram o processo

75. BRITTOS, Valério Cruz (Org.). **Comunicação na Fase da Multiplicidade da Oferta**. Porto Alegre: Nova Prova, 2006.

de desadequação dos princípios convencionais aos novos princípios. Ao imbuir-se a tecnologia no processo de comunicação da ciência, transformam-se as formas convencionais (de comunicação, por exemplo), e criam-se novas formas (de colaboração, por exemplo), que usufruem do derrube de fronteiras e da ampliação do espaço-tempo que a tecnologia proporciona.⁷⁶

No entanto, as barreiras permanecem semelhantes às existentes no período analógico. Conservam-se, talvez em proporções diferenciadas, as regras de controle e de mercado, como patentes, licenças e definições de que tal área é sensível e, portanto, implica em segurança nacional, caso dos códigos-fonte de super processadores ou tecnologias que barateiam o uso de energia:

Uma característica que subjaz a todas as licenças é a do entendimento de que a criatividade humana não deve ser cerceada por utilização limitada dos trabalhos dos autores. A utilização de uma obra não a desgasta, como acontece com a propriedade convencional, antes a amplia e faz ecoar para todo um conjunto de utilizadores. As licenças Science Commons (SC), tal como as licenças CC onde são baseadas, procuram exprimir as intenções do autor: os autores académicos escrevem para que o seu trabalho seja reconhecido pelos pares, sem ter em mente qualquer contrapartida financeira directa, o que os distingue de todos aqueles que se encontram no circuito comercial. Procuram é maximizar o impacto, parcialmente reflectido pelo número de citações que recebem, o que significa que, ao existirem obstáculos ao acesso, tal impacto pode ser afectado.⁷⁷

O *Creative Commons* (CC) é um pré-licenciamento, onde se desoneram as partes de conversarem mediante representantes legais. O problema do licenciamento fica mais complexo quando a inovação tem ambiente na internet, sabendo que o ciberespaço é globalizado por sua natureza. A barreira de idioma tampouco existe

76. BORGES, Maria Manuel. A Propriedade Intelectual: do Direito Privado ao Bem Público. **Observatorio (OBS*) Journal**, 5, p. 225-244, 2008. p. 234.

77. *Ibid.*, 231.

em nível científico, reconhecendo-se que o inglês é língua franca para os acadêmicos produtores de ciência:

Uma licença CC define o modo como os utilizadores podem usar o trabalho sujeito a copyright, para além do chamado fair use. O fair use define um conjunto de regras que permite o uso de um trabalho procurando estabelecer um equilíbrio entre os direitos do autor e o interesse público (para fins de investigação, educação e uso privado).⁷⁸

O CC, além de diminuir custos, também vai ao encontro do ambiente que tende a ser mais colaborativo, até porque a base dos produtos digitais é serem reproduzidos através de cópias, e não de reprodução individual, como um produto analógico. A tensão está na legislação, pois nenhuma norma do direito internacional se sobrepõe aos códigos de direito de um Estado, implicando na necessidade de grandes acordos de patentes e licenças. A complexidade da engrenagem está no conhecimento sensível, que deve a todo custo ser protegido. Aí entram em cena escritórios jurídicos operando no cenário mundial, acordos de governo para governo e dentro de blocos político-comerciais.

Uma crítica dos ativistas de comunicação na Venezuela, por exemplo, é que o governo Chávez não criou bases digitais para tentar, ao menos dentro dos países de governos aliados, como Equador e Bolívia, oferecer alternativas para o conteúdo digital produzido em larga escala pelos comunicadores populares.

Retomando o tema do licenciamento, existe uma oposição no funcionamento de Creative Commons (CC) e Science Commons (SC), ou melhor, uma diferença entre uma produção científica na forma de narrativa e na produção de conhecimento hoje considerado sensível como simulação de um fenômeno a ser controlado. Em pesquisas que envolvem temas como a quebra de uma cadeia de DNA ou cadeia genética de interesse estratégico; ou mesmo um consórcio científico para fabricar a vacina contra o vírus HIV ou o câncer, há uma comunidade científica envolvida além do interesse material direto, das correlações entre ser uma autoridade científica e a ocupação de postos-chave no meio acadêmico ou nas grandes

78. Ibid., p. 228.

fundações de financiamento. Nesse caso, por mais colaborativa que seja uma comunidade científica, se for pesquisa aplicada, a patente caberá aos patrocinadores diretos ou indiretos do projeto. Este seria um limite da criatividade dentro do capitalismo, incluindo desafios tecnológicos que, pelas regras atuais de funcionamento, ainda não foram superados, como o câncer.

É dentro dessa lógica que os Direitos de Propriedade Intelectual (DPI) e as patentes operam. Os Estados mais fortes, onde se incluem os países do G7 e do G20, tendem a proteger seus interesses, que se sobrepõem aos dos agentes de oligopólios e os respectivos capitais cruzados, atraindo para suas “comunidades” uma abundância de mão-de-obra barata para desenvolvimento de novos produtos.

O diferencial é a exigência da qualificação técnica da mão-de-obra, incluindo o 4º setor o da inovação científica (na verdade, voltado para a inovação tecnológica e da pesquisa aplicada), onde o peso relativo das ditas ciências duras deforma o campo, impondo regras universais de “produtividade” para aqueles que produzem ciências “humanas”, “duras” ou biomédicas. Como a carga de informação é cada vez maior em qualquer processo produtivo e a corrida pela inovação condiciona a formação de mão-de-obra em larga escala, se pulveriza os processos de criação científica, banalizam-se os diplomas e as pós-graduações, e se barateia o custo desta mesma mão-de-obra, também precarizada.

Vale observar que a construção de conhecimento é imaterial no que diz respeito ao seu trabalho essencialmente abstrato. Este conhecimento “se materializa” depois em distintas maneiras, desde uma nova mercadoria, outras formas de cadeia de valor (como o comércio B2B eletrônico) e mesmo no “mercado de idéias”, construindo, através da linguagem, conceitos operacionais que impedem as contestações sistêmicas do próprio capitalismo.

A economia digital está baseada em algumas cadeias produtivas. É o caso da relação *quartzo, microchip*, somado com uma mão-de-obra especializada, fruto de mais de uma década de investimento. A analogia da matriz energética pode ser aplicada, já que hoje se vivencia não a “superação” do combustível fóssil, mas o seu auge e, por consequência,

o antecipar de sua superação. Isto vai extinguir o petróleo como matriz energética? Não, mas vai relativizar seu peso nos processos de funcionamento deste marco civilizatório que é a sociedade capitalista.

Não há economia sem materialidade, por mais que a carga informacional sobre uma mercadoria seja enorme, por vezes sendo quase impossível de quantificar. Ao mesmo tempo em que dificulta pensar categorias estanques – como trabalhador braçal e trabalhador intelectual –, torna-se possível e identificável o 4º setor. É a tecnificação do saber profissional criando uma nova classe de produtores: baseada na criatividade do trabalhador polivalente como forma de extrair a força de trabalho fazendo, por exemplo, quatro ou mais funções, além daquela para o qual formalmente foi contratado; e não controlando tanto os tempos e movimentos (base da linha fordista), mas dando “liberdade” de produzir em ambientes interativos e onde a criatividade pode ser exercitada “em qualquer das 24 horas de um dia corrente”.

Sobre o papel do Estado no redimensionamento da indústria do audiovisual no Brasil, defende-se que um parque cinematográfico é tanto um importante mercado, uma cadeia de valor relevante, como é portador de ideologia e elemento de difusão do país no mundo globalizado. Um Estado latino-americano deve ser um dos pilares do desenvolvimento de uma indústria cinematográfica autóctone, ou o mais nacionalizável possível. Estas barreiras de custos caíram enormemente com o advento da tecnologia digital.

Apesar da capacidade de realização e da postura estóica dos cineclubes no Brasil, não e pode aceitar como “norma” que a exibição das realizações brasileiras circule de forma marginal dentro do próprio país. Algumas formas são simples de executar e muito difíceis de alcançar. Por exemplo, a cota de exibição nacional nas salas de cinema; os curta-metragens brasileiros antes dos *blockbusters* transnacionais; a criação não de uma agência reguladora, mas sim uma agência de fomento, com linhas de financiamento e recursos diretos do Tesouro Nacional; e a regionalização da produção audiovisual. Hoje, para construir uma identidade é tão relevante o audiovisual quanto é a literatura. As maiores editoras do mundo latino sobrevivem de compras de governo e o mesmo poderia acontecer com a realização

audiovisual de alto nível nos distintos gêneros de forma estadualizada.

A Sociedade da Informação é análoga a atual Revolução Tecnocientífica, onde o individualismo metodológico fragmenta a identidade coletiva das forças de trabalho e onde a força motriz da inovação tem como base a tecnologia de microeletrônica e semicondutores. As bases tecnocientíficas do capitalismo são cumulativas, seguindo a existir, de forma residual, as formas anteriores dentro da atual.

Conclusão

A roda da Indústria Cultural continuará a girar e, ao mesmo tempo, amplia-se o circuito por fora dos agentes líderes dos respectivos oligopólios. Além disso, a globalização de capitais cruzados e a cultura unificada pelos códigos de comportamento de profissionais liberais operando como força de trabalho criativa dentro de transnacionais também tem na integração Sul-Sul, periferia-periferia e por fora dos países centrais ou dos domínios de enclave no interior dos países líderes do G20, com o Brasil incluso, a dose do veneno contrário para gerar seu próprio antídoto. Ainda assim, reconfigurado ou não, as leis de funcionamento do capitalismo seguem válidas.

Não é pela abundância de trabalho imaterial que deixa de existir trabalho e extração de mais-valia por parte do capital. Não é pela complexificação das classes sociais que deixa de existir classe e luta de classes. Não é pela multiplicidade de representações e interesses dos de baixo que deixa de existir a possibilidade de insurgência ou organização dos atingidos pela dinâmica do capitalismo. A complexidade do modelo não anula o teorema desse sistema de dominação.

É interessante notar que as novas formas e novas mídias, em especial a tecnologia digital, permitem a multiplicidade da oferta e amplia os agentes da cadeia de valor do audiovisual. Por outro lado, mesmo de forma fragmentada, os líderes do oligopólio se posicionam bem nessa entrada. O caso do cineasta estadunidense Spike Lee, que já ocupou posição de “maldito” pelo *mainstream* dos Estados Unidos, associar-se à transnacional Nokia – cuja base de estrutura de telecomunicações forma *joint venture* com a Siemens e, assim, se posiciona em terceiro no mercado mundial de infraestrutura

de telecomunicações – demonstra esses rearranjos. Assim, ao mesmo tempo em que as novas possibilidades multiplicam o fazer audiovisual, seus produtores se associam com líderes de oligopólios (de suporte, de exibição, de distribuição) para fomentar a produção que supostamente se subentende que deveria ser desconcentrada.

É interessante notar que a base de funcionamento do capitalismo pode ser percebida nas políticas públicas ou na ausência delas. No caso brasileiro, e especificamente no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, os dados comprovaram o conceito. Modestamente, considera-se a gestão dos ministros Gilberto Gil e Juca Ferreira à frente do Ministério da Cultura como inovadora e notável, um diferencial dentro do padrão do Governo. Mas, ainda assim, a diferença de escala de investimentos é gritante, afinal, sabe-se que a capacidade cognitiva é tão importante hoje como a saúde física que habilite para a força de trabalho braçal.

O que pode ser feito, dentro de um sistema de dominação capitalista, cuja hegemonia chega a impor um marco civilizatório, é como um ato de sabotagem numa linha fabril. Sem o ludismo, não haveria a quebra de máquinas e nem a tomada dos meios de produção. O processo atual ocorre de modo semelhante: quebrar a estética do oligopólio é fazer girar a roda da Indústria Cultural, inventando para ser absorvido, mas também criar para revirar os códigos que a hegemonia impõe de forma inclusive subliminar. Neste caso, o audiovisual pode ser impactante, e é necessário que o mesmo faça parte de uma alfabetização inclusiva a partir de plataformas digitais, de preferência de domínio e uso públicos.

Referências

BEAUD, Michel. **História do capitalismo**: de 1500 aos nossos dias. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BORGES, Maria Manuel. **A Propriedade Intelectual**: do Direito Privado ao Bem Público. Observatorio (OBS*) Journal, 5, p. 225-244, 2008.

BRITTOS, Valério Cruz (Org.). **Comunicação na Fase da Multiplicidade da Oferta**. Porto Alegre: Nova Prova, 2006.

HERSCOVICI, Alain. Conhecimento, capitalismo imaterial e trabalho: alguns elementos de análise. **UNirevista**, São Leopoldo, v. 3, n. 1, jul. 2006. Disponível em: <http://www.unirevista.unisinos.br/_pdf/UNIrev_Herscovici.PDF>. Acesso em: 6 mai. 2010.

ROCHA, Bruno Lima. A Interdependência Estrutural das Esferas: ancestralidade e atualidade da construção e origem desta teoria. In: _____. **A Interdependência Estrutural das Três Esferas**: uma análise libertária da Organização Política para o processo de radicalização democrática. 318 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, RS, 2009.

MAIEROVITCH, Wálter Fanganiello. Negócio (I)lícito. In: **Portal SESC SP**. Disponível em: <http://www.sescsp.org.br/sesc/revistas/revistas_link.cfm?Edicao_Id=237&Artigo_ID=3726&IDCategoria=4093&reftype=2>. Acesso em: 14 nov. 2009.

SINGER, Paul. **O capitalismo**: sua evolução, sua lógica e sua dinâmica. São Paulo: Moderna, 1987.

TREMBLAY, Gaëtan. La sociedad de la información y la nueva economía: promesas, realidades y faltas de un modelo ideológico. In: MELO, José Marques de; SATHLER, Luciano. **Direitos à Comunicação na Sociedade da Informação**. São Bernardo do Campo: Umesp, 2005.

CAPÍTULO 4**CONSTRANGIMENTOS ÀS MUDANÇAS
ESTRUTURAIS: ANÁLISE DA POLÍTICA
ECONÔMICA DA PASSAGEM DE GOVERNO
DE FERNANDO HENRIQUE PARA LULA**

Bruno Lima Rocha

Anderson David Gomes dos Santos

Resumo: Este artigo expõe uma série de constrangimentos estruturais que reduzem a patamares mínimos as margens de manobra do governo central brasileiro. O Brasil vivia a expectativa de ter, após mais de quinze anos, uma moeda estável e governo com grau de coerência elevado e com consequências que têm força no Governo FHC, mas que se seguem na gestão Lula. Esta condição, dentro dos parâmetros de pensamento hegemônico, faz com que a pouca capacidade de movimento independa da alteração do partido e coligação que ocupem o Executivo deste Estado. Um governo democraticamente eleito dificilmente poderá tomar decisões de caráter estratégico no plano macroeconômico se o Estado, a partir do qual governa, é soberano sobre seus próprios recursos, mas não exerce esta soberania na plenitude de sua potencialidade.

Palavras-chave: Constrangimentos estruturais; Brasil; Governo FHC; Governo Lula.

Introdução

Este artigo adentra pela política econômica brasileira no momento da transição do governo Fernando Henrique Cardoso (01/01/1995 a 01/01/2003) para o de Luiz Inácio Lula da Silva (01/01/2003 a 01/01/2011), levando em conta os primeiros meses do governo Lula, já que parte-se de estudos realizados no 2º semestre de 2002, onde se pôde observar e analisar as políticas econômicas promovidas pelo governo central brasileiro a partir da Abertura.

Notou-se ingerências mútuas entre o mercado, os agentes econômicos e os agentes políticos, preponderando sobre todos estes atores os constrangimentos promovidos pelos países centrais, especificamente os Estados Unidos, somados aos mecanismos de regulação global por esta potência hegemônica. A disputa eleitoral também foi acompanhada, com eleições para presidente, governadores, Câmara, Senado da República e respectivas Assembleias Estaduais. Verificando-se neste processo as possíveis mudanças estruturais que poderiam vir a ocorrer com a alternância de governo.

Discute-se aqui um dos problemas nevrálgicos da Ciência Política, que é a condição de autodeterminação de um governo eleito através do voto popular como mecanismo de democracia representativa confrontada com os constrangimentos sofridos pelos Estados. Nas regras atuais da política no Brasil, a forma de exercício de cidadania consagrada atende pela primazia do sufrágio sobre outras formas de participação. Mas este mesmo voto não serve como fonte decisória para as decisões de longo prazo do país. Assim, dificilmente um governo democraticamente eleito poderá tomar decisões de caráter estratégico no plano macroeconômico se o Estado, a partir do qual governa, é soberano sobre seus próprios recursos, mas não exerce esta soberania na plenitude de sua potencialidade.

Como se pode observar, a abordagem apresenta coerência com as preocupações a serem elucidadas pela Teoria das 3 Esferas. Em especial, a preocupação é a gravitação do pensamento neoliberal, partindo de um prisma econômico, munido de um léxico e vocabulário de técnica, como superiores aos debates políticos. Discorda-se desta forma de realizar o debate e de fundamentar as tomadas de decisões. Existem limitações de técnica sobre todas as áreas de vida pública, mas este universo de limitação de recursos tecnológicos, de mão de obra especializada e de ambiente adequado não pode se sobrepor às potencialidades da política. Esta afirmação tem um status de verdade superior em se tratando de um país das dimensões e recursos como o Brasil.

Por isso, o tema da perda de soberania popular por meio do constrangimento exercido através de operadores econômico-financeiros deve ser aprofundado e elevado ao grau de problema

político. Entende-se que o tema é deveras abordado tanto pela mídia corporativa e especializada como pela academia brasileira, mas, sobretudo, de uma forma que, mais uma vez, esvazia a política e a subsumi a uma forma técnica. O contraponto apontado aqui deve ser a abordagem da estratégia de desenvolvimento e o aumento de soberania de uma coletividade de cidadãos como forma de alteração de um equilíbrio de forças desfavorável ao mandato popular.

Constata-se que o caráter de novidade neste texto é se debruçar sobre um momento de transição de governos e de afirmação de um mandato eleito com um capital simbólico de liderança popular. Aborda-se o período que contempla os primeiros quatro meses do governo Lula, quando já não há mudança sensível nenhuma no nível macroeconômico. Considerando o caráter de oposição que o chefe de Estado e seu partido (Partido dos Trabalhadores, PT ⁷⁹) sempre tiveram, temos a evidência de permanência, desde o início, dos padrões de exercício da política econômica dos dois governos de FHC.

Fatores e agentes de constrangimento do exercício do poder político

Para desenvolver este tema, atém-se àquilo que a literatura e o jornalismo político e econômico convencionam em denominar o 2º Consenso de Washington. No 1º Consenso de Washington, reunião ocorrida em novembro de 1989, onde estavam presentes funcionários do governo dos EUA e dos organismos de regulação financeira internacional, o conjunto de orientações consistia, de forma generalizada, a um pacote de reformas e ajustes macroeconômicos.

Estas medidas seriam cortes de despesas por considerar o investimento social como gasto e a aplicação de reformas do Estado, incluindo a previdenciária. Em outra escala, implicava em ajustes microeconômicos ao desonerar o capital privado de seus encargos e obrigações com a mão-de-obra. Por fim, incluíam o desmonte progressivo no modelo de crescimento industrial pós-Segunda

79. O Partido dos Trabalhadores está na oposição ao governo da União desde o ano de 1980, quando foi fundado em plena Abertura política e reorganização partidária, ocorrida durante o governo do general João Baptista Figueiredo. Conquista o poder do Executivo 22 anos após sua fundação.

Guerra Mundial, que se dera através do Estado Desenvolvimentista. Este pacote de ajustes a ser implantado prioritariamente na periferia do sistema capitalista tinha como discurso alegado “o saneamento e a estabilização de economias inflacionadas e estagnadas”.⁸⁰

Já o 2º Consenso, em contraparte, tinha como motivação alegada uma proposta de crescimento dependente destas economias periféricas.⁸¹ A segunda reunião gera um receituário de crescimento econômico dependente, vindo dos mesmos centros que propuseram o programa de ajustes que alegavam sanear a estagnação dos anos 1980, conhecida como a “década perdida”.

De acordo com Bresser-Pereira a premissa do crescimento através de endividamento externo é falsa.⁸² Isto porque a alegação dos países centrais que a periferia do sistema não tem mais recursos para financiar seu próprio crescimento não é verdade. Ao menos, não é uma verdade absoluta. Indo além na oposição da ideia do endividamento, este crescimento tem pouco ou nenhum alcance estratégico. O que se vê é um problema de fundo, que reflete as premissas desta forma de pensamento político-econômico.

O fundo deste problema está no hiper-estruturalismo neoliberal, que, quando aplicado ao nível macroeconômico, faz desaparecer – e/ou tornar inócua – a própria política e a necessidade de visão de longo prazo. O crescimento financiado é simplesmente um endividamento externo aprofundado. Ao invés de se reforçar a poupança interna, os países com maiores condições de desenvolvimento na periferia do sistema vão buscar divisas no exterior, aumentando ainda mais seu grau de dependência. Em um segundo momento, se o endividamento diminui, sem alteração dos fundamentos da economia, a primazia do capital financeiro se dá na remuneração de papéis do Estado (títulos da dívida), vendidos e comprados pelo próprio Estado, e na fixação de uma taxa real de juros acima da capacidade produtiva do país.

80. FIORI, José Luís. **60 lições dos 90** – uma década de neoliberalismo São Paulo: Record, 2001. p. 85.

81. BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. A economia brasileira às vésperas das eleições presidenciais de 2002. **Cadernos Adenauer**, a. 3, n. 3, p. 79-102, 2002. p. 87.

82. *Ibid.*, p. 86-87.

Bresser-Pereira também expõe a falência da premissa quando afirma que países como Brasil e México têm os recursos nacionais para seu desenvolvimento.⁸³ Para o autor, os dois países realizaram sua acumulação primitiva e contam com um Estado e elites econômicas capazes de canalizar a poupança interna para o investimento nacional. Compreende-se, a partir disso, que a premissa do 2º Consenso de Washington é falsa por fatores eminentemente políticos. Esta falta de preponderância do nível político – ou o nível político controlado pelo fundamentalismo macroeconômico – não gera capacidade decisória alguma capaz de se contrapor aos desígnios também políticos que vem do centro do capitalismo.⁸⁴

Fiori, concordando com a falsidade da premissa de que é impossível o crescimento sem ajuda externa, afirma que o 2º Consenso defende justo um fortalecimento do poder do Estado, para assegurar o ingresso dos investimentos externos para que supostamente estes venham a financiar o crescimento de países como o Brasil.⁸⁵ O que o 2º Consenso não afirma, mas leva a ser executado através da aplicação de suas políticas, é que estes investimentos são um reforço de fragilização interna dos governos nacionais. Esta realidade se dá pelo simples fato destes governos não terem quase nenhuma autonomia sobre a decisão da vinda ou fuga destes capitais para os países onde governam.

O que existe é uma capacidade de influência indireta. São as condicionantes que gerariam “credibilidade” no capital volátil (especulativo) e a própria gerência, tanto do Fundo como dos credores privados no país emergente. No caso brasileiro, a medida mais comum, e que vem sendo exercida desde o primeiro governo FHC, é a colocação de operadores de confiança do sistema financeiro, pessoal de alto gabarito profissional e com trajetória de lealdade e competência no setor. Este fator vai ao encontro de

83. Ibid., p. 87

84. É importante ressaltar que se afirma aqui que são justamente os elementos reais que podem fazer preponderar o papel eminentemente político por cima de decisões de governo que proclamam a si mesmas como técnicas e ganham uma condição de ser quase inquestionáveis.

85. FIORI, José Luís, op. cit., p. 90

condicionantes clássicas, tais como: caso os planos de metas e acordos forem na direção do indicado pelo FMI ou pelas agências de análise de risco; o país continuar a se endividar, emitindo títulos de sua dívida pública para remunerar o capital especulativo que entra e sai do país sem ser taxado; ou o governo da União puser em postos-chaves do controle da economia executivos de confiança dos credores e dos investidores financeiros.

Caso tudo isso aconteça, aí sim, segundo a linguagem corrente e criticada por Fiori, o nível político estará “influenciando positivamente” a entrada dos capitais que ajudarão o crescimento interno.⁸⁶ Em nosso ver, estas afirmações são a negação da capacidade de decisão política e de autonomia do Executivo perante o Estado e os sistemas político e econômico sobre o qual governa.

A busca do cumprimento destes planos de metas, somente durante uma parte do segundo governo Fernando Henrique, dá números que confirmam estas afirmações. Para garantir a entrada destes capitais que “viriam financiar o crescimento do Brasil”, o governo FHC levou o crescimento da dívida interna (em títulos públicos) para 20% ao ano em 1999, 21% em 2000 e 35% até novembro de 2001. Os valores totais são respectivos aos anos referidos: R\$ 464,7 bilhões; R\$ 555,9 bilhões e R\$ 675 bilhões.⁸⁷ Fazendo o percurso deste capital financiado pelo governo, através do qual o país se endividou, chega-se à outra ponta dos “compromissos brasileiros”. Apenas em juros e amortizações da dívida externa, o país pagou aos credores – ou seja, descapitalizou a nação e deixou de investir em planos e metas em longo prazo – respectivamente, nos anos de 1999 e 2000, os seguintes valores: US\$ 15,24 bilhões e US\$ 13,97 bilhões. As amortizações foram de US\$ 49,12 bilhões e US\$ 31,69 bilhões.⁸⁸

Tem-se que considerar uma argumentação lógica. Os planos de metas acordados com o Fundo Monetário Internacional (FMI) incluíam um superávit primário da parte da União em torno de 3,5%. Para atingir esta meta, 34% do Produto Interno Bruto (PIB)

86. Ibid.

87. CAMPANHA JUBILEU SUL. **Auditoria Cidadã da Dívida**. Belo Horizonte: Jubileu Sul, dezembro de 2001. p. 15.

88. Ibid., p. 14.

foram canalizados para impostos,⁸⁹ só que esta sobrecarga tributária tem como meta a própria amortização da dívida já contraída.

Este exemplo permite que façamos duas perguntas sobre a situação de países cujas políticas trazem preocupações em atender metas impostas por órgãos financeiros centrais. A primeira delas diz respeito aos marcos de regulação internacional e às ingerências diretas do organismo de regulação macroeconômica, sendo que o de maior gravitação entre 2002 e 2003 era o FMI: o constrangimento estrutural, do endividamento brasileiro (dívidas interna e externa) e os planos de metas pré-acordados com o FMI impedem a realização de políticas de longo prazo?

Já a segunda questão aborda o conjunto de compromissos e limitações para o exercício político do poder de governar um Estado que é, ou deveria ser ao menos em tese, soberano. Diz respeito aos níveis de comprometimento da política econômica e os respectivos compromissos internacionais, submetendo de fato a política ao nível econômico da tomada de decisões no plano nacional. Desta forma, questiona-se: quais são as margens de manobra possíveis, sem realizar alguma forma de rompimento (ou afastamento), não só com o modelo vigente (ex. superávit primário, plano de metas, ajuste fiscal, etc.), mas também com as determinações das instituições internacionais e os Estados centrais que as hegemonizam?

O receituário do 2º Consenso implica, portanto, em mais dependência, pois os capitais que entram não vêm somente para financiar crescimento, mas também para prosseguirem na rolagem da própria dívida a qual são credores. Na dependência da entrada destes capitais voláteis, o governo da União sinalizou com fatores “positivos”, demonstrando “boa vontade” e “solidez” para honrar seus compromissos. Realmente, pensando e executando dentro desta lógica, não há alternativa além de fazer crescer o próprio endividamento.

O “crescimento” nacional com o aumento da dependência externa

Retoma-se o debate a partir da afirmação de que a premissa de o crescimento nacional não ser possível com poupança interna

89. Ibid., p. 18.

é falsa. Bresser-Pereira indica a existência de uma elite econômica, junto de uma camada dirigente do Estado, capaz de canalizar do sistema financeiro para a poupança interna o volume de capital circulante, como fator fundamental para o crescimento negado pelo 2º Consenso de Washington.⁹⁰

O que se verifica em Fiori é que esta premissa é verdadeira justamente pela inexistência de elites latino-americanas com tamanha autonomia de decisão.⁹¹ Para o autor, não havia elite latino-americana alguma com vontade e decisão independente na segunda metade dos anos 1990. O que ocorria era justo o contrário, as elites políticas e econômicas latino-americanas aderiam integralmente às teses preconizadas em ambos os consensos.

Esse alinhamento ao governo e às orientações da potência central representa, em números, a própria negação dos países da região. A média de crescimento da América Latina durante o período desenvolvimentista (1937-1990) é de 5,5% ao ano.⁹² No Brasil, entre 1945-1980, ficou-se entre 7% e 8% ao ano. Na década de 1990, a década do ajuste e do “saneamento” econômico, a taxa ficou abaixo de 3% ao ano, menor que na chamada década perdida (a de 1980).

A falsidade da premissa também vem da capacidade de recursos naturais, acumulação primitiva e avanço tecnológico. Porém, a premissa de impossibilidade de crescimento com poupança interna só é verdadeira pela função estratégica que teria de ser exercida pelas elites que se alinham automaticamente com as teses dos Estados Unidos. Respaldamos, assim, a afirmação de Fiori, em que nunca houve no Brasil uma real coordenação estratégica entre as burocracias e as elites dirigentes do Estado com as classes dominantes no plano econômico.⁹³ As burocracias do Estado, na ausência de uma estratégia própria, terminam por ceder às pressões de curto prazo das classes dominantes e conservadoras. No plano estratégico, acabam por se alinhar de forma subalterna à estratégia hegemônica a qual o país se submete.

90. BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos, op. cit.

91. FIORI, José Luís, op. cit., p. 199.

92. Ibid., p. 191.

93. Ibid., p. 193.

O fator de permanência é que o alinhamento automático da época da bipolaridade e das fronteiras ideológicas permaneceu na década de 1990 e no início da década de 2000. A diferença é que na nova etapa de supremacia capitalista e ocidental o alinhamento vem de elites latino-americanas, como é o exemplo da brasileira, na busca de agentes políticos que sejam parceiros nos países centrais.

Bresser-Pereira reafirma o alinhamento direto, em que as elites brasileiras perdem a capacidade de pensar por conta própria, reproduzindo de forma integral as teses do 2º Consenso.⁹⁴ Quando estas mesmas elites se concentram no plano de estabilidade do Real (1994), a âncora da nova moeda é o padrão dólar. Todo um país torna-se, portanto, refém dos desígnios do *Federal Reserve* (Fed – Banco Central dos EUA).

Partindo do princípio da necessidade de sinalização para o país central das intenções de governo, é lógica a necessidade de ocupação de postos-chaves por elementos intermediários entre o Brasil, os organismos econômicos internacionais (como o executivo junto ao Banco Mundial e ministro da Fazenda de FHC, Pedro Malan) e os grandes agentes econômicos e financeiros internacionais (como é o caso do ex-diretor de operações do Fundo Soros, ex-presidente do Banco Central, Armínio Fraga, e, após, CEO da Gávea Investimentos).

Compreendemos que não é a ausência de poupança interna, ao menos potencial, que impede um desenvolvimento mais autônomo e nacional do Brasil dos anos 1990. O que realmente impede é o fator coordenação estratégica. É a ausência de elites dirigentes (políticas e tecnoburocráticas) associadas a elites econômicas brasileiras a partir dos programas de governo, que projetariam o crescimento em longo prazo. É inevitável a observação de que desde a década de 1930 se busca uma “burguesia nacional desenvolvimentista”, mas esta fração de classe dominante não se estabelece como opção de desenvolvimento nacional. Várias forças políticas ajustaram suas estratégias de acordo com a possibilidade deste surgimento há décadas e tal fenômeno socioeconômico não se deu.

94. BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos, op. cit., p. 91.

Sem a coordenação estratégica dos agentes centrais de uma economia e sistema capitalista, não há possibilidade de realização estratégica. Desta constatação, parte-se para discurso e prática políticas totalmente alinhados, afirmando que “não há alternativas”. Vale a citação literal de Sallum Jr., em que “uma classe dominante não se transforma em dirigente a menos que consiga universalizar seus interesses na sociedade”; e isso “não ocorre a menos que lideranças políticas encontrem uma ‘fórmula política’ que permita a adesão da maioria das forças políticas em presença”.⁹⁵

Quando esta análise estrutural chega aos níveis reais, percebe-se a falência estratégica. Toda a economia do Brasil dependia, e depende, da “boa vontade” do sistema financeiro internacional e das grandes empresas transnacionais que aqui operam.⁹⁶ Esta “boa vontade” se manifesta à medida que o governo do Brasil, eleito legalmente de forma soberana e democrática, faz de sua vontade política a vontade política do agente hegemônico externo.

O Plano Real foi alegadamente criado para estabilizar a moeda e depois, talvez, gerar algum crescimento. Este se encontrava ancorado no câmbio irreal e nas reservas em dólar. Ou seja, a fonte de financiamento da dívida é a própria emissão de títulos públicos com remuneração aos especuladores em níveis altíssimos. Apesar disso, quando houve a possibilidade de rever algumas das metas do FMI o país se fragilizou. Isto é a evidência da ausência de coordenação estratégica nacional. Em tese, quem decide é o chefe de Estado, eleito, mas o peso hegemônico é de quem coage. No caso brasileiro, é pelo viés econômico. Durante o governo FHC era o FMI e os grandes credores, e durante o governo Lula nunca houve perda de ganho real e líquido para o sistema financeiro.

Apenas como exemplo deste *continuum*, a constatação aponta o segundo maior credor privado do Brasil quando da posse de Lula, o *Fleet Bank of Boston* (Banco de Boston). Não por acaso esta instituição privada, em conformidade com o FMI, indica o deputado federal eleito pelo PSDB-GO (nas eleições gerais de 2002), Henrique

95. SALLUM JR, Brasília. O Brasil sob Cardoso, neoliberalismo e desenvolvimentismo. **Tempo Social**, v. 11, n. 2, São Paulo, p.23-47, out. 1999. p. 31.

96. *Ibid.*, p. 31.

de Campos Meirelles para presidente do Banco Central, vindo este a assumir em janeiro de 2003.

O raciocínio lógico nos faz então compreender e concordar com Fiori quando compara o alinhamento automático argentino com as pretensões de continuidade de relações entre o governo de FHC e o PSDB brasileiro e o governo do Partido Democrata de Clinton.⁹⁷ Proporcionalmente, as “relações carnais” com os EUA e a realização da “lição de casa” pelo governo De la Rúa resultaram primeiro num golpe branco (quando Caballo reassume como superministro) e depois na derrocada de governo eleito. Na queda de De la Rúa, foi desfeita a *Alianza*, a base da *Unión Cívica Radical* e desmontado parcialmente o sistema político.

Quando o ex-ministro da economia de Menem, Domingo Caballo, candidato derrotado à presidência, assume o superministério da Economia, as decisões estratégicas para o país, que no ano de 2001 passavam necessariamente pelas decisões macroeconômicas, ficam concentradas nas mãos do homem de confiança das transnacionais, dos credores e do FMI. Ainda assim, estes agentes internacionais retiram seu apoio, geram iliquidez no país e quebram toda a poupança interna que restava. Veio desta medida o confisco da poupança e do dinheiro depositado, chamado de *corralito*.

Ao fazer esta lição de casa e abrir mão dos pontos básicos de seu programa de governo, De la Rúa primeiro cede ao golpe branco dos agentes internacionais e depois é derrubado pela rebelião popular. O sentimento tecido na aliança entre os setores desempregados *piqueteros*, a classe trabalhadora e a baixa classe média culmina na rebelião do *cacerolazo*.

Fiori usa de exemplo comparativo ao alinhamento do PSDB e os Democratas de Clinton.⁹⁸ FHC apostou suas fichas e projeção junto do multilateralismo com os Estados Unidos à frente. Fez todas as lições de casa e posicionou o Brasil com algum destaque nessa ordem subalterna onde o país se enquadra. Só que o destino das decisões fundamentais do governo do Estado brasileiro estava centrado numa aliança cujo destino não dependia em nada do próprio país.

97. FIORI, José Luís, op. cit., p. 233.

98. Ibid., p. 221.

Ao relegar suas expectativas internacionais – de inserção numa ordem global regulamentada –, delega-se o auxílio e a ajuda externa aos agentes políticos centrais dos EUA. Com o governo republicano de George W. Bush os apoios financeiros são interrompidos por crises nacionais, como os Estados Unidos “deram” para a Argentina em 1990, México em 1994 e Brasil em 1998.⁹⁹

Nesta ordem unilateral, que se configura para o curto prazo, com que peso o Brasil entraria, então, na barganha e no jogo de forças? Como poderia afirmar sua posição no cenário internacional se suas decisões e rumos econômicos internos pertencem aos planos de metas estipulados pelos agentes que coagem o país?

Simplemente não pode, e fica o país a mercê de decisões externas, mesmo quando operadas de dentro do Estado brasileiro, passando o papel do governo a ser o agente que exerce a coação vinda dos mecanismos internacionais, de benefício ao capital financeiro, que opera dentro dos sistemas políticos e econômicos. Some-se a isto o papel clássico de fazer a contenção das forças sociais como fator essencial para acalmar os investidores.

Na ausência de projetos de longo prazo, ou seja, na ausência de projeto estratégico, reproduzem as “lições de casa”, acompanhadas de “comentários de especialistas” e uma dezena de eufemismos como reforço psicológico e pressão midiática para serem cumpridos os planos de metas. Assim, o cumprimento das metas estipuladas por agente externo coage e retira recursos do país. A solução no curto prazo é mais renegociação e poupança externa, aumentando ainda mais a própria dívida, agora a interna. Isto se dá num círculo vicioso que não terminará se não houver rompimento com esta mesma lógica.

Apenas para exemplificar, o total do orçamento da União previsão para 2001 era de R\$ 418,5 bilhões. Já o montante dos serviços da dívida foi de R\$ 142,2 bilhões. Juros e encargos somavam R\$ 71,6 bilhões; e as amortizações, R\$ 70,6 bilhões.¹⁰⁰

99. Ibid., p. 223.

100. LIMA ROCHA, Bruno. Brasil a impossibilidade estratégica. **Estratégia & Análise**. Viamão-RS, abr. 2003. Disponível em: <<http://www.estrategiaeanalise.com.br/ler02.php?idsecao=922050d4e7d85ffb0ce2211f87d218b7&&idtitulo=3ca4bfd24f8b7e32e0b53270>>

O total do orçamento fora reduzido em um terço apenas com os encargos da dívida externa. Em média, no ano de 2001, 1 em cada 3 reais arrecadados era para rolar a dívida externa brasileira. Isto é simplesmente a ausência de soberania sobre os próprios recursos.

O governo eleito não decide sobre a riqueza produzida e circulante, arrecadada de forma impositiva e enviada para os credores externos na proporção descrita acima. Esta marca alcança os 34% do PIB, que são aplicados em carga tributária no ano de 2000. Realmente, nesse modelo não há nenhuma condição de desenvolvimento nacional, muito menos com base em uma poupança interna inexistente.

A permanência do constrangimento e da impossibilidade estratégica

Em entrevista concedida ao semanário Brasil de Fato e reproduzida na revista Caros Amigos, Furtado afirma que quando o debate político é centrado no viés econômico o Brasil já se encontra numa posição demasiado subordinada no sistema econômico mundial.¹⁰¹ Compreende-se que a posição dos agentes políticos executores dos destinos da economia, membros do Executivo do Estado, a partir da mirada econômica, já partem de uma posição de submissão, portanto, não estratégica. Mesmo se tratando do viés exclusivamente econômico, os economistas que aplicam o receituário do FMI atuam em benefício direto do capital financeiro, pensam em termos de microeconomia e aplicam em forma macroeconômica, reduzindo assim as saídas no médio e longo prazo.

Daí o porquê de o objetivo dos serviços da dívida ser de amortizar uma quota para captar mais dívida, rolar esta que vêm e assim por diante. A premissa aqui é que o país tem de definir um projeto nacional, ao menos um projeto mínimo das forças que compõem um governo, identificar o espaço que existe para este projeto e buscar uma autonomia de manobra para realizá-lo. Furtado identifica que, por exemplo, o caso

625c6e65>. Acesso em: 07 mar. 2012.

101. FURTADO, Celso. Ouçam esta Voz. *Caros Amigos*, São Paulo, n. 71, p.30-35, fev. 2003. p. 30.

do Banco Central “é uma entrega ao grande capital internacional”, portanto, não haveria rumo nem itinerário traçado através de uma posição mais autônoma.¹⁰² Por exclusão, se não há autonomia mínima de decisão em alto nível, há impossibilidade estratégica.

O debate derivaria, portanto, em duas direções: a compreensão que o país tem um sistema econômico; e, em contraparte, a negação da administração e projeção no longo prazo deste sistema é a “esterilização do debate econômico”.¹⁰³ A economia, pelo prisma de prevalência de sua financeirização, redobra em importância desde que não se mantenha nenhum viés desenvolvimentista. O domínio “técnico” da economia é simplesmente uma afirmação das premissas de um sistema econômico mundial, onde o país se insere de forma subalterna. Eis a impossibilidade estratégica, uma vez que não há nem recurso teórico de desenvolver o sistema econômico nacional. Existe esta possibilidade, mas ela não tem condições de ser implantada num universo “técnico” dominado pelo receituário da matriz de pensamento econômico neoliberal.

Na prática, a alta taxa de juros, que chegou a atingir os 26,5% no primeiro quadrimestre do governo Lula, era mantida pela necessidade de o governo central buscar um superávit, que, na época, não estava cobrindo nem 1/3 dos juros que o Brasil remunerava (e segue remunerando) o capital que aqui entrava. Tudo isto significa uma “absurda descapitalização da economia”.¹⁰⁴ O que gera mais um questionamento: Como é possível o desenvolvimento econômico se a economia e a liquidez real são sugadas pelo sistema financeiro?

Falar de poupança interna sem mudança de modelo de desenvolvimento, baseado justamente no endividamento externo, torna-se algo inexequível. Sendo a poupança interna o recurso de divisas que um Estado soberano pode ter sem aumentar ainda mais o endividamento, portanto, sem aumentar a dependência e o impedimento de uso dos próprios recursos, e estando esta mesma poupança interna impedida de uso (pelo modelo aplicado), não há

102. Ibid., p. 30.

103. Ibid., p. 32.

104. DOWBOR, Ladislau. Altos Juros e descapitalização da economia. **Caros Amigos**, São Paulo, n. 70, p. 12-13, jan. 2003.

possibilidade estratégica de desenvolvimento.

As reservas de um país são um dos medidores de sua riqueza. Em termos comparativos, a Argentina tinha em janeiro de 2003, em divisas, em torno de US\$ 10 bilhões de dólares; o Brasil, US\$ 30 bilhões; já uma grande empresa de investimentos e consultoria, como a estadunidense Merrill Lynch, manejava em torno de US\$ 1 trilhão de dólares; e um investidor privado médio, como o também estadunidense Edward Jones, manejava cerca de US\$ 255 bilhões.¹⁰⁵ Sendo a Merrill Lynch, investidora e avalista dos investimentos no país, como pode haver uma relação mínima de equilíbrio entre um Estado soberano e uma transnacional de investimentos e especulação? Simplesmente não pode, ficando este país submetido aos interesses e capacidades de constrangimento da empresa transnacional.

Tratando especificamente das estruturas de continuidade, viu-se a premissa de esterilização de debate econômico, manifestado já no primeiro ministro da Fazenda, Antônio Palocci. Este reafirma que as decisões do Banco Central são eminentemente “técnicas”, não estando sujeitas a “apreciações políticas”.¹⁰⁶ Tal afirmativa técnica aponta a continuidade do tripé de Malan e Fraga – respectivamente, Ministro da Fazenda nos dois mandatos de FHC e presidente do Banco Central no segundo mandato –, com a motivação de conter a alta inflacionária e uma crise cambial: câmbio livre, juros altos e aperto fiscal. As políticas apresentadas por Palocci e pelo presidente do Banco Central Henrique Meirelles, já no início do novo governo, eram rigorosamente as mesmas. As alegações também, prevalecendo a necessidade “técnica” e o temor perante a vulnerabilidade externa.

Este conceito de “vulnerabilidade externa” manifesta-se na dependência do fluxo de capitais de giro rápido, entrando e saindo do país, indicando sinais positivos para o mercado mundial. Isto possibilita baixar os índices do risco país, avalizado, entre outras empresas, pela própria Merrill Lynch¹⁰⁷ e manter o rolamento de

105. Ibid., p. 13.

106. PEREIRA, Duarte. Por enquanto, mais do mesmo. **Caros Amigos**, São Paulo, n. 71, p. 26-27, fev. 2003.

107. Esta empresa em particular, a Merrill Lynch (ML), foi alvo de investigação federal por parte do governo dos EUA, cujas evidências vieram à tona entre os anos de 1999 e

nossa dívida. Se, por algum acaso ocorra algo – como uma medida de política econômica que não agrade nem os credores e/ou os avalistas de risco e/ou o FMI, na época avalista central, pode acontecer uma fuga de capitais de curto prazo e uma alta do risco país. Poderíamos denominar a isto de ataque (ou achaque) especulativo, dependendo do ponto de vista e das premissas, se políticas (como a do economista Celso Furtado), ou se técnicas (como a de Antônio Palocci).

Para diminuir a vulnerabilidade externa – ou seja, para manter uma opinião favorável sobre a política econômica do Brasil – se elevava a taxa de juros em 2003. A remuneração desses juros vinha da emissão de moeda, gerando inflação. O aumento da carga tributária, que fechou o segundo governo FHC em 34% do PIB, não era indicado sempre, embora possa ocorrer. O que na prática acontece e se sucede é o corte orçamentário, o contingenciamento ou a desvinculação.

As medidas seguem o parâmetro da redução dos investimentos do Estado, o repasse de verbas, os programas de inclusão social, além de já haver enquadramento dos administradores públicos dentro da lei de responsabilidade fiscal. Some-se a isto a ausência de poupança interna. Estando o Brasil dentro do receituário hegemônico gerado justamente pelos que detêm a hegemonia do sistema econômico mundial, numa posição subalterna, como então tomar decisões estratégicas? De nossa parte, a conclusão lógica é, senão a total impossibilidade, a baixíssima probabilidade de que isto venha a ocorrer.

Apenas como reforço da evidência de continuidade de ausência estratégica, vejamos a proposta de autonomia do Banco Central (BC) no governo Lula, tema esse pautado desde o início do primeiro governo do então presidente. Sendo o BC o *locus* de excelência de decisões executivas – de origens, portanto, políticas e não apenas técnicas –, como pode este ser dotado de autonomia justamente do Executivo eleito de forma soberana?

Outro questionamento básico é sobre quais serão as premissas econômicas aplicadas “tecnicamente” num espaço de decisão política da economia nacional. O BC regula e administra sobre o sistema

financeiro que opera no país. Estando autônomo, quem o fará? Qual país hegemônico dotou de plena autonomia administrativa e de implantação das políticas financeiras o organismo que regula a moeda de seu próprio país?

Por lógica, se há a compreensão que o BC é um espaço de decisões estratégicas, autonomizar estas decisões é justamente abrir mão de qualquer margem de manobra na política financeira do país. Isto é, portanto, abrir mão não apenas dos recursos – como ocorria em 2002 e 2003 com os serviços da dívida e em 2008 com a rolagem da dívida interna¹⁰⁸ –, mas também da administração decisória sobre os recursos financeiros de todo o país. Eis a evidência de continuidade de ausência estratégica na mudança de governo.

Conclusões

Afirma-se que um Estado que não é soberano de seus próprios recursos – incluindo aí os recursos políticos, econômicos, humanos, naturais e energéticos – é incapaz de tomar decisões estratégicas. Isto porque passa a ter de responder, sempre a curto ou a curtíssimo prazo, às demandas externas, provindas justos dos credores, avalistas ou investidores dos países centrais, ou correspondendo a fundos transnacionais.

Também se reconhece que tanto no primeiro quadrimestre do governo Lula quanto em 2008 e nos anos seguintes de gestão do PT não há possibilidade imediata de exercício pleno da soberania. Entretanto, tendo uma intencionalidade política, a classe dirigente pode reverter o predomínio hegemônico externo a médio ou longo prazo. O que se afirma em sentido estrito é que o sistema econômico nacional é muito mais complexo e completo do que a impossibilidade dada pelo hiperestruturalismo microeconômico.

A busca por autonomia nas fontes energéticas, por energia renovável ou com o pré-sal; cadeias produtivas dentro do país;

108. Em julho de 2008, o superávit primário do setor público equivalia a 82% da meta formal para o 1º semestre daquele ano. Este montante significava o total de R\$ 86 bilhões de economia, apenas nos primeiros seis meses de 2008, destinados a pagar juros. O recorde da dívida líquida nesse mês equivalia a 40,4% do PIB, valor mais baixo desde 1998. Os números reforçam a afirmação de ausência de estratégia de desenvolvimento nacional soberano.

garantir as exportações de produtos beneficiados – não brutos, como o que ocorre com o minério de ferro –; a retomada do crescimento econômico a partir da poupança interna; a ampliação do mercado consumidor brasileiro; o fortalecimento da inclusão social através de salário, que é renda e não benefício do Estado, etc. Todas são saídas óbvias ao menos no médio prazo – que equivaleria de 4 a 6 anos.

Mas, em termos estratégicos, a lógica nos faz concluir que a hegemonia não será rompida a não ser com uma intenção contra-hegemônica concretizada em tomadas de decisões concretas. Retomando a premissa de coordenação estratégica necessária, entende-se que esta é impossível se tiver de partir de elites econômicas e de classe política e tecnoburocrática conformada como classe dirigente. Estas já de há muito se alinharam com as matrizes e não aparentam se desalinhar a curto ou médio prazo. Afirma-se, assim, tanto a impossibilidade estratégica pela ausência de soberania sobre os recursos como também pela ausência de coordenação estratégica entre agentes políticos centrais.

Para concluir, aponta-se a segunda evidência, de necessária coordenação estratégica oriunda de iniciativa de uma coordenação de classe, representante de fato das maiorias e centrada no eixo político. Retomamos assim a premissa do economista Celso Furtado, afirmando a necessidade de um projeto político que pense e projete estrategicamente o sistema econômico do país. O detalhe é que sem uma lógica inclusiva e distributiva no nível social não há projeto político e econômico que funcione no país.

A conclusão lógica e óbvia é que somente através das aplicações de recursos públicos na forma de juros pagos no mercado financeiro perde-se boa parte da riqueza potencial gerada no PIB brasileiro. O contrassenso se dá quando tomamos os conceitos de desenvolvimento, em que qualquer nação necessita de alguns fatores básicos: matéria-prima para o aço e derivados; energia abundante, fóssil ou renovável; liquidez, superávit e reservas internas; e mão de obra versátil e qualificada.¹⁰⁹ Considerando que o Brasil atende a estes fatores, entende-se que os conceitos expostos demonstram os porquês da ausência de crescimento sustentável e desenvolvimento soberano.

109. FIORI, José Luís, *op. cit.*

Referências

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. A economia brasileira às vésperas das eleições presidenciais de 2002. **Cadernos Adenauer**, a. 3, n. 3, p. 79-102, 2002.

CAMPANHA JUBILEU SUL. **Auditoria Cidadã da Dívida**. Belo Horizonte: Jubileu Sul, dezembro de 2001.

DOWBOR, Ladislau. Altos Juros e descapitalização da economia. **Caros Amigos**, São Paulo, n. 70, p.12-13, jan. 2003.

FIORI, José Luís. **60 lições dos 90** – uma década de neoliberalismo São Paulo: Record, 2001.

FURTADO, Celso. Ouçam esta Voz. **Caros Amigos**, São Paulo, n. 71, p. 30-35, fev. 2003.

LIMA ROCHA, Bruno. Brasil a impossibilidade estratégica. **Estratégia & Análise**. Viamão-RS, abr. 2003. Disponível em: <<http://www.estrategiaeanalise.com.br/ler02.php?idsecao=922050d4e7d85ffb0ce2211f87d218b7&&idtitulo=3ca4bfd24f8b7e32e0b53270625c6e65>>. Acesso em: 07 mar. 2012.

PEREIRA, Duarte. Por enquanto, mais do mesmo. **Caros Amigos**, São Paulo, n. 71, p. 26-27, fev. 2003.

SALLUM JR, Brasília. O Brasil sob Cardoso, neoliberalismo e desenvolvimentismo. **Tempo Social**, v. 11, n. 02, São Paulo, p. 23-47, out. 1999.

CAPÍTULO 5**O JORNALISMO ECONÔMICO COMO
PORTA-VOZ DO CAPITAL FINANCEIRO**

Bruno Lima Rocha

Ana Maria Rosa

Alexon Gabriel João

Rafael Cavalcanti Barreto

Resumo:¹¹⁰ Este trabalho desenvolve a análise da relação entre a suposta crise da Zona do Euro e a cobertura midiática que a precede e acompanha. Verifica que o jornalismo econômico participa dos interesses não apenas das empresas de mídia, mas também dos agentes econômicos mundiais que participam desta e de outras construções premeditadas. Dessa forma, argumenta-se que a ausência da ética iluminista e republicana do jornalismo é a balizadora ao revés dessas ações, já que a profissão de trabalhar com a informação é facilitadora das relações assimétricas, prejudicando assim os direitos da cidadania e da democracia mesmo em sua forma burguesa e representativa. A cobertura especializada torna-se, portanto, um porta-voz oficioso de ações premeditadas, delinquindo dentro das regras do sistema e transferindo renda dos Estados para os operadores financeiros em uma escala planetária.

Palavras-chave: Jornalismo Econômico; Capital Financeiro; Especulação; Economia Política da Comunicação.

Introdução

Criticar a cobertura midiática supostamente especializada da economia não é um debate novo. O tema é algo redundante,

110. Revisão de artigo publicado no volume 13, número 1 (janeiro-abril de 2011), da Revista EPTIC Online.

justamente em função disso mostrando-se relevante para os investigadores da Comunicação Social. Também não é novidade o uso de eufemismos e do emprego do jargão “técnico” como forma de mascaramento de situações factuais dos agentes econômicos.

Em se tratando de grandes investidores de base especulativa, comprando, vendendo e repassando produtos financeiros, muitas das vezes aquilo que é midiaticizado encobre a ocorrência de atos criminosos. Neste texto, é abordado esse cruzamento, quando a produção de sentido gerada através do noticiário de economia naturaliza, mascara ou alivia a letalidade dos atos de especuladores de distintas ordens de grandeza e os efeitos que causam no cotidiano de populações inteiras. Tal é o caso hoje dos mais de 10 milhões de cidadãos gregos, dentre outras economias européias.

Como hipótese, aponta-se que a maior parte da cobertura jornalística em economia oficia mais como porta-voz do capital financeiro do que como intérprete de seu acionar. E, por optar pela angulação da cumplicidade, os especialistas, columnistas e fontes da indústria da comunicação quase nunca explicitam questões que seriam indiscutivelmente importantes para a compreensão, por parte da população em geral, dos bastidores de lutas por poder e capital articulados em larga escala.

A contrapartida é desigual. Por vezes, a teoria da brecha jornalística se evidencia nas exceções. É quando especialistas que trabalham através da angulação crítica expõem seus pontos de vista, denunciando através de uma base factual irrefutável a ação dos agentes econômico-financeiros – que, apesar de implicar no desenvolvimento global das sociedades humanas é baseada em questões individualistas.

Capitalismo, especulação e mídia

Em tese, o ato de especular deriva das informações fragmentadas e do risco. Desse modo, um gerente de operações de um Fundo de Investimento (*hedge fund*) teria a capacidade de antecipação, vendendo títulos e ações na alta e comprando-os na baixa. Nesse jogo, a aleatoriedade é a regra para evitar as fraudes. Logo, o acionar fraudulento é a combinação de vendas e compras em conjunto, manipulando o chamado “comportamento

de manada”, quando, em tese, todos os investidores se moveriam na mesma direção.

Além da conspiração, há outras formas típicas de burlar as regras, tais como: obter informação privilegiada (*inside information*), antecipando-se aos demais especuladores; “maquiar” balanços de modo a elevar a apreciação dos papéis; rebaixar propositadamente os títulos de um país de maneira que custe mais caro para o Estado financiar sua dívida de curto prazo; negociar de forma “exposta”, quando a capacidade de pagamentos está comprometida a ponto de não realizar-se. Todas estas “técnicas” de enriquecimento ilícito são amplamente praticadas e, por sua vez, quase nada midiaticizadas. Em contrapartida, o tipo-ideal de democracia advogado pelas mídias é outro:

Normativamente, no contexto dos modelos deliberativo e participativo de democracia, os cidadãos devem dispor de informações abrangentes e aprofundadas sobre as políticas advogadas pelos diversos setores da sociedade para que sejam capazes de formar opiniões refletidas, sem as quais não estarão aptos às funções que deles se exigem nas esferas de participação e deliberação política. Esta crença constrói-se em oposição aos modelos procedimental e competitivo de democracia.¹¹¹

Surge, pois um paradoxo. É interessante avaliarmos que a *intenção do jornalista*, ao divulgar informações do contexto econômico mundial, pode ser *tanto cidadã quanto ilusória*, no sentido de dar as informações necessárias para que o grande público alcance o significado do que está sendo tratado ou não. Através das discussões sobre objetividade, muitas vezes a imprensa se esconde de seu papel de transformadora social. Conforme colocado por Kucinski:

O jornalista tornou-se um dos principais agentes da democracia, cabendo a ele revelar segredos do poder, informar, educar e esclarecer a população e, portanto, contribuir para a construção da cidadania e do exercício dos direitos civis. [...] A adesão a essa ética pode se dar de vários modos [...]. Não é preciso acreditar numa

111. ROTHBERG, Danilo. Informação e economia política da comunicação no contexto da cidadania informada. In: ENCONTRO DA ULEPICC, 2., Bauru. **Anais...** Bauru: ULEPICC-Br, 2008.

virtuosidade suprema da democracia liberal como sistema político para aderir com sinceridade à ética do jornalismo liberal, pois basta acreditar na virtuosidade do processo de luta pela justiça e pela cidadania, que se dá no marco das democracias. Nesse processo, o jornalismo é uma atividade nobre e essencial.¹¹²

A busca desta virtude passa, portanto, pelo explicitar de processos complexos, justo o oposto do que vem se dando na cobertura da “crise”. Para quem não se recorda, a primeira crise do Euro tem sua origem no acionar fraudulento das vendas e revendas, em escala mundial dos ativos tóxicos ou *sub-primes*.¹¹³ Estes “produtos” financeiros nada mais são do que carteiras de hipotecas cujos titulares estão inadimplentes e não poderiam pagar. As duplicatas destas carteiras sem lastro, empacotadas como “produtos de risco”, foram (e são) comercializadas mundialmente, e quase sem nenhum controle. Ora, se na base não há lastro, logo não há dinheiro para remunerar. Isso é classicamente conhecido como *Esquema Ponzi*, e também chamado nos termos contemporâneos de *pirâmide* ou *corrente*.¹¹⁴

A hipótese de ato criminoso levando ao “estouro” da bolha imobiliária e, em seguida, à crise do capitalismo em geral, da economia estadunidense primeiro, e depois da Zona do Euro, é compartilhada por diversos especialistas. Houve dezenas de profissionais difundindo essa angulação, o que poderia haver rendido centenas de reportagens investigativas caso houvesse interesse. Estes seriam textos de primazia exemplar, como as matérias clássicas dos jornalistas americanos Bob

112. KUCINSKI, Bernardo. **Jornalismo Econômico**. São Paulo: EDUSP, 2007. p. 174.

113. ROCHA, Bruno Lima. La delincuencia en forma de intelectualidad neoliberal y financiera. Comprender lo incomprensible. **Estratégia & Análise**, Porto Alegre. Disponível em: <<http://www.estrategiaeanalise.com.br/ler02.php?idsecao=c41fd8bdf2b7d02de4781eba911ea105&&idtitulo=b02755ffbf06ee3a164f7b43a704520>>. Acesso em: 7 jul. 2010. 2010a.

114. ROCHA, Bruno Lima. Alan Greenspan y su elogio a las prácticas delictivas. **Estratégia & Análise**, Porto Alegre. Disponível em: <<http://www.estrategiaeanalise.com.br/ler02.php?idsecao=c41fd8bdf2b7d02de4781eba911ea105&&idtitulo=fdaedc8e97b78b15a15cf64d5217f278>>. Acesso em: 7 jul. 2010. 2010b.

Woodward e Carl Bernstein na cobertura do escândalo do edifício Watergate (Harry Ramson Center).

Novamente questiona-se: por que os diversos veículos, espalhados por todos os rincões do mundo, não efetivaram uma cobertura que estava tão aparente diante de si? Para que se compreenda o funcionamento da cobertura da economia mundial pela mídia é preciso que se avalie que esta é também um sistema que recobre o planeta, com ligações políticas e econômicas tecendo uma rede de trocas entre as diversas empresas que atuam nesse campo. Enumerando apenas o topo dos problemas que emergem dessa rede de relações, pode-se dizer que os principais assuntos vinculados à cobertura econômica são tratados quase que exclusivamente pelas agências internacionais. E como se sabe:

A história das grandes agências coincide com a própria história dos impérios econômicos. Seus canais eram os mesmos canais dos imperialismos. Foram braços importantes de informação desses impérios. A Reuters fez durante muito tempo espionagem para o Império Britânico e recebeu da Coroa Britânica o privilégio de acesso a toda a correspondência entre a chancelaria e a sua possessão na Índia. Hoje, cada grande agência forma um sistema industrial avançado que recobre e reproduz no campo das comunicações a multinacionalização e a concentração de capital características da expansão das multinacionais. Reproduzem, também, a relação assimétrica centro-periferia e disseminam padrões de pensamento, valores culturais e codificações ou formas de representação da realidade.¹¹⁵

Qualquer operador ou analista sabe que quando há informação perfeita não pode haver equívoco no erro e sim premeditação. Por isto discordamos da denominação de “crise” para a mega estafa oriunda do estouro da “bolha” dos *sub-primes*, também chamados de ativos tóxicos, resultado de carteira de hipotecas de bens imobiliários residenciais e que, supostamente, estariam securitizadas. Esta tese é corroborada pelo francês Jean-François Gayraud, comissário divisional para crimes financeiros (equivale ao posto de coronel) da *Direction de La Surveillance Du Territoire* (DST), a agência de contra-

115. KUCINSKI, Bernardo, op. cit., p. 160.

espionagem da França. Gayraud sustenta que a “crise” da bolha estadunidense foi um ato criminoso de empresas especuladoras.¹¹⁶

Assim, a possível fonte explicativa para investigar e denunciar mundialmente o crime da maior transferência de renda coletiva para cofres privados foi enunciada num conglomerado midiático e, logo após, posta ao léu, no limbo das pautas inconclusas. É a própria indústria da mídia que amortece a possível ira popular diante da ação cúmplice, entre mandantes de governos em função-chave e criminosos de colarinho branco operando com a especulação fraudulenta.

A chamada crise do Euro, moeda da Comunidade Europeia unificada e cujas bases de funcionamento são interdependentes, não foi fruto de uma marcha inexorável da economia, nem ciclos de crise e recomposição e tampouco de nenhuma outra pressuposição determinista. Os fatos geradores dessa ação de crime contra as estruturas societárias¹¹⁷ da Grécia, Portugal, Espanha, Irlanda e Islândia, dentre outros países, foi o acionar premeditado de megainvestidores, sua legitimação pela mídia que os acoberta e a “moldura” de apreciação mentirosa de empresas de auditoria e análise de risco.¹¹⁸

Informação reservada e informação para as maiorias

É importante para os cientistas da Comunicação que avaliem o quanto responsável também é a cobertura midiática, no sentido de omitir, desinformar, não informar, confundir, criar narrativas de tipo estória-cobertura, desconectando relações de força de extrema importância, fundamentais para a compreensão das questões-chave dos mecanismos de dominação capitalista em sua etapa financeira, à margem do conhecimento da maioria da população mundial. A ausência de notícias esclarecedoras impede que a sociedade tome

116. GAYRAUD, Jean-François. La Contra. **La Vanguardia**, Catalunha, 25 set. 2008.

117. NAVARRO, Vincenç. **Lucha de clases en la UE**. Disponível em: <<http://www.vnavarro.org/?p=4389#more-4389>>. Acesso em: 7 jul. 2010.

118. SANTINI, Simone. La influencia de S&P. **El País**, Madrid, 4 maio 2010. Disponível em: <http://www.elpais.com/articulo/opinion/influencia/S/26P/elpepuopi/20100504elpepuopi_8/Tes>. Acesso em: 7 jul. 2010.

por reais eventos que lhe são pertinentes em virtude da invisibilidade midiática, prejudicando assim a dinâmica social.

De acordo com Bolaño, pode-se afirmar que as contradições inerentes à forma capitalista da informação se condensam sob o binômio informação reservada/informação para a massa, utilizado como instrumento de dominação no sentido técnico do termo.

Do ponto de vista do capital, o primeiro lado engloba tanto a informação diretamente relacionada ao processo de produção quanto a voltada para as estratégias do capital individual perante os demais capitais individuais no que se refere ao domínio do conhecimento técnico e do conhecimento sobre as condições conjunturais gerais que afetam a produção capitalista, incluindo-se aí a troca da mercadoria informação e todas as informações ligadas aos atos de intercâmbio entre os diferentes capitais industriais, comerciais ou financeiros. O segundo lado do binômio, ainda do ponto de vista do capital, é definido pela forma publicidade de propaganda.¹¹⁹

No entanto, há que se ressaltar que com a ampla circulação de informações de todo o tipo através da rede mundial de computadores, a internet, os cidadãos que desejem informar-se e estar a par de todo o tipo de conteúdos, reais ou fictícios, verdadeiros ou mentirosos, podem contar também com essa fonte. O problema são os chamados custos de informação, tornando-se elevados em função da sobrecarga e do esforço necessário e subsequente de reinterpretar os códigos de especialistas, tornando-os outra vez comunicação mediada, dessa vez difundida através de redes alternativas de pequeno ou médio alcance.

Para os não-especialistas, o eixo de compreensão do capitalismo contemporâneo ainda passa pela recepção e consumo de informação, pouco ou nada interpretada, emitida através dos líderes dos oligopólios midiáticos em escala nacional, continental ou planetária. De toda forma, a credibilidade (ou a falta desta) dos veículos tradicionais os coloca à frente na possibilidade de alertar e fomentar o debate sobre determinados assuntos, inclusive os econômicos.

119. BOLAÑO, César. **Indústria Cultural, Informação e Capitalismo**. São Paulo: Hucitec/Polis, 2000. p. 58.

O que impede a livre e irrestrita divulgação de pensamento dos diversos segmentos sociais são os interesses econômicos e/ou políticos das empresas jornalísticas e dos monopólios da indústria cultural. No cenário das práticas de democracia participativa, o jornalismo deve ser entendido como um lugar de produção de conhecimentos singulares sobre a dinâmica imediata da realidade social e um campo de mediação discursiva dos interesses, conflitos e opiniões que disputam o acesso à esfera pública nas sociedades democráticas. Para que tal cenário se efetive, a formação desses profissionais deve atentar para a emergência de novas cartografias, nas quais os projetos não se realizam apenas como inserção e desenvolvimento na carreira, mas principalmente com implicação e envolvimento nas questões que permeiam as políticas de comunicação.¹²⁰

Quando a ausência normativa da democracia participativa se encontra com a premeditação eis a enunciação das políticas econômicas dos fatos previamente consumados. No caso, segue-se a máxima da conservadora inglesa Margareth Thatcher. Ao assumir o governo do Reino Unido em 1979, a mesma afirmou que no quesito da política econômica, por fora do receituário neoclássico implantado: “Não há alternativa!”.¹²¹ Quando há pouca margem de manobra para os governos de turno, as políticas distributivas balançam ainda mais rápidas. As regras da União Européia são rígidas para as políticas econômicas dos Estados. Prevê-se como “acordo”, máximo 3% de déficit público e 60% de endividamento.¹²² Diante deste constrangimento, o pragmatismo

120. DIB, Sandra Korman; AGUIAR, Leonel Azevedo de; BARRETO, Ivana. Economia Política das cartografias profissionais: a formação específica para o jornalismo. In: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 19., Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: COMPÓS, 2010. p. 14.

121. BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **O fim da Era Thatcher**. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/view.asp?cod=3091>>. Acesso em: 7 jul. 2010.

122. VARGAS, Thelmo. Para evitar la bancarrota, los miembros del club mediterrannée requieren un enorme préstamo. *El País*, Madrid, 16 jun. 2010. Disponível em: <<http://www.nacion.com/2010-06-16/Opinion/PaginaQuince/Opinion2410492.aspx>>. Acesso em: 7 jul. 2010.

dos aderentes do modelo burguês de democracia indireta sempre tende a preferir o mal menor. Este mal é o atirar-se nos “braços demoníacos” do capital financeiro.

Tanto especuladores quanto o próprio Fundo Monetário Internacional (FMI) atuam para dar liquidez à economia de Estados cujo caixa foi sendo esvaziado justamente por socorrer o sistema financeiro, quando atos de gerentes de mesas de operações deram sequência à compra e venda de carteiras de papéis sem lastro algum.

A conta que já foi paga em 2008 vem em dobro: juros causam déficit nos cofres públicos, abalando fortemente as políticas sociais que deram sustentação à Europa no pós 2ª Guerra. A resistência contra investidas anteriores de restauração conservadora dera-se pela combatividade (literal) da esquerda social e suas alas extremas, tendo que disputar nas ruas e contra as políticas de atrelamento e subordinação de vontades políticas vindas da socialdemocracia europeia.

É bom reforçar esta apreciação realista. Os direitos sociais dos trabalhadores europeus mantiveram-se assegurados até então apesar de todo o esforço entreguista e de abandono de posições por parte da suposta “ex-esquerda” reformista e “melhorista” que disputa os governos de turno do capitalismo europeu. Diante da “crise”, o modelo de política entra em crise. Assim, ao menos a luta social em sua forma classista ganha a dianteira das negociações indiretas, onde a traição de eleitores é a norma, subordinando os poderes constituídos pelas relações de fato, caracterizando os Parlamentos em um espaço de insulamento para políticos profissionais atrelarem sua intervenção aos desígnios de banqueiros e executivos de conglomerados e fundos de investimento. Se observarmos as decisões do Parlamento grego, e o acordo dos “socialistas” (Movimento Socialista Pan-Helênico – PASOK, liderado por Giorgos Papandreu), do partido ortodoxo de extrema-direita (Aliança Popular Ortodoxa – LAOS) e da direita representada pelo partido Nova Democracia (ND), nota-se a materialização do conceito narrado acima.¹²³

123. PALAISTIDIS, Dinos. PÉREZ, Angel. **Textos de la conferencia de los compañeros griegos de ESE en las jornadas de CGT**. Disponível em: <<http://www.alasbarricadas.org/noticias/?q=node/14333>>. Acesso em: 7 jul. 2010.

Há no contexto atual a ideia de mercado livre, onde a concorrência entre os capitais atuaria como justiça social. Dentro desse contexto, o papel do Estado fica minimizado, garantindo a liberdade das transações dos capitais, que, sem a regulação de órgão algum, seria a balizadora da democracia:

Para os entusiastas do mercado livre, a união do capitalismo avançado com a democracia de massas não apresentou qualquer problema, visto terem definido a boa sociedade como aquela que aumentou a liberdade de escolha pessoal e terem visto o mecanismo de mercado como aquele que melhor garante a informação, o debate aberto e a diversidade de idéias e argumentos exigidos pela deliberação política nas democracias de massa.¹²⁴

Para os estudiosos da Economia Política da Comunicação fica nítido, no entanto, que não há possibilidade de que seja gerada uma concorrência perfeita. Além disso, entende-se que o mercado por si mesmo é uma força agindo contra a democracia, como pode ser visto no caso das empresas de mídia que corroboram com esquemas de negociação que além de não beneficiarem a maioria da população envolvida ainda fazem parte de ações que poderiam ser julgadas como criminosas tanto dentro dos preceitos éticos da humanidade como na maior parte da legislação vigente dentro do próprio capitalismo. Por serem responsáveis por informar ou manter desinformada a grande massa humana mundial, deve-se atentar ao poder das empresas de mídia, já que perpetuam comportamentos, indicando a agenda de assuntos que devem ser considerados importantes pelos espectadores. Seguindo esse pensamento, Murdock coloca:

Em contrapartida, os economistas políticos críticos identificam a incompatibilidade entre o capitalismo e a democracia como fundamental e estrutural. Para eles, o fato dos serviços culturais e de comunicação centrais – jornais, estúdios de cinema e gravação, editoras de livros, canais de televisão – serem propriedade

124. MURDOCK, Graham. Transformações continentais: capitalismo, comunicação e mudança na Europa. In: SOUSA, Helena (Org.). **Comunicação, Economia e Poder**. Porto: Porto Editora, 2006. p. 16.

privada de acionistas, cujo maior interesse é aumentar o rendimento do seu investimento ao desenvolver as suas ambições econômicas ou políticas, privilegia necessariamente os interesses pessoais em detrimento dos interesses públicos.¹²⁵

Conforme denuncia Murdock, as intenções das empresas de comunicação não são vazias, mas sim comprometidas com determinados ângulos de visão, determinados poderes sociais estabelecidos. Voltando à questão do jornalismo econômico propriamente dito, pode-se observar que as dificuldades da cobertura de fatos dessa ordem não estão somente vinculadas às dificuldades de compreensão do cidadão comum, com pouco conhecimento da área. Baseiam-se, principalmente, na vontade dos jornalistas desse campo em manter sua área de atuação em “elevado” conceito, no sentido de atender principalmente às elites constituídas:

No jornalismo dedicado à economia, um dos principais problemas de linguagem está no fato de ele se dirigir a pelo menos dois públicos bem diferenciados, que se comunicam por códigos próprios: de um lado, especialistas, grandes empresários e profissionais do mercado; de outro, o grande público e os pequenos empresários. O grande público e os pequenos empresários sentem-se permanentemente agredidos pela linguagem técnica inevitavelmente usada no jornalismo econômico. Os mecanismos principais da economia não são necessariamente complexos numa primeira aproximação, mas há detalhes, às vezes importantes, de explicação difícil. Frequentemente as próprias fontes do mercado alimentam uma aura de mistério em torno de suas transações, disseminando expressões exóticas.¹²⁶

Como exemplo disso, a Grécia teve seus informes financeiros co-controlados tanto pelos tecnocratas do Estado como pelos “técnicos” do Banco Goldman Sachs. Este banco é um dos maiores operadores da suposta crise financeira, na

125. Ibid., p. 17.

126. KUCINSKI, Bernardo, op. cit., p. 168.

verdade um grande golpe de especulação imobiliária que levou a maior transferência de renda dos cofres dos Estados do centro do capitalismo para saldar as dívidas e rombos das empresas golpistas.¹²⁷

Para complicar, não vem sendo apenas as assessorias financeiras as responsáveis pela fraude de informação e transferência de riquezas para os bancos e fundos de investimento. O mascaramento de realidades, a mentira factual pura e simples, assim como a inversão do ângulo de análise, são também obra e graça da mídia profissional, tanto a generalista (alimentada por TVs e agências informativas) como os de maior cumplicidade, promovida pelos supostos especialistas em economia. Vejamos dois exemplos dessas assertivas.

Um exemplo gritante da abordagem midiática é a repercussão acrítica da apreciação das empresas de análise de risco, que rebaixam ou aumentam a confiabilidade dos papéis emitidos pelos Estados – títulos da dívida pública dos países, em formato digital. Quando a agência de classificação de risco Moody's avisara que iria, dentro de um curto prazo (poucos dias, em algumas semanas) rebaixar a apreciação dos papéis da dívida grega e portuguesa,¹²⁸ esse enunciado ganha ares de verdade, passando a ecoar como factual. Quando contrapomos as supostas verdades das agências de risco, deparamo-nos que são as mesmas, ou quase as mesmas empresas que operam como parte da engrenagem das fraudes financeiras em escala mundial.

Mas a crítica da abordagem midiática vai além do desmascaramento de uma fonte não crível. O tema do flagelo dos gregos e a heróica resistência que está nas ruas não foram provocados por Zeus nem pelos deuses do Olimpo, mas por homens e

127. ESTRADA, Amparo. El negocio de hundir un país. **Público**, Barcelona, 8 maio 2010. Disponível em: <<http://blogs.publico.es/multiplicatoporcerco/149/el-negocio-de-hundir-un-pais/>>. Acesso em: 7 jul. 2010.

128. Moody's avisa de una pronta rebaja a la deuda griega y portuguesa. **El País**, Madrid, 11 maio 2010. Disponível em: <http://www.elpais.com/articulo/economia/Moody/s/avisa/pronta/rebaja/deuda/griega/portuguesa/elpepueco/20100511elpepieco_6/Tes>. Acesso em: 7 jul. 2010.

mulheres que operam com informação privilegiada e por dentro dos sistemas financeiros oficiais e oficiosos. Existe uma prova cabal de cumplicidade midiática e ação orquestrada dos mega-especuladores, planejando a quebra da Grécia e a depreciação da moeda da Zona Euro. É a demonstração de que não se trata de uma crise inexorável, mas sim um ato premeditado por indivíduos daquilo que nos EUA se chama de *Assassinos Econômicos* e alguns críticos europeus dão o nome de *Delinquentes Financeiros*.¹²⁹

A grande conspiração evidenciada

Imaginemos um título do artigo que fala por si: “O negócio de quebrar um país”,¹³⁰ assinado pela colunista e coeditora de Economia do Diário Público, Amparo Estrada que cobre a Espanha e a União Européia. Trata-se de uma publicação impressa e digital, de tipo comercial (não é mídia alternativa ou sindical), mas que trabalha com informação precisa e com pouco índice de censura. A colunista de economia, por sua epígrafe e abordagem citando a John Kenneth Galbraith, não é uma autogestionária e sim uma keynesiana. Ou seja, trata-se de informação provinda vinda de conhecedores dos ambientes internos do aparelho de Estado a serviço do capital financeiro e não nas barricadas que o combatem.

O resumo é simples. Estrada nos conta que no dia 8 de fevereiro, no endereço localizado no número 767 da 3ª Avenida, em plena Nova Iorque, houve uma reunião de notáveis “jogadores vorazes” do mercado de capitais.¹³¹ Ali se combinou de comum acordo, desvalorizar o euro e romper o que restara da coluna vertebral da Grécia. Neste episódio, cujo local físico era a sede da Monness, Crespi e Hardt – empresa que opera através de uma subsidiária da Goldman Sachs –, estavam presentes, dentre outros operadores financeiros em escala planetária: Aaron Cowen, representante da SAC Capital Advisors, empresa fundada por Steven A. Cohen e que maneja 16.000 bilhões de dólares em fundos de investimento; David

129. PERKINS, John. Confissões de um assassino econômico. São Paulo, Cultrix, 2005.

130. ESTRADA, Amparo, op. cit.

131. Ibid.

Einhorn, da Greenlight Capital, participante do ataque derradeiro a Lehman Brothers ocorrido no outono de 2008; Donald Morgan, da Brigade Capital, cuja mensagem organizacional ressalta que, dentre seus produtos incluem-se ativos tóxicos ou papéis podres¹³²; além de, obviamente, um representante do Fundo Soros. Diz-nos a colunista do Diário Público que fora nesta noite do inverno na América do Norte quando se combinou, de forma orquestrada, um ataque aos papéis gregos.¹³³

Também assegura a especialista que não se trata de evento aleatório e menos ainda de teoria conspiratória.¹³⁴ O que de fato ocorre são reuniões periódicas desta envergadura, incluindo uma reunião semelhante, datada em plena quebraadeira fraudulenta do segundo semestre de 2008.

O lado de acobertamento midiático dá-se pela cobertura de publicações “especializadas”. O *Wall Street Journal* dera uma relevância normal e apagada ao evento, e isto em sua edição de 26 de fevereiro de 2010.¹³⁵ Ou seja, em plena era digital da comunicação instantânea, o portal de economia de Rupert Murdoch – controlador do conglomerado NewsCorp – tarda 18 dias para dar uma informação estratégica para o futuro de mais de 10 milhões de cidadãos gregos.

Afirmamos que houve a evidência da ação criminosa premeditada e a correspondente cobertura cúmplice e irresponsável no sentido cívico do jornalismo, mesmo que sob preceitos liberais. Quando do escândalo de Watergate – cinco operadores do Partido Republicano foram pegos espionando a sede dos Democratas em plena capital dos EUA –, o caso passou ao largo e caiu no esquecimento dos leitores. Se não fosse a ação dos repórteres e do veículo que os empregava, o jornal *Washington Post*, nada teria acontecido.

132. BRIGADE CAPITAL. **Brigade Capital**. Disponível em: <<http://brigadecapital.com/index.html>>. Acesso em: 7 jul. 2010.

133. ESTRADA, Amparo, op. cit.

134. Ibid.

135. PULLIAM, Susan; KELLY, Kate e MOLLENKAMP, Carrick. Hedge Funds Try ‘Career Trade’ Against Euro. **Wall Street Journal**, Nova Iorque, 26 fev. 2010. Disponível em: <<http://online.wsj.com/article/SB10001424052748703795004575087741848074392.html>>. Acesso em: 7 jul. 2010.

Trinta e três anos depois, quando no segundo semestre de 2007 a especulação financeira com carteiras imobiliárias começa a dar sinais de fraude, nenhuma grande mídia foi à caça sistemática dos autores do crime contra o interesse público.¹³⁶ O quadro é mais agudo. Três décadas e meia após, a maior parte dos grandes veículos, estando na forma de propriedade cruzada ou composição acionária, além de liderar o respectivo oligopólio de mídia em seus países ou regiões, também são subsidiários diretos ou indiretos de conglomerados com elevados investimentos de risco na ciranda financeira. A conjunção de interesses econômico-financeiros, teórico-ideológicos e político-jurídicos é emitida em formatos de múltiplos produtos comunicacionais e circulam com linguagem de atenuantes da ação premeditada.

No caso da recente “crise grega”, como ponta de lança da Zona Euro, houve premeditação e ocultamento da informação.

Interessante anexarmos a isso o pensamento de que a mídia age em parceria com seus financiadores, mas a sociedade sente-se impedida de impor às empresas de comunicação regras e valores que estão baseados na ética. Nesse sentido, Rothberg coloca que dois dos caminhos possíveis seriam as empresas públicas de comunicação e a regulação sobre as empresas privadas:

Naturalmente, nos sistemas democráticos atuais não se admitem intervenções nas mídias comerciais impressas para impor rumos ou valores. Assim, a resposta encontrada pelas sociedades democráticas para a provisão de subsídios para a cidadania informada tem vindo dos sistemas públicos de radiodifusão, ou seja, através da ação do Estado, de duas maneiras: primeiramente, na regulação transparente da atuação das emissoras comerciais que exploram concessões públicas, para que elas atendam princípios da informação como subsídio ao engajamento político; em segundo lugar, na forma da construção e da manutenção de emissoras públicas, atadas às exigências da cidadania informada.¹³⁷

136. DOWBOR, Ladislau. **A crise financeira sem mistérios**. Disponível em: <<http://dowbor.org/crise/09crisesemmist8.doc>>. Acesso em: 7 jul. 2010.

137. ROTHBERG, Danilo, op. cit., p. 1059.

Apesar desta observação, salienta-se que mesmo espaços de mídia privilegiados, como os canais públicos de televisão, diversas forças sociais estão em jogo, o que nem sempre permite que conteúdos que não são tratados em espaços comerciais ganhem evidência nesses espaços, quase que alternativos. A maioria dos governos, sejam eles de países, estados ou municípios, tem relações estreitas com os diversos espaços de comunicação social, mantendo uma salutar e prudente distância de temas que possam interferir nessa proximidade, como é o caso, muitas vezes, das principais questões econômicas.

Considerações Finais

A maior parte dos grandes veículos, estando na forma de propriedade cruzada ou composição acionária, além de liderar o respectivo oligopólio de mídia em seus países ou regiões, também são subsidiários diretos ou indiretos de conglomerados com elevados investimentos de risco na ciranda financeira. A conjugação de interesses econômico-financeiros, teórico-ideológicos e político-jurídicos é emitida em formatos de múltiplos produtos comunicacionais e circulam com linguagem de atenuantes da ação premeditada.

Diante desse quadro de horror societário onde se justifica o comportamento de predadores, cabe uma resultante analítica. Quando as decisões fundamentais das sociedades passam por conspirações de elites financeiras e com o acobertamento cúmplice da indústria midiática, a balança é virada com a força das ruas. Nesse sentido, o povo grego vem dando nos últimos anos, uma lição para todo o mundo.

Referências

BOLAÑO, César. **Indústria Cultural, Informação e Capitalismo**. São Paulo: Hucitec/Polis, 2000.

BRIGADE CAPITAL. **Brigade Capital**. Disponível em: <<http://brigadecapital.com/index.html>>. Acesso em: 7 jul. 2010.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **O fim da Era Thatcher**. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/view.asp?cod=3091>>. Acesso em: 7 jul. 2010.

DIB, Sandra Korman; AGUIAR, Leonel Azevedo de; BARRETO, Ivana. Economia Política das cartografias profissionais: a formação específica para o jornalismo. In: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 19., Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: COMPÓS, 2010.

DOWBOR, Ladislau. **A crise financeira sem mistérios**. Disponível em: <<http://dowbor.org/crise/09crisesemmist8.doc>>. Acesso em: 7 jul. 2010.

ESTRADA, Amparo. El negocio de hundir un país. **Público**, Barcelona, 8 maio 2010. Disponível em: <<http://blogs.publico.es/multiplicatoporcerro/149/el-negocio-de-hundir-un-pais/>>. Acesso em: 7 jul. 2010.

GAYRAUD, Jean-François. La Contra. **La Vanguardia**, Catalunha, 25 set. 2008.

HARRY RAMSON CENTER. **The Woodward and Bernstein Papers**; publicado em <http://www.hrc.utexas.edu/exhibitions/web/woodstein/>; arquivo eletrônico consultado em 07 de julho de 2010

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalismo Econômico**. São Paulo: EDUSP, 2007.

Moody's avisa de una pronta rebaja a la deuda griega y portuguesa. **El País**, Madrid, 11 maio 2010. Disponível em: <http://www.elpais.com/articulo/economia/Moody/s/avisa/pronta/rebaja/deuda/griega/portuguesa/elpepueco/20100511elpepieco_6/Tes>. Acesso em: 7 jul. 2010.

MURDOCK, Graham. Transformações continentais: capitalismo, comunicação e mudança na Europa. In: SOUSA, Helena (Org.). Comunicação, Economia e Poder. Porto: Porto Editora, 2006.

NAVARRO, Vincenç. **Lucha de clases en la UE**. Disponível em: <<http://www.vnavarro.org/?p=4389#more-4389>>. Acesso em:

7 jul. 2010.

PALAISTIDIS, Dinos. PÉREZ, Angel. **Textos de la conferencia de los compañeros griegos de ESE en las jornadas de CGT**. Disponível em: <<http://www.alasbarricadas.org/noticias/?q=node/14333>>. Acesso em: 7 jul. 2010.

PERKINS, John. **Confissões de um assassino econômico**. São Paulo, Cultrix, 2005.

PULLIAM, Susan; KELLY, Kate e MOLLENKAMP, Carrick. Hedge Funds Try 'Career Trade' Against Euro. **Wall Street Journal**, Nova Iorque, 26 fev. 2010. Disponível em: <<http://online.wsj.com/article/SB10001424052748703795004575087741848074392.html>>. Acesso em: 7 jul. 2010.

ROCHA, Bruno Lima. Alan Greenspan y su elogio a las prácticas delictivas. **Estratégia & Análise**, Porto Alegre. Disponível em: <<http://www.estrategiaeanalise.com.br/ler02.php?idsecao=c41fd8bdf2b7d02de4781eba911ea105&&idtitulo=fdaedc8e97b78b15a15c64d5217f278>>. Acesso em: 7 jul. 2010. 2010b.

ROCHA, Bruno Lima. La delincuencia en forma de intelectualidad neoliberal y financiera. Comprender lo incomprendible. **Estratégia & Análise**, Porto Alegre. Disponível em: <<http://www.estrategiaeanalise.com.br/ler02.php?idsecao=c41fd8bdf2b7d02de4781eba911ea105&&idtitulo=b02755ffbf06ee3a164f7b43a704520>>. Acesso em: 7 jul. 2010. 2010a.

ROTHBERG, Danilo. Informação e economia política da comunicação no contexto da cidadania informada. In: ENCONTRO DA ULEPICC, 2., Bauru. **Anais...** Bauru: ULEPICC-Br, 2008.

SANTINI, Simone. **La influencia de S&P**. El País, Madrid, 4 maio 2010. Disponível em: <http://www.elpais.com/articulo/opinion/influencia/S/26P/elpepuopi/20100504elpepiopi_8/Tes>. Acesso em: 7 jul. 2010.

VARGAS, Thelmo. Para evitar la bancarrota, los miembros del club mediterrannée requieren un enorme préstamo. **El País**, Madrid, 16 jun. 2010. Disponível em: <<http://www.nacion.com/2010-06-16/Opinion/PaginaQuince/Opinion2410492.aspx>>. Acesso em: 7 jul. 2010.

Capítulo 5**OS COMENTÁRIOS SOBRE A “CRISE”
NOS BLOGS DE SARDENBERG E MIRIAM
LEITÃO: ANÁLISE DOS OPINANTES DO
CONGLOMERADO LÍDER**

Marta Reckziegel

Anderson David Gomes dos Santos

Bruno Lima Rocha

Resumo: Este artigo conforma a análise de uma parte da busca por textos referentes à “crise” econômica mundial, que dá seus primeiros sinais em 2007, para assolar o mundo no ano seguinte e gerar seus reflexos nos problemas enfrentados na Zona do Euro a partir de 2010. A questão que indica o caminho desta pesquisa é saber como os comentaristas econômicos da Rede Globo de Televisão comentaram o aparecimento, desenrolar e desenvolvimento da “farsa com o nome de crise” em sua fase inicial, 2007 e 2008, nos textos publicados em seus blogs. Os textos foram analisados a partir de quatro critérios: apresentação das relações causais; demonstração dos efeitos da “crise”; denominação dos agentes envolvidos, que em conjunto ajudaram para que os problemas ocorressem; e, por fim, as premissas ocultas nos textos dos comentaristas.

Palavras-chave: Economia Política da Comunicação; Jornalismo econômico; Desinformação estrutural; Carlos Alberto Sardenberg; Miriam Leitão.

Introdução

Este artigo está incluído nas pesquisas do Núcleo Interdisciplinar de Estudos da Globalização Transnacional e da Cultura do Capitalismo (NIEG), tendo como objetivo compreender o papel das mídias, através de estudo crítico dos líderes dos oligopólios

dedicados à produção de jornalismo econômico, e a presença ou ausência da descrição factual simples e suas relações causais que incorporem o acionar estratégico de agentes econômicos e políticos determinantes para a decorrência dos próprios fatos supostamente narrados e analisados. O eixo teórico-metodológico é a Economia Política da Comunicação.

Analisa-se a produção de conhecimento sobre a “crise” econômica mundial a partir dos comentaristas econômicos da Rede Globo de Televisão, Carlos Alberto Sardenberg e Miriam Leitão, a partir dos seus blogs, nos sites de *O Globo* e *G1, Estadão* e site próprio, respectivamente. A escolha de buscar os blogs e não os comentários veiculados no *Bom Dia Brasil* e no *Jornal da Globo* se dá pela hipótese de que na Internet não há restrições quanto ao tamanho do comentário ou maiores barreiras para as opiniões ali retratadas.

Desta forma, este artigo fará os seguintes movimentos: explicará as escolhas relativas ao período analisado; quais as hipóteses a serem verificadas tendo em vista o corpus observado; exposição dos critérios de análise frente à produção de Miriam Leitão; exposição dos critérios de análise na produção de Carlos Alberto Sardenberg; e, por fim, as conclusões referentes ao período selecionado, os anos de 2007 e 2008.

O discurso como forma de legitimação hegemônica

O pensamento e o posicionamento da sociedade são construídos de informações vindas de infinitas fontes de acesso, passando da família à escola e aos meios de comunicação, independente de plataforma tecnológica. Dentre as formas de mediação social, a comunicação se tornou a mais comum na sociedade capitalista contemporânea, ampliando os elementos para a formação político-cultural das pessoas, chegando ao ponto de mascarar a intervenção por formas de inclusão de poder. Além disso, o processo de avanço do neoliberalismo como doutrina primeira do desenvolvimento capitalista a partir da crise do petróleo de 1973 tornou o setor econômico de (tele)comunicações um dos mais importantes.

No que toca ao conteúdo, o conceito de *desinformação estrutural* é fundamental para entender a produção dos grandes grupos

comunicacionais. Este é um termo desenvolvido por Dines, dentre outros que desenvolveram a crítica à atuação empresarial a partir da década de 1990, que o explica da seguinte forma: “No momento em que este processo de esclarecimento é submetido e confunde-se com um processo econômico e um processo político (não necessariamente com a mesma origem), cria-se uma *deformação* funcional, orgânica. O resultado é a *desinformação estrutural*”.¹³⁸

No caso aqui em análise, do jornalismo econômico, a construção e a fixação do discurso econômico neoliberal em sua etapa financeira são concretizadas não apenas pelos seus renomados economistas, mas também potencializadas pelas mídias corporativas. O próprio termo já deriva do inglês *corporation*, indicando empresas de tipo S.A. que terminam por ocupar papéis estruturais nas sociedades contemporâneas, que possuem interesses na financeirização de suas estruturas produtivas – “produção” esta subordinada às lógicas rentistas, portanto, parasitárias. A mídia corporativa vincula seus interesses econômicos nos grandes protagonistas desta financeirização, colocando à frente de seus noticiários um pacote de supostas verdades, com a função de traduzir o processo econômico de uma forma difícil de ser entendida.

O jornalismo praticado no Brasil apoia-se em estruturas ditas objetivas, no sentido de neutras – algo impossível – para estabelecer a reprodução de fatos e acontecimentos. Além disso, por conta do período da ditadura militar, os órgãos de opinião acabaram relegados a um segundo plano, com o medo da censura e de outras punições mais severas.

Um exemplo deste período é a Rede Globo de Televisão, que tomou a hegemonia no oligopólio midiático nacional neste período da história brasileira (1964-1985), com uma menor preocupação em apresentar discursos com tons ideológicos diferentes do poder em exercício. Os telejornais da rede só passaram a utilizar comentaristas nas suas emissões pós-ditadura militar, a partir de 1985. Por conta

138. DINES, Alberto. BALANÇO & SACOLEJO – I: O ano e a hora da verdade. **Observatório da Imprensa**, Rio de Janeiro, 30 dez. 2003. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/iq301220031.htm>>. Acesso em: 30 jan. 2012 - **grifos do autor**.

das crises na economia, incluindo uma real ameaça de hiperinflação, que o Brasil ficou imerso até o início dos anos 1990, este setor do jornalismo dominou a cena, enfatizando a interpretação de planos mirabolantes, que o jargão da cobertura especializada conhecia como “pajelança econômica”. Este processo deu origem a um “conceito de jornalismo centrado na análise e na credibilidade dos comentaristas especializados, que passam a contextualizar e explicar aos telespectadores as informações”.¹³⁹

A escolha por analisar a “crise” econômica a partir do meio de comunicação com maior recepção no Brasil, a televisão aberta, poderia nos deixar com alguns problemas. Charaudeau explica que:

O gênero telejornal, sob a proposta de nos apresentar os acontecimentos que surgem no mundo referencial, nada mais faz do que nos entregar (já pronto) um mundo evenemencial construído por ele mesmo e em parcelas. Igualmente, sob a proposta de nos permitir melhor compreender os fenômenos, apelando para os comentaristas, só faz fornecer explicações pontuais e fragmentadas. Encontramo-nos, então, em plena ilusão de realismo e em pleno simulacro de verdade, mas é através desse “fazer crer” que o telejornal se define.¹⁴⁰

Trazemos ainda a noção foucaultiana de *ritual* para entender o telejornalismo, que procura fazer com que o telespectador adquira determinado conteúdo como seu, da forma que aparente ser a mais natural possível. Só que para isso ocorrer é necessária uma série de regras e modelos a serem seguidos ao longo das exposições, com a qualificação que os indivíduos devem possuir, a partir de um jogo de diálogos, com cada um ocupando determinada posição de fala e formulando determinados tipos de enunciado. O ritual “fixa, enfim, a eficácia suposta ou imposta

139. BARBOSA, Marialva; RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Telejornalismo na Globo: vestígios, narrativa e temporalidade. In: BRITTOS, Valério Cruz; BOLAÑO, César Ricardo Siqueira (Orgs.). **Rede Globo: 40 anos de poder e hegemonia**. São Paulo: Paulus, 2005. p. 205-223. p. 219.

140. CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das Mídias**. 1.ed. São Paulo: Contexto, 2009. p. 23.

das palavras, seu efeito sobre aqueles aos quais se dirigem, os limites de seu valor de coerção".¹⁴¹

Desta forma, a opção pelos blogs é para desvelar, principalmente, as premissas ocultas, supostas "regras da economia", que podem fazer parte de base doutrinária da escola neoclássica ou, em sua fórmula ainda mais vulgar, mero senso-comum de mitos do sistema, tal como "oferta e procura", nos comentários realizados pelos comentaristas econômicos a partir de diálogos com um potencial maior de liberdade no discurso. Afinal, Carlos Alberto Sardenberg e Miriam Leitão escrevem para blogs que estão inseridos em outras empresas (no caso de Sardenberg, ele é colunista também de outro grupo comunicacional, o jornal Estado de S. Paulo), com limites e distensões próprios.

Se, de acordo com Foucault, o comentário tem o potencial de dizer algo além do texto mesmo, desde que o texto seja dito e realizado, não se tem o direito de se falar de tudo em qualquer circunstância.¹⁴² Analisá-los tem como um dos objetivos verificar como "especialistas" apresentam fatos, acontecimentos e suas múltiplas vertentes possíveis de análise, possibilitando a visada de determinadas interdições que possam revelar ligações político-ideológicas maiores, no sentido da explicação de Charaudeau para o comentário:

O comentário argumentado impõe uma visão do mundo de ordem explicativa. Não se contenta em mostrar ou imaginar o que foi, o que é ou o que se produz; o comentário procura revelar o que não se vê, o que é latente e constitui o motor (causas, motivações e intenções) do processo evenemencial do mundo. Problematiza os acontecimentos, constrói hipóteses, desenvolve teses, traz provas, impõe conclusões. Aqui não se é chamado a projetar-se no mundo contado, mas a avaliar, medir, julgar o comentário, para tomar a decisão de aderir ou rejeitar, seguindo a razão.¹⁴³

141. FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 17ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008. p. 38-39.

142. Ibid., p 25-26.

143. CHARAUDEAU, Patrick, op. cit., p. 176.

A partir desta explicação pela opção de mídia, esta pesquisa teve como corpus inicial artigos produzidos por Sardenberg (<http://g1.globo.com/platb/sardenberg>, <http://estadao.com.br> e <http://sardenberg.com.br>) e Leitão (<http://oglobo.globo.com/economia/miriam/>) no período compreendido de janeiro de 2007 a setembro de 2011 que tratassem sobre a (suposta) crise econômica mundial, bolha imobiliária ou termos congêneres. Numa perspectiva inicial, também chegamos a analisar a produção do jornalista Luiz Nassif (Agência Dinheiro Vivo/TV Brasil), como um possível contraponto no oligopólio midiático nacional, porém, poucos foram os textos de sua autoria publicados no seu site (<http://www.advivo.com.br/luisnassif>), o que impossibilitaria uma pesquisa mais acurada sobre suas opiniões.

Desta forma, foram selecionados, num primeiro momento, 79 artigos de Miriam Leitão e 71 artigos de Carlos Alberto Sardenberg no período já citado, onde foram analisados os seguintes critérios:

1. Demonstração das relações causais básicas: o que gerou a “crise econômica” a partir das relações de poder estabelecidas nos Estados Unidos e seus postos-chave econômicos. Neste sentido, trazendo à tona o conceito de “farsa com o nome de crise”, por entendermos que quando há agentes que participaram diretamente do processo que não só foram fragilmente punidos, mas também muito beneficiados por estarem dotados de informação perfeita, ou seja, com possibilidades de antecipação de processos decisórios e movimentos de interação estratégica, identificar o processo como uma das “crises cíclicas do capitalismo” seria errôneo,¹⁴⁴

2. Denominação dos agentes envolvidos, com as causas e os supostos culpados pela crise: interligado com o primeiro ponto, o interesse deste critério de análise é buscar nos comentaristas econômicos a quem eles culpam pela “crise econômica”: Estado,

144. A “farsa com o nome de crise” é um termo da organização social “Associação pela Tributação das Transações Financeiras para ajuda aos Cidadãos” (ATTAC, www.attac.org) da Espanha, que o NIEG apropriou-se por entender ser esta a melhor definição para o período em que vivemos.

agentes do capital financeiro? E em que medida uns poderiam ser ou não mais culpados que os outros?

3. Efeitos da crise: provavelmente um critério dos mais “simples” a ser descoberto, já que a economia é apresentada à população através do jornalismo muito mais graças aos efeitos de decisões neste setor do que para uma explicação do processo de constituição do mesmo;

4. Premissas ocultas: pressupostos de como, para os autores, deveria ser o mercado e sua regulação (ou a falta desta). Será que mesmo sendo ambas “vozes especializadas” sobre economia para a Rede Globo, eles pensam o sistema capitalista, na sua atual fase, de forma ao menos parecida?

Aproveita-se o ensejo para expor a hipótese tratada neste artigo, de forma a não ocultar o ponto de partida da nossa visada teórico-analítica. A nossa premissa pode ser bem explicada de acordo com a análise feita por Fontes sobre o processo vivenciado no mundo até 2009 e propagado nos meios de comunicação:

A grande mídia usa a crise para, ao mesmo tempo, atemorizar e apassivar a população. Assustando-nos, convertendo em tema para peritos uma crise da qual pouco se entende, apresentada na maioria das vezes de forma descontextualizada, desligada de suas determinações mais profundas. Apassiva ao diluir a crise em milhares de horas de programações destinadas a entreter, a distrair, apresentando o mesmo mundo como se nada estivesse ocorrendo ou, pior ainda, como se, impotentes frente à crise, assim como os passageiros do Titanic às vésperas do naufrágio, devêssemos bailar ainda mais aceleradamente. De um lado da moeda, a crise amedrontadora emerge nos noticiários, diante dos quais todos parecem incapazes, como se estivéssemos diante de uma hecatombe natural imprevisível. Do outro, a vida cotidiana, também mercantilizada, e naturalizada, é apresentada descolada das enormes contradições econômicas, sociais e culturais, apartada de toda efetividade e de toda capacidade – velando até mesmo a necessidade – de intervenção na crise que, entretanto, a devora.¹⁴⁵

145. FONTES, Virgínia. Prefácio: Da importância das lutas e das batalhas. In: MORAES, Dênis de. **A batalha da mídia**: governos progressistas e políticas de comunicação na

Para viabilizar a produção deste artigo, opta-se por trabalhar com os textos publicados nos dois blogs que conformam o período de 2007 a 2008, que vão dos primeiros sinais do boom imobiliário nos Estados Unidos até o auge da “farsa com o nome de crise” no país. A escolha se dá também porque os anos seguintes analisados no corpus mais amplo abrangem momentos como os reflexos desta “crise” inicial na Europa, com destaque para países como Portugal, Espanha e, principalmente, a Grécia, que merece uma análise em particular.

Miriam Leitão e o Estado para salvar o mercado

Miriam Azevedo de Almeida Leitão é jornalista formada pela Universidade de Brasília (UnB) e trabalha desde 1991 nas Organizações Globo, onde escreve coluna diária no jornal *O Globo*, republicada em diversos jornais do país; faz dois comentários por dia na rádio CBN; apresenta um programa de entrevistas na Globonews; e é comentarista no telejornal *Bom Dia Brasil* e no *Globo Online*.

Para esta análise foram selecionados 35 artigos/notas publicados a partir do dia 24/07/2007 (“Problema nas hipotecas agora além das sub-prime”) até o dia 31/12/2008 (“Que ano!”). A escolha por alguns deles para análise se dará a partir da quantidade de critérios apresentados e, principalmente, terá como foco a interpretação sobre possíveis premissas que puderam ser desveladas ao longo das leituras.

Antes de partirmos para os destaques encontrados, de forma geral, a produção textual de Miriam Leitão é dividida entre textos mais longos, alguns dos quais com um formato mais de reportagem, com a presença de especialistas entrevistados como forma de apresentar diferentes opiniões ou fortalecer uma delas; comentários da jornalista sobre causas e possíveis novos efeitos da “crise”, inclusive aqui no Brasil – seja a partir de efeitos já sentidos ou de análises sobre publicações, especialmente da revista *The Economist*, referencial para o setor no mundo; e, por fim, notas mais curtas, com o intuito de tratar de algum assunto em particular, especialmente para apresentar novos dados do mercado.

Foram apenas sete textos publicados em 2007 sobre os assuntos elencados para filtro de análise, mas que já apresentam

alguns sinais da “turbulência” que viria no ano seguinte, após os problemas com as hipotecas de alto risco, os *subprimes*. No artigo do dia 26/07 (“A turbulência era esperada”), Miriam aponta que “todo o crescimento do mercado americano nos últimos anos foi puxado pelo mercado imobiliário”, com muitos bancos e fundos alavancando grandes montantes de recursos a partir de hipotecas que dificilmente seriam pagas.¹⁴⁶

Em agosto de 2007, os textos já apresentam preocupações com uma possível “crise” econômica, a partir de sinais esperados para esta configuração, casos dos aumentos do preço do petróleo e dos títulos do Tesouro estadunidense, e o empréstimo pedido pela maior empresa de financiamento imobiliário dos Estados Unidos.

O texto do dia 18 de agosto é essencial para entender essa mudança. Sob o título de “Dez pontos sobre a atual turbulência financeira”¹⁴⁷, a jornalista enumera “o que já se sabe sobre esta crise”. O primeiro ponto já traz uma das relações causais desse fenômeno, já que “as empresas de hipotecas foram irresponsáveis na concessão de empréstimos”, pois havia alertas para o risco de a bolha estourar, porém, “o mercado financeiro ganhando muito dinheiro com os papéis do subprime fingiram que aquilo era sustentável”.

O terceiro ponto apresenta os bancos centrais como “pagadores de última instância”, porém a jornalista deixa clara a sua premissa

146. “Alavancar” é formular pacotes com vários tipos de “produtos” diferentes, de forma a aumentar o valor real do mesmo em algumas vezes, algo que é multiplicado quando colocado em conjunto com os demais. Assim, uma hipoteca ainda não paga é disponibilizada no mercado por um valor cinco ou dez vezes maior, por exemplo, do que realmente vale. O caso piora quando esta hipoteca não é paga, espalhando títulos “podres”, sem valor real para ser “descontado” no mercado. “Alavancagem” (*financial leverage*, do inglês) no jargão bancário, é o volume de empréstimos e operações sem lastro de resgate. Para citar outro exemplo, um banco pode ter em depósitos bancários ao valor de 10 e estar alavancado em 10 vezes o que tem de resgate, estando, por exemplo, com 100 circulando. Quanto maior a alavancagem, maior o risco de iliquidez se houver uma corrida aos bancos, um comportamento de manada em busca da recuperação de depósitos ou investimentos.

147. LEITÃO, Miriam. Dez pontos sobre a atual turbulência financeira. Miriam Leitão.com. **O Globo**. Rio de Janeiro, 18 ago. 2007. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/miriam/posts/2007/08/18/dez-pontos-sobre-atual-turbulencia-financiera-70153.asp>>.

de que uma possível ajuda deva surgir para salvar o mercado de crédito, “mas não pode ser uma forma de salvar os bancos e fundos que fizeram apostas irresponsáveis porque isso produz o risco de desmoralização do sistema de supervisão bancária e monetária”.

O quinto ponto traz outro agente que pode ser responsabilizado por tal situação, as agências de risco, que, da mesma forma que em outros casos (crise da Ásia e o caso Enron), deram notas muito altas a ativos cheios de problemas. Havia início de discussão nos Estados Unidos para investigar a relação dessas agências com os bancos que lançavam esses papéis.

O Brasil entra no quarto, no sexto, no sétimo e no oitavo pontos, com uma visão pessimista caso haja efeitos sobre a economia local, mesmo não tendo tantos papéis com *subprimes* – por conta da alta taxa de juros que afasta investidores, como ela deixa claro. O prejuízo ficaria por conta da saída de capitais para cobrir prejuízos de outros lugares e os respingos no comércio exterior estadunidense.

2008 começou com os primeiros sinais que davam conta de uma recessão nos Estados Unidos e com problemas até então inimagináveis para este país, com os efeitos da crise do *subprime* se replicando sobre outras áreas da economia do país, num verdadeiro efeito-dominó. No dia 31/03 (“Cai secretário de habitação; FED vai fiscalizar mais”¹⁴⁸), Miriam comenta num texto curto o pedido de maior poder de fiscalização para o FED, feito pelo Secretário de Tesouro Henry Paulson – que trabalhou no banco Goldman Sachs antes de assumir o cargo, em 2006. Miriam afirma que a “crise” teria mostrado que partes do mercado estariam sem supervisão, como no caso das fraudes encontradas no *Lehman Brothers*, na casa dos US\$ 350 milhões.

Em “Que Tempos!”¹⁴⁹, publicado no dia 29 de maio, o discurso expõe maior apreensão, pois o “momento econômico do mundo apresenta complicações que costumam chegar separadamente”. Um

148. LEITÃO, Miriam. Cai secretário de habitação; Fed vai fiscalizar mais. Miriam Leitão.com. **O Globo**. Rio de Janeiro, 31 mar. 2008. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/miriam/posts/2008/03/31/cai-secretario-de-habitacao-fed-vai-fiscalizar-mais-95576.asp>>.

149. LEITÃO, Miriam. Que tempos! Miriam Leitão.com. **O Globo**. Rio de Janeiro, 29 maio 2008. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/miriam/posts/2008/05/29/que-tempos-105191.asp>>.

desses problemas seria a alta inflação, apesar do choque do petróleo e da recessão estadunidense. A jornalista reafirma o argumento do *The Economist* que acusa os países em desenvolvimento de serem lenientes com a inflação, ao permitirem a alta de preço por não realizar um “aperto monetário, porque isso poderia levar a uma redução do crescimento”. Apesar de trazer um pouco da culpa a outros países, ela aponta o FED, e a quebra de várias de suas regras, como responsável por um momento em que há grandes contradições, como o resgate de bancos em dificuldades.

O pacote de ajuda aos bancos volta a ser criticado em 27 de setembro (“Erros do pacote”¹⁵⁰). Primeiro, ela crê ser difícil de explicar que milhares de pessoas tenham perdido suas casas para os mesmos “implacáveis” bancos que o Governo se predispôs a ajudar, além de ser ainda mais difícil explicar para “um leigo a ideia de que o desmonte do mercado financeiro tem um efeito demolidor que afeta toda a economia” – os profissionais do setor reclamaram fortemente do pacote proposto por Paulson.

Neste trecho, percebe-se que a jornalista admite a dificuldade que se tem para explicar o assunto a partir dos argumentos utilizados por quem “trabalha” com ele, acentuando uma preocupação maior porque nem os profissionais da área conseguem entendê-lo, muito menos explicar para o que ela chama de “leigos”.

A jornalista retoma argumentos do *The Economist* para apresentar sua reclamação com a ajuda de US\$ 700 bilhões aos bancos naquele momento, mais que o dobro do fundo que garante o dinheiro dos correntistas e que, além disso, “há o risco de se pagar demais pelos ativos bancários, elevando-se o déficit fiscal americano à estratosfera e ameaçando seriamente o dólar”.

Mas não é apenas a *The Economist* que Miriam Leitão utiliza como referência, mas também economistas da Universidade de Chicago – reconhecido lugar de base teórica para o neoliberalismo imposto no mundo. Um dos economistas, Luiz Zigale, disse que isso gera “a violação do princípio capitalista de que ‘os ganhos devem

150. LEITÃO, Miriam. Erros do pacote. Miriam Leitão.com. **O Globo**. Rio de Janeiro, 27 set. 2008. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/miriam/posts/2008/09/27/erros-do-pacote-128854.asp>>.

garantir as perdas’’. A jornalista faz questão de frisar que o ponto mais importante é que Henry Paulson não irá ser julgado pelos seus atos devido ao modelo dos Estados Unidos, porém, ela não explica de onde o secretário do Tesouro saiu – do mercado financeiro que pretendia ajudar.

Em meio a uma análise sobre os possíveis efeitos de uma crise no Brasil (“Nós e as crises”¹⁵¹ – 28/09) – que destaca o grande aumento do dólar (R\$ 4,00) antes das eleições de 2002 –, Miriam volta a questionar Paulson e seu pacote, já que ele fez questão de garantir que não teria que se justificar legalmente com ninguém a posteriori. Além disso, ela volta a examinar os efeitos de uma estatização das dívidas dos bancos:

O que os Estados Unidos querem fazer é o Estado comprar o ativo podre e deixar os bancos com os mesmos acionistas e controladores, mas limpos do custo dos erros cometidos pelos administradores. O programa deles é que merece a acusação, que foi feita ao Proer [Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional], de ser uma “ajuda aos banqueiros”.

Com uma primeira negativa do Congresso estadunidense sobre o pacote do Tesouro Nacional, a jornalista passa a refletir o “caos” do mercado e dos economistas sobre um futuro incerto da economia mundial. No dia 30/09 (“Rejeição mostra nova crise: a política”) ela traz a política para a análise econômica, ao apontar que esta também estava presente naquele momento. Os primeiros sinais de reflexo na Europa também são apontados.

No dia 31 de outubro, Miriam vai expor “Os três ‘ganhadores’ dessa crise”¹⁵², que seriam: o Fundo Monetário Internacional (FMI), que passou a ter “clientes” e uma fila de juros a receber; os executivos

151. LEITÃO, Miriam; ZANELLI, Leonardo. Nós e as crises. Miriam Leitão.com. O Globo. Rio de Janeiro, 28 set. 2008. Disponível em: < <http://oglobo.globo.com/economia/miriam/posts/2008/09/28/nos-as-crises-128819.asp> >.

152. LEITÃO, Miriam. Os três ‘ganhadores’ dessa crise. Miriam Leitão.com. O Globo. Rio de Janeiro, 31 out. 2008. Disponível em: < <http://oglobo.globo.com/economia/miriam/posts/2008/10/31/os-tres-ganhadores-dessa-crise-136965.asp> >.

dos bancos, que ganharão muito com indenizações e bônus – mesmo “auxiliando” no problema que causou suas demissões, algo que a jornalista não explica; e as agências de risco, estas apontadas como um dos agentes que causaram a crise, pois “erraram de forma incrível e ainda continuam funcionando e influenciando o mercado”.

Para comentar “O futuro da crise”¹⁵³ (26/11), Miriam Leitão entrevistou o ex-presidente do Banco Central (1999-2003) Armínio Fraga, que na época era o principal acionista da Gávea Investimentos¹⁵⁴ e fora durante seis anos diretor-gerente da *Soros Fund Management LLC* em Nova Iorque.¹⁵⁵ Tratava-se, portanto, de alguém que mais que saber do mercado financeiro, atuava no mesmo, sendo considerado o “especialista” brasileiro sobre o assunto.

153. LEITÃO, Miriam. O futuro da crise. Miriam Leitão.com. **O Globo**. Rio de Janeiro, 26 nov. 2008. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/miriam/posts/2008/11/26/o-futuro-da-crise-142886.asp>>.

154. Para ver a relação da Gávea Investimentos com uma das principais empresas envolvidas com o escândalo financeiro recomendam-se as leituras a seguir. Primeiro, a respeito da informação transacional que transfere o controle da empresa que era de Fraga para a JP Morgan, FRIEDLANDER, David. JP Morgan compra controle da Gávea Investimentos, de Armínio Fraga. Estado de São Paulo, São Paulo, 25 de outubro de 2010. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/neg%C3%B3cios,jp-morgan-compra-controle-da-gavea-investimentos-de-arminio-fraga,40304,0.htm>> Acesso em: 20 set. 2012. Para ter conhecimento a respeito de um informe originalmente divulgado no periódico mexicano La Jornada, tratando das operações do controlador da Gávea Investimentos ver a tradução encontrada no portal Carta Maior. NADAL, Alejandro. Banco JP Morgan, presságio de Novo Apocalipse. Carta Maior, São Paulo, 06 de agosto de 2012. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=20669>. Acesso em 20 set. 2012.

155. George Soros é um investidor nascido na Hungria, que se tornou um dos gerenciadores de capital mais renomados do mundo a partir dos anos 1980. A empresa que Armínio Fraga dirigiu em Nova Iorque era responsável por gerenciar o Quantum Fund, *offshore* situada em Curaçao (Antilhas Holandesas) que “se tornaria ilustre em 1992 por uma especulação desenfreada e exitosa em cima da libra esterlina, ou pelas opiniões sobre a Société Générale no momento de sua ‘lapidação’” GUILHOT, Nicolas. Uma galeria de criminosos respeitável. Le Monde Diplomatique Brasil. Dossiê 8: Crise bancária: o roubo do século. Disponível em: <http://www.diplomatique.org.br/edicoes_especiais_artigo.php?id=72>. Acesso em: 11 maio 2012.

Dentre tantas coisas, Fraga diz que esta é a “pior crise que veremos”, com os sistemas financeiros do mundo sendo praticamente estatizados – mas não sob o modelo que o “liberalismo” tanto se opôs, como Miriam Leitão já explicou no texto do dia 29/09, aqui já analisado. O ex-presidente do BC se mostra contrário a um crescimento maior que 3% no Brasil e aponta o “fim da festa financeira e a desalavancagem geral”. Miriam também usa como fonte o economista Dionísio Carneiro para analisar o futuro mandato de Barack Obama, prevendo anos difíceis e mostrando como saída o aumento dos gastos públicos “desde que não seja de forma permanente”.

Obama é o assunto da coluna do dia 26 de novembro (“Vários conselhos, funções específicas”¹⁵⁶), por montar uma equipe para combater a “crise”. Dentre os nomes, os quais a jornalista aponta a escolha por “diversidade de experiência, de pontos de vista, de conhecimentos, de aprendizados”, havia pessoas como Paul Volcker, que foi presidente do FED de 1979 a 1987, início da aplicação neoliberal nos Estados Unidos com o governo de Ronald Reagan. Outro nome destacável no conselho é Larry Summers, que havia sido secretário do Tesouro no final do governo Clinton. Ainda assim, Miriam aponta que Obama “vai se cercando de boas fontes de informação”.

O principal texto deste ano virá no dia 28 de dezembro. Em “Cúmplices da Bolha”¹⁵⁷, Miriam Leitão apresenta as relações causais que geraram a “crise” econômica mundial. Ela está correta na introdução do seu texto, que apresentará como foco de seus ataques o governo do republicano George W. Bush, por diminuir a regulação no mercado e não escutar os alertas que vieram ao longo do tempo – o presidente do órgão regulador imobiliário avisou sobre

156. LEITÃO, Miriam. Vários conselhos, funções específicas. Miriam Leitão.com. O Globo. Rio de Janeiro, 26 nov. 2008. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/miriam/posts/2008/11/26/varios-conselhos-funcoes-especificas-142901.asp>>.

157. LEITÃO, Miriam. Cúmplices da bolha. Miriam Leitão.com. O Globo. Rio de Janeiro, 28 dez. 2008. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/miriam/posts/2008/12/28/cumplices-da-bolha-149744.asp>>.

um possível boom em 2003¹⁵⁸, o que causou sua substituição – ao ponto de contratar pessoas de dentro do mercado para trabalhar “vigiando” o setor.

Sobre o mercado, ela aponta:

A história pelo lado do mercado é bem conhecida, a esta altura. Os bancos foram irresponsáveis, as agências de risco foram coniventes, o mercado se alavancou além da medida, inúmeras instituições não estavam sob supervisão e, **em muitos casos, houve simplesmente fraude**. Quando tudo deu errado, os bancos foram socorridos pelo dinheiro público [**grifo nosso**].

Miriam admite que em muitos casos o que ocorreu foi uma fraude, que viria a ser “socorrida” pelo dinheiro público, o que alimenta a nossa argumentação de que a “crise” foi, na verdade, uma “farsa com nome de crise”. Neste texto, ela segue apontando as falhas do governo Bush, destacando que mais do que uma omissão, o caso foi de uma atuação decisiva dos assessores em criar um desastre econômico: “Foi assim, conspirando contra a fiscalização e o controle do mercado, enfraquecendo reguladores e desprezando os alertas, que o governo Bush foi soprando ainda mais na bolha que fazia a alegria do mercado”.

Pelo que pudemos analisar neste período, a jornalista Miriam Leitão aponta relações causais e alguns dos agentes envolvidos na “farsa com nome de crise”, destacando os desatinos do mercado financeiro, mas o papel de cúmplice do governo. Ela questiona a falta de atenção com os alertas recebidos e, principalmente, ter colocado membros dos agentes financeiros para vigiar o próprio setor.

Talvez o maior problema tenha sido utilizar como fonte de referência também membros oriundos dos agentes financeiros, mesmo que em escala menor. Não há outros pontos de vista sobre

158. Para compreender este processo de alerta, ausência de tomada de decisões, querelas judiciais entre associações de inquilinos, pagadores de hipotecas e a indústria da especulação imobiliária nos EUA, ver: CENTER FOR PUBLIC INTEGRITY. Who's behind the financial meltdown? Center for Public Integrity, Washington, DC, 2009. Disponível em: <<http://www.publicintegrity.org/accountability/finance/corporate-accountability/whos-behind-financial-meltdown>>. Acesso em: 20 set. 2012.

o assunto, reflexo até mesmo da produção jornalística da editoria de economia, de forma geral; tampouco uma análise do processo histórico antes do governo Bush, pois o processo de neoliberalismo remete à eleição de Ronald Reagan, em 1980, e já apresenta os primeiros casos de irregularidades ainda naquela década.

Carlos Alberto Sardenberg e a defesa do mercado liberal

Carlos Alberto Sardenberg é jornalista há quase 40 anos, atualmente trabalha como âncora do programa *CBN Brasil* (Rádio CBN – Organizações Globo), é comentarista econômico dos programas noticiosos da Rádio CBN, do *Jornal das Dez* (Globonews) e do *Jornal da Globo*, da Rede Globo. Além disso, Sardenberg escreve colunas semanais no jornal *O Globo*, mantendo um blog no site G1 e um site pessoal, com informações e comentários econômicos. Em agosto de 2012 não renovou o contrato com *O Estado de São Paulo*.

Para esta análise foram selecionados 30 artigos, todos eles de caráter opinativo e, em sua maioria, reprodução da coluna semanal publicada nos jornais *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*, perfazendo um período de 13/08/2007 (“Quem fica com o mico?”) a 29/12/2008 (“Por que o mundo financia os EUA?”). Da mesma forma que a análise empreendida sobre os comentários de Miriam Leitão, a escolha por alguns textos se dará a partir da quantidade de critérios apresentados e, principalmente, terá como foco a interpretação sobre possíveis premissas que puderam ser desveladas.

Como o tipo de texto de Sardenberg é para uma coluna no impresso, que tende a ser reproduzida em seu site pessoal e/ou no seu blog no G1, ao contrário do ocorrido com Leitão, não há diferença entre formatos e basicamente não há fontes para fortificar algum argumento, ou algo que possa travestir o comentário numa espécie de reportagem ou debate de maior profundidade.

São 8 os textos produzidos com os temas elencados enquanto “crise” econômica em 2007. Neles, já podemos perceber uma grande diferença sobre as premissas que Sardenberg possui para analisar aqueles primeiros sinais de problemas nos Estados Unidos. De forma geral, como apresentaremos com trechos a seguir, as relações causais são postas por ele de maneira quase “natural”, com uma tentativa

frequente de demonstrar a importância do mercado financeiro para a “economia real”, tentando mostrar que há fraudes neste setor, mas que há muitos casos “bons” e que a sociedade necessita.

Já no primeiro dos textos, “Quem fica com o mico?” (13/08/07) – termo utilizado também por Leitão para denominar os créditos podres no mercado –, há a apresentação das relações causais sobre o seu ponto de vista, em que aparece, pela primeira vez, a utilização do termo “maestro” para Alan Greenspan¹⁵⁹, que presidiu o Federal Reserve (FED) por duas décadas. O subtítulo já afirma a situação de crise: “A crise financeira mundial é grave, mas falta saber o tamanho”.

Ele destaca, antes de qualquer coisa, a importância do setor imobiliário para fazer com que a economia ande, porém, explica da seguinte forma como os erros e fraudes, apontados como “mal menor”, geraram a situação que se precipitava:

No mercado financeiro sofisticado de hoje, a coisa ficou mais complicada. Os bancos lá da origem, do primeiro empréstimo, venderam a outros investidores títulos lastreados nos créditos que tinham a receber. Os participantes dessa segunda fase fizeram o mesmo, reempacotaram os títulos, passaram à frente e assim foi seguindo.

Não é simples especulação. Trata-se de um movimento do mercado que amplia as oportunidades de doar ou tomar crédito, o que, afinal, movimenta a economia.

Mas tem o outro lado: aumenta o risco global e, quando o empréstimo lá na origem não é pago, cai o castelo de cartas.

Para finalizar, ele aponta três providências iniciais – que teriam sido tomadas pelo “maestro Greenspan” no início do século, com a

159. Para compreender o processo de raciocínio e argumentação de Alan Greenspan quando confrontado com arguição oriunda de opiniões adversas, ver a entrevista (embate jornalístico) entre o ex-presidente do FED e a jornalista Naomi Klein em: DEMOCRACY NOW. Alan Greenspan vs. Naomi Klein on the Iraq War, Bush’s Tax Cuts, Economic Populism, Crony Capitalism and More. Democracy Now, 24 set. 2007. Disponível em: <http://www.democracynow.org/2007/9/24/alan_greenSPAN_vs_naomi_klein_on>. Acesso em: 20 set. 2012.

bolha das empresas eletrônicas: os bancos precisariam informar, ou serem forçados a isso, sobre o tamanho da exposição aos créditos podres, de forma que “os bancos centrais saberão exatamente qual o joio a liquidar”; os bancos centrais precisam continuar a “fornecer liquidez ao sistema, emprestar dinheiro às taxas de juros por eles fixadas e assim impedir que o lado sadio sucumba a uma falta generalizada de crédito e impedir também que os juros disparem”; e, por fim, ele defende a redução das taxas de juros pelos bancos centrais. Ou seja, todas as três alternativas impõem aos bancos centrais as principais funções, sem “criminalizar” os bancos.

No texto do dia 17/08, sob o sugestivo título “Salvando o mundo da recessão”, Sardenberg usa uma notícia sobre dificuldades de captação de recursos para dois filmes para demonstrar a importância do mercado financeiro para outras áreas industriais. Ele defende a ampliação do crédito, gerada por um FED sob o “maestro Alan Greenspan” por não ter afundado a economia estadunidense antes, no que ele vai denominar de “farra do crescimento”, e que dará a tônica neste e noutros textos, mesmo que tenha deixado o mercado praticamente livre de quaisquer regulações. A ajuda estatal é apontada para evitar um desastre: “Salva-se a economia da crise financeira e depois se trata de regular novamente o mercado”.

Nos textos de 2008, a tendência de defender o sistema capitalista através da sua atual forma, financeira, continua. A diferença é que em alguns textos aparecerão algumas referências, só que mais para embasar opiniões do que para relatar determinados fatos de forma mais distanciada. Se Miriam Leitão utiliza como referencial o *The Economist*, Sardenberg fica com os estadunidenses do *Wall Street Journal*¹⁶⁰ e da revista *Newsweek*. No dia 30 de outubro (“De um brasileiro que comprou casa nos EUA”), ele chega a utilizar como exemplo o relato de um professor americano para afirmar que as coisas não iam tão mal assim: “Na verdade, diz ele, vendo toda essa situação, andando pela cidade, frequentando os shoppings, ‘dá a impressão de que a crise não afeta tanto assim a maioria do pessoal’”.

160. Jornal este controlado pela News Corp, de Rupert Murdoch, o mesmo conglomerado controlador da Fox.

A principal premissa utilizada pelo jornalista para explicar o que ocorreu nos Estados Unidos é que “o capitalismo não é predador, é uma extraordinária máquina de gerar riquezas e crescimento. Tão extraordinária que não raro se excede e cria as famosas bolhas” (“Desastres e sucessos do capitalismo” – 28/03). Há uma espécie de naturalização sobre o que ocorreu. Após um período (2003-2007) em que o crescimento teria sido imenso, movimentando todos os países e “graças” à alta liberação de capitais no mercado, principalmente pelo setor financeiro, os “anos de ouro” teriam causado uma liberdade um pouco exagerada, que gerou a bolha imobiliária e a “farsa com o nome de crise” – denominação nossa.

É curioso observar que apesar de ser algo tratado como natural, no dia 27 de janeiro (“Quem é mais esperto, o FED ou o mercado”), Sardenberg explica que todas as ações do Federal Reserve (FED) são tomadas com todas as informações possíveis: “Começa que Fed sempre tem mais informações do que o mercado e os analistas”. Ainda assim, não apresenta relação alguma com membros saídos diretamente do mercado, como Henry Paulson, para controlar o órgão que “sabe tudo”.

Uma das maiores preocupações de Sardenberg é mostrar que o Estado sempre regula, mesmo em momentos de maior liberdade do capital. Assim, o que deveria acontecer após “crises” seria diminuir a frouxidão um pouco exacerbada nas regulamentações, mas jamais aumentar o protecionismo estatal – por mais que este pague a conta no final.

Na coluna “A volta do protecionismo” (04 de agosto), Sardenberg explica as decisões do “maestro” Alan Greenspan de estatizar as agências hipotecárias Fannie Mae e Freddie Mac. O governo estatiza as agências para colocar dinheiro (dos contribuintes) nelas e depois as revende já organizadas. No fundo, a ideia é mostrar que a crise acaba prejudicando a imagem do capital financeiro¹⁶¹, e isso seria um equívoco: “O pêndulo ficou no lado anti-mercado. E assim segue a história, até que todos percebam, mais uma vez, que o governo é ineficiente e que a restrição à livre circulação de capitais e de mercadorias gera estagnação”.

161. Esta base argumentativa atravessa a mídia econômica corporativa brasileira. Para ver esta abordagem de forma crítica, observar a Introdução deste livro.

O texto do dia 25 de setembro é bem sugestivo para entender as premissas do jornalista: “Crise nos EUA – todos especulam”. Na coluna, ele relaciona alguém que vai viajar para os Estados Unidos, e precisaria se programar para comprar dólares em melhores condições, com um investidor do mercado financeiro. Ambos estariam apostando. Sardenberg defende que houve excessos, mas não o suficiente para justificar uma maior regulação.

No texto do dia 30 de setembro (“EUA – seis milhões de casas novas”), ele apresenta dados, que se mostrarão equivocados dias depois, sobre a queda do financiamento de novas casas, mas ainda em números muito grandes, para refletir sobre a função do sistema financeiro, apresentando algumas relações:

É uma tremenda bobagem dizer que o sistema financeiro moderno tornou-se uma máquina descolada da economia real, gerando crédito sobre crédito, papel sobre papel, tudo dinheiro só existente nas contabilidades criativas.

Para que servem os bancos? Para captar poupança onde sobra e distribuí-la onde há demanda por investimentos e consumo. O moderno sistema financeiro, baseado na tecnologia de informação, desenvolveu essa capacidade de maneira extraordinária. Com isso, forneceu capital barato para o mundo todo, capital esse que resultou em casas, fábricas, obras de infraestrutura e, claro, consumo.

Olhando de hoje para trás, fica evidente que faltou regulamentação e fiscalização. Mas, de novo, retomando tema deste espaço, é difícil acabar com a festa quando parece que tudo vai bem.

[...]

A pior saída é querer criar um sistema, que, no futuro engesse a capacidade criadora que é essencial ao capitalismo. No momento, trata-se simplesmente de salvar o sistema financeiro, aquele que capta e distribui poupança.

Na ânsia para mostrar não só que o capitalismo não está nem um pouco perto do fim, mas também a importância da manutenção das liberdades no capital financeiro (“Brasil: Todos jogaram no cassino financeiro” – 10/11), o autor aponta que o “Consenso de Washington” explicaria também a estabilidade macroeconômica brasileira pós-Real e que acabara ajudando o governo de Luís Inácio Lula da Silva na “crise” mais recente, em detrimento a um discurso anti-mercado que marcava a trajetória do ex-operário. Ainda assim, Sardenberg aponta que a estrutura global, baseada no enxugamento dos gastos públicos, com direito à privatização de importantes setores da economia, degingolou: “O sistema financeiro cresceu demais, acabou absorvendo a maior parte dos lucros e montou um sistema de avaliação de riscos que não viu nada”.

Ainda no texto do dia 10 de novembro, Sardenberg aponta as causas que, segundo ele, geraram o relaxamento da regulação, através de um “objetivo social”:

Não se pode definir uma regulação tão estreita que bloqueie as atividades do sistema financeiro. Restringi-lo demais é, simplesmente, restringir as possibilidades de retomada do crescimento econômico.

E para quem acha que o problema todo foi a falta de controle estatal sobre os bancos, é preciso verificar que na origem de tudo está uma interferência política estatal.

Lá atrás, o então presidente Clinton estimulou as agências hipotecárias Fannie Mae e Freddie Mac a ampliarem os empréstimos para a compra da casa própria. Governo e Congresso forçaram um relaxamento nos critérios para a concessão de crédito e para o financiamento de hipotecas.

Para Sardenberg, da mesma forma que para Miriam Leitão, Barack Obama estaria montando uma equipe com “excelência acadêmica e capacidade de operação”, baseada em pessoas consideradas como especialistas pelo mercado e que chegaram a trabalhar com o ex-presidente Bill Clinton, também, democrata, nas políticas de ampliação de crédito ao consumidor na década de 1990.

Tampouco o jornalista explica o currículo de cada profissional, sua ligação com os agentes financeiros.

O intuito é o que acompanha toda a sua produção ao longo do período aqui analisado: mostrar que uma maior intervenção estatal, para além de injetar recursos do Tesouro Nacional, seria um equívoco. Por mais problemas que a flexibilidade reguladora tenha gerado com a “farsa com o nome de crise”, o mercado precisaria se manter liberal para fazer a economia andar. As consequências ruins seriam “naturais” e rapidamente corrigidas.

Conclusões

Apesar de trabalharem no mesmo grupo de comunicação, as Organizações Globo, a análise realizada no período que compreende 2007 e 2008 mostra que os jornalistas Miriam Leitão e Carlos Alberto Sardenberg partem de premissas diferentes para comentar a “crise” econômica. Há uma considerável diferença não só da forma como escrevem sobre o assunto, como, principalmente, das relações causais e efeitos, com os agentes recebendo mais ou menos importância sobre o processo.

Uma das principais distinções, que foi exposta ao longo deste artigo, é o quanto cada um entende que se deve ter de intervenção estatal e liberdade do mercado. Por mais que defenda de forma árdua e contínua a liberdade dos mercados, Sardenberg não vê problema algum na retirada de recursos do Tesouro dos EUA, na ordem dos trilhões de dólares, para investimento nos bancos e no mercado financeiro, responsáveis pelos problemas na economia do país.

Já Miriam Leitão, apesar de “ocultar” muito mais suas premissas através do tipo de produção textual, com algumas notas e determinadas reportagens com análises sobre dado acontecimento, procura demonstrar que seria absurdo imaginar o Estado auxiliando o mercado. Mais absurdo que isso teria sido a falta de regulação por parte do mesmo, a ponto de permitir que se chegasse a tal situação, com grandes reflexos na economia mundial.

Um ponto que os une é a maior responsabilização ao Estado que aos agentes financeiros para a “farsa com o nome de crise”. Não há a preocupação de mostrar que os nomes do Governo para tomar

conta do Tesouro Nacional e/ou do *Federal Reserve* têm um histórico ligado às atividades que eles deveriam regular. Assim, em nossa opinião, há um grave problema na produção dos jornalistas ao não explicitar e explicar os agentes envolvidos e como o capital financeiro conseguiu colocar nomes importantes dentro dos principais órgãos da economia mundial – algo que se perpetua, ao menos, até 2012, seja nos Estados Unidos ou na Europa.

Esta análise partiu de textos num espaço, teoricamente, mais livre que os ocupados por estes jornalistas na emissora de televisão das Organizações Globo. Ao contrário da TV, os blogs servem para dar uma maior e mais rápida vazão às opiniões proferidas sobre um assunto tão importante quanto os problemas na economia mundial. Se a busca por interpretar os textos destes espaços pode dissociar a relação com o telespectador, mais numeroso, permite-nos chegar a mais premissas que, indubitavelmente, serão refletidas nos comentários para um público maior, porém, com menos detalhes.

Referências

BARBOSA, Marialva; RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Telejornalismo na Globo: vestígios, narrativa e temporalidade. In: BRITTOS, Valério Cruz; BOLAÑO, César Ricardo Siqueira (Orgs.). **Rede Globo: 40 anos de poder e hegemonia**. São Paulo: Paulus, 2005. p. 205-223.

CENTER FOR PUBLIC INTEGRITY. Who's behind the financial meltdown? **Center for Public Integrity**, Washington, DC, 2009. Disponível em: <<http://www.publicintegrity.org/accountability/finance/corporate-accountability/whos-behind-financial-meltdown>>. Acesso em: 20 set. 2012

DEMOCRACY NOW. Alan Greenspan vs. Naomi Klein on the Iraq War, Bush's Tax Cuts, Economic Populism, Crony Capitalism and More. Democracy Now, 24 set. 2007. Disponível em: <http://www.democracynow.org/2007/9/24/alan_greenspan_vs_naomi_klein_on>. Acesso em: 20 set. 2012.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das Mídias**. São Paulo: Contexto, 2009.

DINES, Alberto. BALANÇO & SACOLEJO – I: O ano e a hora da verdade. **Observatório da Imprensa**, Rio de Janeiro, 30 dez. 2003. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/iq301220031.htm>>. Acesso em: 30 jan. 2012.

FONTES, Virgínia. Prefácio: Da importância das lutas e das batalhas. In: MORAES, Dênis de. **A batalha da mídia: governos progressistas e políticas de comunicação na América Latina e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2009. p. 10-13.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 17.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

FRIEDLANDER, David. JP Morgan compra controle da Gávea Investimentos, de Armínio Fraga. **Estado de S. Paulo**, São Paulo, 25 de outubro de 2010. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/neg%C3%B3cios,jp-morgan-compra-controlado-da-gavea-investimentos-de-arminio-fraga,40304,0.htm>> Acesso em 20 set. 2012.

GUILHOT, Nicolas. Uma galeria de criminosos respeitável. **Le Monde Diplomatique Brasil**. Dossiê 8: Crise bancária: o roubo do

século. Disponível em: < http://www.diplomatique.org.br/edicoes_especiais_artigo.php?id=72>. Acesso em: 11 maio 2012.

NADAL, Alejandro. Banco JP Morgan, presságio de Novo Apocalipse. **Carta Maior**, São Paulo, 06 de agosto de 2012. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=20669> Acesso em: 20 set. 2012.

Referencial eletrônico:

LEITÃO, Miriam. A turbulência era esperada. Miriam Leitão.com. **O Globo**. Rio de Janeiro, 27 jul. 2007. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/miriam/posts/2007/07/26/a-turbulencia-era-esperada-67420.asp>>.

LEITÃO, Miriam. Cai secretário de habitação; Fed vai fiscalizar mais. Miriam Leitão.com. **O Globo**. Rio de Janeiro, 31 mar. 2008. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/miriam/posts/2008/03/31/cai-secretario-de-habitacao-fed-vai-fiscalizar-mais-95576.asp>>.

LEITÃO, Miriam. Cúmplices da bolha. Miriam Leitão.com. **O Globo**. Rio de Janeiro, 28 dez. 2008. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/miriam/posts/2008/12/28/cumplices-da-bolha-149744.asp>>.

LEITÃO, Miriam. Dez pontos sobre a atual turbulência financeira. Miriam Leitão.com. **O Globo**. Rio de Janeiro, 18 ago. 2007. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/miriam/posts/2007/08/18/dez-pontos-sobre-atual-turbulencia-financeira-70153.asp>>.

LEITÃO, Miriam. Erros do pacote. Miriam Leitão.com. **O Globo**. Rio de Janeiro, 27 set. 2008. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/miriam/posts/2008/09/27/erros-do-pacote-128854.asp>>.

LEITÃO, Miriam; ZANELLI, Leonardo. Nós e as crises. Miriam Leitão.com. **O Globo**. Rio de Janeiro, 28 set. 2008. Disponível em: < <http://oglobo.globo.com/economia/miriam/posts/2008/09/28/nos-as-crises-128819.asp> >.

LEITÃO, Miriam. O futuro da crise. Miriam Leitão.com. **O Globo**. Rio de Janeiro, 26 nov. 2008. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/miriam/posts/2008/11/26/o-futuro-da>

crise-142886.asp>.

LEITÃO, Miriam. Os três ‘ganhadores’ dessa crise. Miriam Leitão.com. **O Globo**. Rio de Janeiro, 31 out. 2008. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/miriam/posts/2008/10/31/os-tres-ganhadores-dessa-crise-136965.asp>>.

LEITÃO, Miriam. Problema nas hipotecas agora além das sub prime. Miriam Leitão.com. **O Globo**. Rio de Janeiro, 24 jul. 2007. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/miriam/posts/2007/07/24/problemas-nas-hipotecas-agora-alem-das-subprime-67130.asp>>.

LEITÃO, Miriam. Que ano! Miriam Leitão.com. **O Globo**. Rio de Janeiro, 31 dez. 2008. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/miriam/posts/2008/12/31/que-ano-150487.asp>>.

LEITÃO, Miriam. Que tempos! Miriam Leitão.com. **O Globo**. Rio de Janeiro, 29 maio 2008. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/miriam/posts/2008/05/29/que-tempos-105191.asp>>.

LEITÃO, Miriam. Rejeição mostra nova crise: a política. Miriam Leitão.com. **O Globo**. Rio de Janeiro, 30 set. 2008. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/miriam/posts/2008/09/30/rejeicao-mostra-nova-crise-politica-129437.asp>>.

LEITÃO, Miriam. Vários conselhos, funções específicas. Miriam Leitão.com. **O Globo**. Rio de Janeiro, 26 nov. 2008. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/miriam/posts/2008/11/26/variados-conselhos-funcoes-especificas-142901.asp>>.

SARDENBERG, Carlos Alberto. A volta do protecionismo. **Sardemberg.com.br**. São Paulo, 04 ago. 2008. Disponível em: <<http://www.sardemberg.com.br/site/index.php>>.

SARDENBERG, Carlos Alberto. Brasil: Todos jogaram no cassino financeiro. **Sardemberg.com.br**. São Paulo, 10 nov. 2008. Disponível em: <<http://www.sardemberg.com.br/site/index.php>>.

SARDENBERG, Carlos Alberto. Crise nos EUA – todos especulam. **Sardemberg.com.br**. São Paulo, 25 set. 2008. Disponível em: <<http://www.sardemberg.com.br/site/index.php>>.

SARDENBERG, Carlos Alberto. De um brasileiro que comprou casa nos EUA. **O Globo**. São Paulo, 30 out. 2007. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/pais/moreno/posts/2008/10/30/sonho>

americano-136691.asp>.

SARDENBERG, Carlos Alberto. Desastres e sucessos do capitalismo. **Sardemberg.com.br**. São Paulo, 30 out. 2007. Disponível em: <<http://www.sardemberg.com.br/site/index.php>>.

SARDENBERG, Carlos Alberto. EUA – 6 milhões de casas novas. **Sardemberg.com.br**. São Paulo, 30 set. 2008. Disponível em: <<http://www.sardemberg.com.br/site/index.php>>.

SARDENBERG, Carlos Alberto. Por que o mundo financia os EUA? **Estadão.com.br**. São Paulo, 29 dez. 2008. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,por-que-o-mundo-financia-os-eua,300073,0.htm>>.

SARDENBERG, Carlos Alberto. Quem é mais esperto, o FED ou o mercado. **Sardemberg.com.br**. São Paulo, 27 jan. 2008. Disponível em: <<http://g1.globo.com/platb/sardemberg/?s=Tr%C3%AAAs+respostas+para+a+crise>>.

SARDENBERG, Carlos Alberto. Quem fica com o mico? **Sardemberg.com.br**. São Paulo, 13 ago. 2007. Disponível em: <<http://www.sardemberg.com.br/site/index.php>>.

SARDENBERG, Carlos Alberto. Salvando o mundo da recessão. **G1**. São Paulo, 17 ago. 2007. Disponível em: <<http://g1.globo.com/platb/sardemberg/?s=Salvando+o+mundo+da+recess%C3%A3o>>.

CAPÍTULO 7**UMA ANÁLISE FÍLMICA DA “FARSA COM NOME DE CRISE”: O AUDIOVISUAL COMO LINGUAGEM SÍNTESE DO ROUBO DO SÉCULO**

Ivan Lemos Santos

Bruno Lima Rocha

Anderson David Gomes dos Santos

Resumo: Este artigo investiga a produção de documentários sobre a “crise” financeira, que a partir de 2008 se intensifica, fazendo um confronto com o jornalismo econômico, que é superado principalmente na densidade do conteúdo repassado. Os filmes *Capitalism: A love Story*, de Michael Moore, e *Inside Job*, de Charles Ferguson, propõem discutir e aprofundar os motivos que levaram o sistema financeiro ao colapso em 2008, combinando os elementos da estética cinematográfica, entrevistas com agentes financeiros, acadêmicos e governantes. Tendo essas duas produções como pano de fundo, mergulha-se na teoria e no factual para demonstrar que a utilização de outras linguagens é essencial para entendermos os limites da atual produção jornalística e a necessidade de variadas formas de expressão para explicar temas comumente mascarados por jargões técnicos pelos grandes conglomerados de comunicação.

Palavras-chave: Economia Política da Comunicação; Jornalismo econômico; Desinformação estrutural; Documentário.

Introdução

Observar a suposta “crise” financeira, com efeitos mais fortes sobre o mundo a partir de 2008, tendo como ponto de mirada a cobertura jornalística convencional limita a sociedade de ter acesso

a mais informações, conhecer e aprofundar sobre a ação do mercado financeiro. O funcionamento dessa cobertura oficiosa compõe um panorama que contribui com a livre circulação de produtos financeiros em escala global e um fortalecimento das próprias empresas de mídia, já que grande parte dessas também atua no mercado de ações, seja através de capital aberto (sendo constituídas como S.A.) como também na versão de Participações, operando como conglomerado (holding), estando estes grupos permeados de capitais cruzados com gigantes da jogatina financeira, a exemplo de Goldman Sachs, Capitol Group e J.P. Morgan.

O jornalismo econômico, que por sua vez teria a intenção de traduzir o comportamento do mercado financeiro, é atravessado por interesses comuns entre seus administradores e patrocinadores. A cobertura exalta a ação dos agentes financeiros, divulga-os como principais responsáveis por desenvolvimento e crescimento econômico. Dessa forma, as empresas de mídia aceleram o processo de desinformação estrutural, ocultando grande parte das verdades sobre funcionamento das estruturas econômicas. Assim, mantém uma elitização das produções jornalísticas, confirmando a falta de interesse em chegar a um processo de democratização dos meios de comunicação. Um axioma presumível é de que a dita mídia especializada é parte constitutiva do jogo da especulação financeira. Sendo assim, seu acionar reflete uma relação interna e não de externalidade.

Já a produção audiovisual sobre a “crise” financeira, que ocorre tanto na forma de ficção (na verdade, releitura de determinados momentos factuais) quanto na de documentário, quando confrontada com o jornalismo econômico apresenta uma qualidade muito maior, especialmente no que tange à densidade de conteúdo. Os produtos audiovisuais estudados permitem que as audiências obtenham uma compreensão aprofundada dos eventos, explicitando tramas e acontecimentos, responsabilizando autoridades, ideólogos e agentes econômicos.

Este artigo se atém para análise dois filmes do gênero documentário, *Capitalism: A love Story*, de Michael Moore, e *Inside Job*, de Charles Ferguson, de forma a realizar uma comparação entre o que foi produzido pelo jornalismo econômico e o que é demonstrado

nestas duas obras, tentando observar o grau de ampla interpretação dos fatos que ambos podem atingir referente ao assunto “crise”.

Partindo de uma análise crítica das políticas capitalistas da cultura e comunicação, torna-se necessária a introdução do diálogo entre distribuição e difusão dos produtos audiovisuais de conteúdo informativo com a construção de consenso exercida pelos “especialistas” econômicos, neste caso, vinculados a oligopólios midiáticos.

Este artigo está incluído nas pesquisas do Núcleo Interdisciplinar de Estudos da Globalização Transnacional e da Cultura do Capitalismo (NIEG), tendo como objetivo compreender o papel das indústrias culturais e a presença ou ausência da descrição factual simples e suas relações causais que incorporem o acionar estratégico de agentes econômicos e políticos determinantes para a decorrência dos próprios fatos supostamente narrados e analisados. O eixo teórico-metodológico é a Economia Política da Comunicação.

Documentário ou Jornalismo Econômico

As informações veiculadas pelos meios de comunicação exigem do receptor a análise de sua carga de “verdade” e embasamento. Quando o conteúdo de interesse público é transformado em produto por empresas de comunicação, que muitas vezes possuem interesses outros para além da simples veiculação, subordinando assim o valor-notícia, é criada uma lacuna entre o que pode ser verdadeiro ou falso. Da mesma forma que essas empresas possuem o domínio da opinião pública, também podem macular a imagem do profissional de comunicação pelos seus interesses.

O pensamento e o posicionamento da sociedade são construídos de informações oriundas de várias fontes de acesso. Observando por esse ângulo, o pensamento poderia ser visto como em construção, sem a intervenção direta de meios de exceção ou exercício discricionário de poder. Porém, a construção do discurso na formação do pensamento ideológico da sociedade passa por séculos de transformações em seus formatos e sentidos de existência, sendo uma das formas de disputa pela dominação e/ou domínio de uma classe, ou parte dela, sobre as outras. O respeito ao discurso tido como “verdadeiro” sempre foi temido e visto como necessário, este

gerava a adesão dos homens e se solidificava. Ao longo dos séculos toma-se a posição do questionamento de objetivo, forma e sentido desse discurso, separando em verdadeiro e falso e se desvinculando do seu poder. Conforme Foucault:

[...] o discurso verdadeiro pelo qual se tinha respeito e terror, ao qual era necessário submeter-se, porque reinava, era o discurso pronunciado por quem de direito e segundo o ritual requerido; era o discurso que dizia a justiça e atribuía a cada um a sua parte; era o discurso que, profetizando o futuro, não apenas anunciava o que haveria de passar-se, mas contribuía para a sua realização, obtinha a adesão dos homens e desse modo se entretencia com o destino. Ora, um século mais tarde, a maior das verdades já não estava naquilo que o discurso era ou naquilo que fazia, mas sim naquilo que o discurso dizia: chegou porém o dia em que a verdade se deslocou do ato ritualizado de enunciação, eficaz e justo, para o próprio enunciado: para o seu sentido, a sua forma, o seu objeto, a sua relação à referência.¹⁶²

No sentido de dar credibilidade ao discurso produzido, empresas de comunicação recorrem à utilização de linguagens fictícias em suas produções, elaborando reportagens televisivas ou ficções documentadas explicativas, uma espécie de docudrama. Principalmente devido à velocidade de produção de uma redação jornalística, o aprofundamento das informações fica preso à necessidade de contar algo em pouco tempo, na superficialidade dos fatos e no uso exagerado de bordões e palavras de ordem do sistema, como a evocação dos nervos e sentidos do mercado. As produções das matérias na mídia comercial apresentam, geralmente, apenas breves lapsos de narrativas que não aprofundam o conteúdo como deveriam. Há uma propensão a ampliar o consenso, no sentido da condensação de ideias dominantes, sobre os assuntos de interesse público, gerando assim mais desinformação do que informação que possa habilitar a tomada de posições por parte de públicos receptores. Desta forma, concentra-se em produzir conteúdos compactos e

162. FOUCAULT, Michel. A Ordem do Discurso. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 17. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008. p. 4.

suavizados com o intuito de manter a população sobre uma neblina que lhe causa desinteresse pelo assunto.

Como explicam Rocha et al.:

Como hipótese, aponta-se que **a maior parte da cobertura jornalística em economia oficia mais como porta-voz do capital financeiro do que como intérprete de seu acionar**. E, por optar pela angulação da cumplicidade, os especialistas, colunistas e fontes da indústria da comunicação quase nunca explicitam questões que seriam indiscutivelmente importantes para a compreensão, por parte da população em geral, dos bastidores de lutas por poder e capital articulados em larga escala [**grifo dos autores**].¹⁶³

Para inserir credibilidade aos conteúdos, as empresas de comunicação consultam “especialistas” em economia, profissionais geralmente ligados a bancos e empresas de consultoria financeira, que argumentam sempre a favor dos interesses do mercado – interesses seus e de suas empresas. Logo, abrem-se questionamentos sobre as condições de conformação da veracidade do valor-notícia, sabendo que há, antes de tudo, interesses históricos para se manter o mercado desregulado e apropriado para atuação dita “livre”. É nessa superficialidade dos fatos que se encontram a dúvida e a omissão de fatores decisivos para a sociedade, colocando em cheque um leque de informações que poderiam formar conhecimento mais amplo sobre determinados assuntos.

Para entender este processo é necessário apreender o que significa o conceito de *desinformação estrutural*, explicado por Dines como o momento em que o ato de informar, que deveria ser ligado ao esclarecimento sobre determinado acontecimento, pode ser confundido com o processo econômico e com o processo político de quem informa, criando uma deformação funcional, orgânica.¹⁶⁴

163. ROCHA, Bruno Lima et. al. O jornalismo econômico como porta-voz do capital financeiro. Revista EPTIC Online, v. 23, n. 1, p. 1-13, jan.-abr. 2011. p. 2.

164. DINES, Alberto. BALANÇO & SACOLEJO – I: O ano e a hora da verdade. Observatório da Imprensa, Rio de Janeiro, 30 dez. 2003. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/iq301220031.htm>>. Acesso em: 30

Fruto de um trabalho de longa pesquisa, o documentário busca atravessar os níveis de simplicidade ao confrontar as informações com a realidade. Na produção deste gênero fílmico existiria uma ampliação dos elementos que irão compor um produto audiovisual. Desde sua idealização até a veiculação, o processo é mais longo. O conjunto de procedimentos adotados na composição de uma imagem, com a intenção de comprovar seu grau de verdade, busca na sua subjetividade o entendimento e processamento da informação pelo receptor. Apresenta-se uma exploração do lado conotativo nas imagens e a utilização de elementos essenciais que são sobrepostos ao que é dito. O diretor confronta sua tese com a realidade, estabelecendo diálogos de forma criativa com os fatos. O documentário propõe exatamente essa junção, já que o diretor funciona como um proponente de questionamentos, em que essas indagações permitem que o receptor reflita sobre a realidade.

Sobre como deve ser observado este gênero, Penafria diz que:

Entender o documentário como o “tratamento criativo da realidade” não é apenas uma definição, mas um modo de problematizar [...]. Logo à partida, esta proposta refere o “tratamento criativo” como condição de afirmação de um filme que toma como ponto de partida o registro da realidade; e esse registro não pode deixar de ser, também, um ponto de chegada; ou seja, se o documentário parte da realidade é para sobre ela se pronunciar, comentar, explicar, mas também, não ficará excluída a possibilidade de a transformar ou alterar os modos como com ela nos relacionamos. E esse relacionamento não se encontra destituído de uma forma estética já que o filme, enquanto mediação, adota formas a partir das quais atinge o espectador com o intuito de o sensibilizar, informar, indagar, etc.¹⁶⁵

A exibição do documentário não elimina as possibilidades de interpretação, que podem circular entre o verdadeiro e o falso, porém através da sua própria forma de produção ele se transforma

jan. 2012.

165. PENAFRIA, Manuela. Apresentação. In: _____ (Org.). *Tradições e reflexões: contributos para a teoria e para a estética do documentário*. Lisboa: Livros Labcom, 2011. p. 1-2. p. 1.

em elemento de livre interpretação, desvinculando-se de um modelo comum de produção de conteúdo, onde o que está em jogo não é apenas a exposição das informações de interesse público.

A “farsa com o nome de crise” exibida nos cinemas

A partir da “crise” que se assenta inicialmente com o boom imobiliário nos Estados Unidos, iniciando-se em 2007, e que se expande por toda a União Europeia, com reflexos em outras partes do mundo, nos anos seguintes houve um aumento na quantidade e na qualidade de produções audiovisuais que buscam apresentar todo o processo de colapso das potências mundiais.

Optamos por analisar dois documentários como forma de expansão das alternativas de interpretação das relações causais, agentes envolvidos e efeitos da “crise”, cujos efeitos mais fortes passaram a serem sentidos em 2008: *Capitalism: A Love Story* é dirigido por Michael Moore, cineasta já conhecido internacionalmente por produzir documentários que fazem críticas ácidas ao sistema capitalista nos Estados Unidos e às estruturas de poder que o compõem; como possível contraponto, escolhemos o documentário *Inside Job*, de Charles Ferguson, que ganhou o Oscar em 2010 de melhor documentário. Detalhe importante é que Ferguson é matemático e cientista político e já trabalhou como consultor para empresas de capital misto e para o governo estadunidense.

O documentário de Moore tem um caráter mais histórico e explicativo sobre o funcionamento do sistema capitalista nos EUA, ao expor as fraudes causadas por empresas que estão inseridas no mercado financeiro. As cenas iniciais traduzem o resultado de um processo de especulação imobiliária na forma de pirâmide, que fez com que, como um castelo de areia, tudo sob sua base ruísse.

As casas hipotecadas eram agrupadas a outros tipos de investimentos e transformavam-se em um pacote de investimento misto, os chamados (CDOs), que eram vendidos a diversos conglomerados financeiros. Assim, os proprietários que pagavam as parcelas das hipotecas logo se viram mergulhados em altíssimas taxas de juros. Se o morador do imóvel deixasse de pagar, o primeiro banco que hipotecou não receberia e nem os outros bancos que compraram esses pacotes.

Em cinco anos, os preços dos imóveis não cessaram de crescer, as previsões eram as melhores, as agências de classificação garantiam lucro certo e isso contribuiu para uma massificação de compra, e depois de venda (liquidação em total desespero). Tal movimento no mercado de capitais é conhecido como comportamento de manada, quando todos, independentemente do tamanho, seguem numa mesma direção no mercado, em geral atizados por agentes dotados de informação estratégica e grandes demais para quebrarem, terem seus executivos presos ou ao menos punidos pelo Poder Judiciário do país em questão.¹⁶⁶ Tal ação em cadeia bombardeou as estruturas do sistema financeiro, dando início àquilo conhecido como “estouro da bolha decorrente do boom imobiliário”, quando o mesmo começou a ruir. O agora já consolidado Estado-Nação considerado o centro do capitalismo contemporâneo enfrentava uma grave “crise”.

Vale lembrar que não faltaram avisos vindos de economistas de linha crítica ou mesmo de neoclássicos arrependidos, que a partir de 2008 começaram a escrever em abundância, dando vazão pública ao seu arrependimento. Em 2004, o FBI já alertava George W. Bush de uma possível fraude no sistema imobiliário, o que é demonstrado no filme de Moore. Logo após o alerta dado, quinhentos agentes foram afastados das investigações e o órgão de polícia judiciária federal dos EUA centrou suas ações sobre o “inimigo externo”, pessoas ligadas ao “terrorismo”.

Nessa relação, conseguimos observar como o governo de turno está entrelaçado com o sistema financeiro. Para garantir que os planos econômicos se concretizem, considerando aqui as aberrantes medidas de salvação, é necessária uma articulação com estruturas de apoio e este funciona como órgão legitimador do que podemos chamar de fraude de hipotecas. Sobre esta necessidade de ajuda estatal, nem que seja para garantir as condições de livre mercado – e possíveis auxílios financeiros após “crises” – resgata-se uma citação de Freitag:

O intervencionismo estatal atua, pois, em dois planos, o *econômico*, manipulando as crises cíclicas da economia e limitando os riscos para os empresários individuais ou carteis, e o *político*, amortecendo o conflito entre as

166. ROCHA, Bruno Lima et. al., op. cit.

classes de proprietários dos meios de produção e as classes operárias, e procurando cooptar essa última em nome do “processo econômico” e “bem-estar social”.¹⁶⁷

A inserção do Estado com o papel de regulador das atividades financeiras fica na superficialidade das ações, ocultando as possíveis gravidades de um sistema cuja sua forma atual tem como item principal a valorização da informação, que passa a dar valor, inclusive, à mercadoria que serve como parâmetro de medida para as outras, o próprio dinheiro. Quando as políticas do governo permitem que bolhas imobiliárias se desenvolvam e, mesmo sendo descobertas, deixem de ser investigadas, trata-se de uma fraude. Primeiro, pelos agentes que atuam livremente dentro do mercado; em segundo lugar, porque o governo fecha os olhos para os alertas dados pelas próprias estruturas de fiscalização do Estado. Apesar dos alarmes sobre um emergente perigo de estouro da bolha imobiliária, os investidores não hesitaram, continuaram a jogatina de forma livre e desregulada.

A maioria das produções audiovisuais sobre crise exhibe as relações que possibilitaram o desencadear de um colapso. Em todas elas os principais investidores constroem a imagem de um profissional coerente com sua atuação no mercado, porém, quando o plano é geral, o que vemos é um sistema de compensação de valores mais avançado do mundo, onde circula informação que deveria ser perfeita – ao menos é o que eles tentam fazer que todos acreditem.

Ao longo do filme, Moore fala sobre os três memorandos que o Citigroup enviou para seus investidores mais ricos.¹⁶⁸ Nesses documentos constava a tese de que os EUA não eram mais uma democracia, e sim uma plutonomia, uma sociedade controlada exclusivamente por e pelo benefício do 1% que detém a renda mais alta da população, possuindo agora mais riqueza que os 99% restantes somados. Há a exaltação da crescente diferença entre ricos e pobres, que agora favorecia os investidores como uma nova

167. FREITAG, Barbara. **A teoria crítica**: ontem e hoje. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 89.

168. CITIGROUP. Revisiting Plutonomy: The Rich Getting Richer. Disponível em: <http://theparagraph.com/files/docs/CitigroupPlutonomyRept2_200603.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2012.

aristocracia estadunidense.

Essencialmente, podemos dizer que essa plutonomia nasce quando há fatores como: ganhos extraordinários de produtividade, desregulamentação das atividades financeiras, desenvolvimento tecnológico a favor da financeirização e a legitimação das atividades através das empresas de mídia especializada.

A concentração nas mãos de 1% da população está relacionada não apenas à movimentação de capital a favor dos bancos, mas também aos próprios agentes que movimentam diariamente fortunas. Um corretor hipotecário, por exemplo, pode comprar facilmente um “empréstimo mentiroso”, recebendo por isso uma bonificação do banco detentor, porém futuramente não se responsabilizará sobre essa hipoteca. É estabelecido então o que é chamado de risco moral (do inglês *moral hazard*), em que o agente pode ser incentivado a apostar inapropriadamente sem ter responsabilidades sobre os efeitos negativos. Os maiores bancos de investimentos – Goldman Sachs, J. P. Morgan, Merrill Lynch, Lehman Brothers e Bear Stearns – pagaram US\$ 25 bilhões em 2005, US\$ 36 bilhões em 2006 e US\$ 38 bilhões em 2007, através de bonificação, a seus funcionários. A relação entre bonificação e o salário base alcançou, em 2006, 60% da remuneração total destes cinco bancos.

Os procedimentos de troca de informação se tornaram essenciais para o entendimento da economia mundial. A preocupação aparece quando a utilização dessas redes é para especulação financeira. Essa evolução tecnológica internacionalizou a economia, reduziu as distâncias geográficas e inseriu novas formas de trabalho, baseadas na transferência de informação, porém esse avanço não contribuiu para a distribuição igual da renda, muito pelo contrário, como comprova o próprio memorando do Citigroup.

A partir de 1970, com a decadência do modelo keynesiano – advinda também do avanço dos operadores políticos inspirados nos neoclássicos – e a ascensão do neoliberalismo, tanto enquanto modelo de sistema capitalista como por vitórias político-militares, estabelecem-se os novos sistemas de acumulação capitalista com relação direta com as novas tecnologias de informação e comunicação (TICs). A principal função dessas TICs é diminuir os custos ligados

à circulação de valores e aumentar a produtividade, representada pela velocidade de transferência de dados e processos decisórios, deslocando o lucro para a remuneração da força de trabalho dos agentes – bônus, em geral pagos para executivos, CEOs e vice-presidentes, mas também distribuídos de forma desigual ao longo da pirâmide corporativa. Desta maneira: “Para os teóricos da nova economia clássica, as redes eletrônicas são concebidas como um meio que permite diminuir essas imperfeições, de tal maneira que o sistema alcance mais ‘rapidamente’ a posição de equilíbrio estável”.¹⁶⁹

Logo podemos afirmar que esses agentes trabalhavam com sistemas de informação cada vez mais sofisticados. Ora, se há “informação perfeita” não poderia haver equívoco nas decisões por parte de atores (individuais) e agentes (coletivos) com posição para deformar suas respectivas áreas de gravitação. Assume-se a posição de não concordar com o conceito de “crise” (no sentido de sua inexorabilidade, e sua condição cíclica) a partir das objeções apresentadas e que são mostradas nos documentários. Reproduzindo em português a designação dos jovens espanhóis através do 15-M (15 de Maio de 2011), caracteriza-se o processo histórico recente como “a farsa com o nome de crise”.

O Federal Reserve (Banco Central dos EUA) é o instrumento principal do governo para o controle da economia. Em 1987 foi nomeado para o cargo de presidente Alan Greenspan, o homem que claramente tinha fascínio pelo poder do livre mercado. Após quatro meses de sua nomeação, o mercado de ações entrou em colapso, caindo por terra a tese dos que defendiam a não intervenção do governo na economia.

A anulação da Lei Glass-Steagal, de 1933, deu início a um processo de desregulamentação com favorecimento de bancos comerciais. Esses agora poderiam apostar com dinheiro de correntistas. O catalizador da revogação da Lei Glass-Steagall foi a proposta de fusão entre o Citicorp e o Travelers Group, num acordo

169. HERSCOVICI, Alan. “Nova economia”, financeirização e Tecnologias da Informação e da Comunicação. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 7, 2002, Curitiba. Anais... Curitiba: Sociedade Brasileira de Economia Política, 2002. p. 2.

de US\$ 70 bilhões que gerou o Citigroup, o maior banco do mundo. Esse foi apenas um exemplo para o processo de desregulamentação das atividades financeiras. Para Sader:

O momento da crise é de irracionalidade. A desregulamentação que o neoliberalismo promoveu fez com que houvesse uma brutal e gigantesca transferência de investimentos, de renda do setor produtivo para o setor especulativo, que é onde se ganha mais. A especulação financeira é uma espécie de câncer que o capitalismo criou em seu seio.¹⁷⁰

Entendemos então que o processo de acumulação capitalista se concretiza no momento em que temos um mercado desregulado, e isso é possível quando os agentes se beneficiam com as articulações existentes dentro do governo, mercado e academia. Essas influências têm impacto em todas as esferas da sociedade, compondo o que é conhecido como teoria das portas giratórias (*revolving door theory*).

Como legitimadores do capital financeiro, líderes de oligopólios midiáticos atuam conjuntamente com as políticas econômicas neoliberais. Organizações privadas que possuem status de liderança no mercado midiático acabam por potencializar o pensamento neoclássico através de suas coberturas oficiosas sobre a economia nos EUA e, atualmente, sobre a Zona do Euro.

A grande mídia usa a crise para, ao mesmo tempo, atemorizar e apassivar a população. Assusta-nos, convertendo em tema para peritos uma crise da qual pouco se entende, apresentada na maioria das vezes de forma descontextualizada, desligada de suas determinações mais profundas. Apassiva ao diluir a crise em milhares de horas de programações destinadas a entreter, a distrair, apresentando o mesmo mundo como se nada estivesse ocorrendo ou, pior ainda, como se, impotentes frente à crise, assim como os passageiros do Titanic às vésperas do naufrágio, devêssemos bailar ainda mais aceleradamente.¹⁷¹

170. SADER, Emir. In: WOLFART, Graziela. O capitalismo como um processo de acumulação. Revista IHU On-Line: Revista do Instituto Humanitas Unisinos, n. 381, ano XI, 21 nov. 2011.

171. FONTES, Virgínia. Prefácio: Da importância das lutas e das batalhas. In: MORAES, Dênis de. A batalha da mídia: governos progressistas e políticas de

Mesmo sem força de decisão nas atividades econômicas, esses grupos reforçam e influenciam as decisões na esfera pública através do mecanismo da desinformação estrutural, inserindo os interesses do mercado financeiro em formato de terrorismo social. Moore exemplifica isso ao colocar imagens de noticiários locais da época. Até o estouro da bolha, tinham o discurso de que o sistema financeiro estava estável. Após o boom, o tom foi alarmista, bem como o pronunciamento do Presidente George W. Bush que falava do perigo de uma grande recessão se o governo não intervisse salvando os bancos: “Esse é um período extraordinário para a economia dos Estados Unidos, os especialistas econômicos do governo avisam que, sem a ação imediata do Congresso dos Estados Unidos, podem entrar num pânico financeiro, o que levaria a um cenário angustiante”.¹⁷²

Não somente a mídia comercial potencializa a atuação do mercado financeiro, como o próprio governo está diretamente ligado aos interesses do mercado, independente se essa relação estiver deixando suspensa a ideia de democracia. Dessa forma, a utilização do termo “plutonomia” pelo Citigroup poderia significar uma articulação entre bancos de investimentos, desregulamentação das leis, tecnologia a favor da financeirização e cobertura midiática. Esses setores traduzem um ambiente onde não há racionalidade, no sentido de preservação dos recursos e potencialidades, nas decisões que movimentam a economia mundial.

Já o documentário de Charles Ferguson consegue ser agressivo e ao mesmo tempo didático, trazendo as explicações do funcionamento e das atividades que foram desenvolvidas pelos bancos no período da “crise”. É uma produção que consegue respostas fiéis em formato de confissão dos agentes que se beneficiaram e fizeram com que a economia estadunidense rachasse. Através de conversas com professores, economistas, lobistas e outros influentes desenvolvedores do que viria ser a “crise”,

comunicação na América Latina e outros ensaios. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2009. p. 10-13. p. 10-11.

172. CAPITALISM: A love Story. Direção: Michael Moore. Nova York: Ascot-Elite Entertainment, 2009, 120 min, color. 1 DVD.

Inside Job propõe perguntas-chaves, obtendo informações nunca divulgadas nas empresas de mídia comercial. Ferguson utiliza de seus conhecimentos e pesquisas sobre o assunto para questionar os investidores, deixando-os irritados em diversos momentos.

Ferguson inicia com a mesma lógica que é pensada por outros teóricos sobre o desencadear da “crise”: a desregulamentação das atividades financeiras. Afirma que a grande mudança nas políticas de regulamentação está no desenvolvimento econômico estabelecido nos EUA depois da Grande Depressão. Complementa a hipótese afirmando que representaria um jogo de favores entre os envolvidos de bonificação certa.

O diretor logo dá um salto para o caso da Islândia. Este país era uma democracia estável, com um nível de vida elevado, pouco desemprego e uma dívida externa muito baixa. Mas em 2000 o governo islandês iniciou uma política de desregulação intensiva, que viria a ter consequências desastrosas, primeiro para o meio ambiente e depois para a economia. Autorizaram a instalação de multinacionais para construir enormes fábricas de extração de alumínio e explorar as fontes energéticas, hidroelétricas e geotérmicas do país. Logo o governo privatizou os três maiores bancos islandeses. O resultado foi uma das experiências mais puras em desregulação financeira.

Em setembro de 2008 culmina o processo especulativo, vindo a dar cabo de tudo o que fora desregulado num período de cinco anos anteriores. Os três pequenos bancos que nunca tinham operado fora da Islândia pediram emprestados 120 bilhões de dólares, dez vezes a dimensão da economia islandesa. O valor das ações multiplicou-se por nove, o preço das casas ultrapassou o dobro, gerando mais uma bolha. Firms de contabilidade estadunidenses analisaram bancos e empresas de investimento islandesas e declararam-nas estáveis. As agências de classificação de risco (*rating*) haviam acabado de declarar a Islândia numa situação maravilhosa. Quando os bancos islandeses abriram falência no final de 2008, o desemprego triplicou num espaço de seis meses. Os reguladores governamentais, que deviam ter protegido o nível de emprego e renda do país, nada fizeram.

Contrariamente ao que se poderia esperar, a “crise” deu lugar à recuperação dos direitos soberanos dos islandeses, através de um processo de democracia direta participativa, que finalmente conduziu a uma nova constituição, mas depois de muitas perdas. O povo decidiu se recusar a pagar aos credores dos bancos quando estes entraram em insolvência no final de 2008. No referendo de março de 2010, 93% da cidadania islandesa votou contra a devolução da dívida. O Fundo Monetário Internacional (FMI) e a União Europeia queriam assumir o controle da dívida, alegando que era o único caminho para que o país pagasse seus débitos com a Holanda e a Inglaterra, que tinham prometido reembolsar os seus contribuintes.

Pouco veiculado pela mídia convencional, o caso da Islândia foi um exemplo de democracia e poder direto do povo nas decisões econômicas, diferente do impacto da “crise” na Grécia – muito comentada nos últimos anos e com efeitos ainda inesperados quando da escrita deste artigo – e transformou o governo em “fantoche”, recebendo enormes fundos da União Europeia e do FMI, perdendo qualquer decisão soberana para a Troika Europeia (Comissão Econômica Europeia, Banco Central Europeu e Fundo Monetário Internacional) e capacidade de decisão sobre seus próprios recursos e destinos.

Nos anos 90 do século XX, houve um considerável processo de fusão e aquisição das grandes empresas estadunidenses, diminuindo a dimensão concorrencial do sistema e ampliando o espectro de poucas e gigantescas corporações, isso possibilita que grandes crimes na economia sejam cometidos, como mostrado no documentário de Ferguson. O diretor vai ainda mais fundo e explica as relações dos bancos com o narcotráfico, a indústria bélica e o apoio financeiro para regimes ditatoriais. No documentário, um chefe-lobista do Financial Services Roundtable¹⁷³ é questionado por Ferguson quanto ao envolvimento de seus parceiros em atividades criminosas. Ele nega que tenha ocorrido essas atividades após o diretor revelar a ligação:

173. O FSR representa desde 2000 as 100 maiores empresas de serviços financeiros integrados, que fornecem serviços bancários, de seguros e de investimento, produtos e serviços para os consumidores americanos.

Riggs Bank lavou dinheiro para o ditador chileno Augusto Pinochet; Credit Suisse financiou o programa de fundo nuclear do Irã e para a organização da indústria aeroespacial que criou mísseis de guerra; Citibank ajudou a financiar US\$100 milhões de drogas a sair do México.¹⁷⁴

Por se tratar de empresas de capital aberto e sem controle estatal direto, a utilização do dinheiro é incerta. Com a intenção de dar lastro ao dinheiro especulado, bancos recorrem a alternativas ilegais de compensação real da moeda. Da mesma forma, o contato com a economia de outros países é necessário não só para o fortalecimento de suas estruturas financeiras e vazão para os valores, mas também para estabelecer uma relação de abertura para futuros empreendimentos, ou seja, é de interesse dos grandes conglomerados financeiros se expandirem para as potências emergentes e dar continuidade ao processo de globalização e financeirização da economia mundial.

Inside Job é finalizado com uma relação interessante de executivos que mesmo conduzindo o mercado para a quebradeira receberam grandes bonificações. A justificativa de um indivíduo quando perguntado é que “eles fizeram um bom trabalho”:

Angelo Mozilo da Countrywide fez US\$470 milhões entre 2003 e 2008, US\$140 milhões foram fazendo *dumping* nas ações da Countywide, 12 meses antes da companhia se ruir. Stanley O’Neal CEO da Merrill Lynch recebeu US\$90 milhões de 2006 a 2007. Após levar sua empresa para o buraco, o conselho de administração permitiu a renúncia e pagou para ele US\$161 milhões em compensação. Para seu sucessor, John Thain, foi pago US\$87 milhões em 2007. Em março de 2008 a AIG e seu departamento de produtos financeiros perderam US\$11 bilhões, ainda assim, Joseph Cassano, o chefe da AIG, foi mantido como um consultor, por US\$1 milhão por mês.¹⁷⁵

Apesar de todos os (poucos) julgamentos ocorridos e as poucas comissões de inquérito e investigação levadas a cabo no Congresso

174. INSIDE Job. Direção: Charles Ferguson. Califórnia: Sony Pictures Classic, 2010, 108 min, color. 1 DVD.

175. Ibid.

dos Estados Unidos, cuja maioria dos parlamentares recebe apoios financeiros dos bancos que investigavam, pouco foi dito e ou mostrado por indústrias culturais focadas no noticioso. Ainda assim, um ramo minoritário de uma dessas indústrias, o cinema-documentário, não para de produzir material audiovisual sobre o assunto, até mesmo fazendo o jornalismo investigativo que deveria ser visto no cotidiano das redações pelo mundo.

Conclusões

Mesmo em se tratando de documentários que utilizam caminhos narrativos distintos, como a participação direta ou não do diretor-protagonista, e que naturalmente optaram por rumos diferentes, o resultado de ambos é uma crítica feroz ao capitalismo em sua etapa financeira. Quando são expostas as causas da “farsa com nome de crise” de forma documental, compreende-se todo processo que está além da disciplina econômica.

No caso das duas produções, o jornalismo econômico é utilizado apenas como fonte de informação para a crítica da mídia, estabelecendo o que falávamos no início desse artigo, que a cobertura midiática tem como atributos: primeiro ocultar as informações pertinentes a população sobre a economia financeira; e, segundo, alertar e aterrorizar a população de um possível impacto caso o mercado financeiro não funcione perfeitamente, reduzindo qualquer possibilidade de mobilização de manifestações.

Capitalism: A Love Story procura atingir mais o sistema capitalista em si, comparando as fases do capitalismo de várias épocas, concluindo que as crises são provocadas por fraudes, pessoas que estão colocadas em postos estratégicos e que se articulam com as esferas da sociedade com o intuito de sempre favorecer a minoria, cada vez mais reduzida e concentradora de riquezas.

Com *Inside Job*, também se pode concluir que dentro de uma relação de acadêmicos e economistas que trabalharam conjuntamente para o governo estadunidense, nenhum possui uma explicação plausível sobre o comportamento da economia financeira, apenas se prendem ao discurso de que desenvolvem um ótimo trabalho. Porém, o que percebemos em cada minuto dos

filmes é que há uma tentativa constante de os agentes se julgarem inocentes pelo acionar fraudulento. Os operadores do mercado financeiro naturalizam suas práticas assim como as estruturas de reprodução social intentam legitimá-las, tornando-as compatíveis com a vida em sociedade. Da mesma forma que é inconcebível a tolerância com a jogatina financeira e o controle de uma economia sem lastro baseada em capital fictício; é impossível legitimar tal processo em escala societária.

Assim, é a partir deste tipo de representação audiovisual que se tem mais elementos para gerar questionamentos e, conseqüentemente, respostas que possam atingir simbolicamente as pessoas que são afastadas cotidianamente da informação necessário para o entendimento da economia como um todo.

Referências

CAPITALISM: A love Story. Direção: Michael Moore. Nova York: Ascot-Elite Entertainment, 2009, 120 min, color. 1 DVD.

CITIGROUP. **Revisiting Plutonomy**: The Rich Getting Richer. Disponível em: <http://theparagraph.com/files/docs/CitigroupPlutonomyRept2_200603.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2012.

DINES, Alberto. **BALANÇO & SACOLEJO – I**: O ano e a hora da verdade. **Observatório da Imprensa**, Rio de Janeiro, 30 dez. 2003. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/iq301220031.htm>>. Acesso em: 30 jan. 2012.

FONTES, Virgínia. Prefácio: Da importância das lutas e das batalhas. In: MORAES, Dênis de. **A batalha da mídia**: governos progressistas e políticas de comunicação na América Latina e outros ensaios. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2009. p. 10-13. p. 10-11.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 17.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

FREITAG, Barbara. **A teoria crítica**: ontem e hoje. 5.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

HERSCOVICI, Alan. “Nova economia”, financeirização e Tecnologias da Informação e da Comunicação. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 7, 2002, Curitiba. **Anais...** Curitiba: Sociedade Brasileira de Economia Política, 2002.

INSIDE Job. Direção: Charles Ferguson. California: Sony Pictures Classic, 2010, 108 min., color. 1 DVD.

PENAFRIA, Manuela. Apresentação. In: _____ (Org.). **Tradições e reflexões**: contributos para a teoria e para a estética do documentário. Lisboa: Livros Labcom, 2011. p. 1-2.

ROCHA, Bruno Lima et. al. O jornalismo econômico como porta-voz do capital financeiro. **Revista EPTIC On-line**, v. 23, n. 1, p. 1-13, jan.-abr. 2011.

SADER, Emir. Entrevista a Graziela Wolfart. O capitalismo como um processo de acumulação. **Revista IHU On-Line**: Revista do Instituto Humanitas Unisinos, n. 381, ano XI, 21 nov. 2011.

Capítulo 8**O PAPEL DA COMUNICAÇÃO E DA MÍDIA NA CRISE DE SUPERPRODUÇÃO: REFLEXIVIDADE INFORMAÇÃO E IDEOLOGIA NO CASO DA BOLHA IMOBILIÁRIA IRLANDESA**

Henry Silke

Paschal Preston ¹⁷⁶

Em cada época histórica, a propriedade imobiliária desenvolveu-se de diferentes formas e sob um conjunto de relações sociais completamente diferentes. Assim, definir a propriedade burguesa nada mais é do que expor todas as relações sociais de produção burguesa. Tentar dar uma definição de propriedade como uma relação independente, uma categoria à parte, uma ideia abstrata e eterna, não pode ser senão uma ilusão de metafísica ou jurisprudência. (MARX, Karl. **A Miséria da Filosofia**, [1847/1963 p. 112]).

Não é muito surpreendente que os bancos continuaram a conceder empréstimos para o setor imobiliário, considerando o fato que a grande maioria dos acadêmicos, economistas independentes, observadores e, de fato, o Governo irlandês, apoiavam essa expansão, em vez de a questionarem. Ao mesmo tempo, grande parte da mídia apoiou entusiasticamente a preocupação das famílias em adquirir propriedades (NYBERG, P. **Relatório da Comissão de Investigação sobre o setor bancário na Irlanda**. Dublin: Government Publications, 2011. p. 50).

176. Texto traduzido para o português por Jéssica Mariah Grohmann Finger, Elsa Olaizola e Anderson Santos.

O Anglo, em particular, foi um banco muito admirado no mercado interno e externo, e elogiado (por muitos investidores, consultores, analistas, agências de rating e a mídia) como um modelo a ser seguido pelos outros bancos irlandeses (NYBERG, P., op. cit., p. ii).

Com uma audiência em que neles confiavam (“mídia”), comentaristas públicos tiveram uma influência relativamente grande sobre como os desenvolvimentos pré-crise foram percebidos, discutidos e postos em prática (NYBERG, P., op. cit., p.6)

Nada de emocionante - ou perigoso - está em vista para o mercado (imobiliário) nos próximos dois ou três anos (COLEMAN, Marc [editor de economia]. **The Irish Times**, 1 mar. 2007).

1. Introdução

Este artigo explora o papel dos meios e redes de comunicação na crise de superprodução e, especificamente, na crise econômica, financeira e imobiliária na Irlanda.

A mídia e as redes de comunicação têm um papel duplo na crise de superprodução, em primeiro lugar na disseminação de informações, e em segundo lugar como aparato ideológico que pode agir com o propósito de naturalizar relações de mercado.

Há também uma relação reflexiva e dialética entre informação (incluindo construções ideológicas) e o comportamento dos atores que podem agir para influenciar a formação de bolhas ou a crise em si. O sistema de mercado não é separado dos domínios de ideias e discursos interpretativos, nem da política, das relações do Estado e do poder. Como vimos nesta crise, interesses de grande influência, incluindo frações poderosas da classe capitalista, usam seu poder político para exigir que as forças do Estado defendam seus interesses, incluindo a intervenção direta do Estado nos mercados e na nacionalização de dívidas privadas e de empresas privadas não lucrativas. Ao mesmo tempo, outras classes e frações procuram usar o Estado para também defender os seus interesses (por exemplo, para retomar suas casas).

A Irlanda está no centro do coração da atual “crise financeira ocidental” e da adjacente turbulência econômica. As particularidades da crise irlandesa têm raízes profundas na situação semiperiférica do país, em sua economia doméstica relativamente fraca e em seu modelo de desenvolvimento, que se encontra associado e subordinado às exigências do regime neoliberal (ALLEN, 2009; KIRBY, 2008). Contudo, a crise atual é, ao mesmo tempo, uma crise fundamentada na superprodução, impulsionada pela especulação imobiliária e incentivada por uma mídia aprobativa e uma política de governo pró-cíclica.

Teoricamente, a crise irlandesa agiu para revelar materialmente as bases falsas nos quais dogmas neoliberais estavam embasados para argumentar a respeito da auto-regulação do mercado, e também serviu para validar o conceito de crise de superprodução (HARVEY, 2005; 2010). A crise também realça a validade do paradigma da economia política enquanto expõe a estreita relação entre o Estado, a classe empresarial e os mercados financeiros mundiais. Políticas governamentais recentes, de apoio ou resgate de interesses privados, estão, na realidade, socorrendo as classes dominantes. Se isto é ou está sendo pago com austeridade pela classe trabalhadora, representa uma transferência muito significativa e contínua de riqueza dos pobres e da classe média para os ricos, uma espécie de keynesianismo reverso, que suga para si a demanda a fim de apoiar a especulação.

O trabalho começará por explorar a fundo a crise irlandesa. Ele discutirá questões teóricas incluindo a relevância do conceito de crise de superprodução tanto a nível nacional quanto internacional. Então irá discutir o papel das comunicações e dos meios de comunicação em meio às crises. Em seguida, o artigo conduz um estudo empírico do conteúdo do *Irish Times* – o jornal líder das elites políticas e econômicas irlandesas – e do *Irish Independent* – um departamento da *Independent News and Media (INM)*, empresa de mídia dominante nas ilhas da Irlanda – acerca das questões relativas à propriedade. Aqui, o período em foco será maio de 2007, que se apresentou como um momento crítico, tanto em relação aos ciclos de propriedade quanto aos políticos, pois coincidiu com a estagnação inicial do mercado imobiliário e com as eleições gerais de 2007.

O *Irish Times* foi escolhido por desempenhar um papel de modelador ao introduzir (su)a agenda na esfera midiática irlandesa, e devido ao seu interesse no mercado imobiliário através da receita derivada de suplementos deste setor econômico em ambos os jornais e em investimentos por meio de um site de imóveis. O *Irish Independent* foi escolhido por ser o jornal diário de maior circulação na Irlanda, e por ser o jornal carro-chefe do *Independent News and Media Group (INM)*. Este é o maior grupo privado de mídia da Irlanda. Além disso, seus maiores acionistas têm vastos negócios e grandes interesses políticos dentro das esferas políticas e econômicas irlandesas.

2. Crises de Superprodução e Financeirização

2.1 Crises de Superprodução

Marx foi um analista pioneiro das tendências de crise inerentes ao sistema capitalista (SCHUMPETER, 1939; SCHUMPETER, 1954). A crise de superprodução (MARX, ENGELS, 1848/1998) descreve como, no modo capitalista de produção, cada produtor procura aumentar a mais-valia (ou lucro) através do desenvolvimento das forças de produção (inovação), que por sua vez leva a um aumento da escala de produção e uma queda correspondente (por vezes súbita) no preço do produto (CLARKE, 1990; 2001). Além disso, como a distribuição da riqueza excedente está inclinada a favor da classe capitalista minoritária, as classes trabalhadoras (no sentido mais amplo) carecem de dinheiro para comprar o que elas próprias produzem.

Esta contradição existente entre a produção social e a apropriação privada é, para Marx, uma das contradições básicas do sistema capitalista (FICHTENBAUM; SHAHIDI, 1987, p. 468). A classe capitalista, ao mesmo tempo, possui uma constante necessidade de encontrar novas áreas de investimento, que alimentam a produção de crédito e a atividade especulativa, e que podem agir de forma a ampliar e alongar o processo de superprodução. Por fim, é somente com a destruição da riqueza que o valor retorna para o produto e ao mercado.

A atual crise irlandesa é um bom exemplo da crise de superprodução, tanto em um âmbito nacional quanto internacional. Em nível local, a bolha imobiliária é um excelente estudo de caso sobre uma crise de superprodução de curto prazo em andamento; enquanto que no plano internacional, o excesso de crédito no mercado internacional teve um papel decisivo na crise bancária. A crise também é um momento tenso e arena da economia política e do poder, no momento em que diferentes classes e frações lutam para se defenderem da crise material.

2.2 Financeirização Internacional, o Boom de Crédito, e Superprodução no Ambiente Construído

Tem-se sugerido que o processo de “financeirização” propriamente dito (a capacidade do capital financeiro para assumir e dominar) ou o capitalismo financeiro faz parte de um ciclo mais amplo da economia mundial (ARRIGHI, 2005, p. 85). Arrighi afirma que o histórico de financeirização global é o resultado de uma recorrente superacumulação de capital e que este processo surgiu muito antes do capitalismo industrial. Arrighi (2005 p. 86) argumenta que a fórmula geral do capital de Marx pode ser reinterpretada ao retratar não apenas a lógica de cada um dos investimentos capitalistas, mas também o padrão recorrente do capitalismo mundial.

Isso é notado em padrões que se repetem em épocas de expansão material (fases DM de acumulação de capital) com fases de expansão financeira (fases MD). Nas fases de expansão material, o capital-dinheiro (D) põe em movimento uma massa crescente de mercadorias (M), incluindo a força de trabalho e a matéria-prima. Enquanto isso, em fases de acúmulo de capital financeiro ele surge em maior escala por meio de acordos financeiros (DD).

Tomadas em conjunto, Arrighi afirma que essas duas épocas ou fases constituem o que ele chama de ciclo sistêmico de acumulação. Cada ciclo de acumulação mundial é liderado por um conjunto de agências governamentais e privadas, que fixam os limites ou a correção espacial que cria as condições para divisões mais amplas e profundas do trabalho. A fase material conduz a uma acumulação

excessiva de capital que não pode ser reinvestida na produção material sem ter as margens de lucro drasticamente reduzidas. As perspectivas de recuperar o capital investido no comércio e produção diminuem, e, assim, o palco está montado para a mudança de fase, que vai do material à expansão financeira. Isto, por sua vez, cria uma fonte cada vez maior de dinheiro e crédito. Como Wallerstein (2005, p. 1270) coloca:

O sucesso do capitalismo em garantir a acumulação infinita de capital tem estado em sua habilidade para manter os três custos básicos de produção – os custos de pessoal, os de insumos, e de impostos – em crescimento lento. No entanto, isso tem sido feito através de mecanismos que foram esgotando-se ao longo do tempo. O sistema atingiu um nível em que estes custos tornaram-se altos demais para manter a produção como uma fonte adequada de acumulação de capital. Em substituição, os agentes capitalistas se voltaram para a especulação financeira. Este é, porém, um mecanismo intrinsecamente transitório, uma vez que depende da confiança, e confiança em médio prazo é comprometida pela própria especulação.

A produção do ambiente construído (vilas, cidades, pontes, hospitais, casas, etc.) tem sido tradicionalmente utilizada para absorver o capital excedente (HARVEY, 2010 p. 88) seja por um método keynesiano de investimento de capital em infraestrutura, ou por utilizar os recentes métodos financeiros, como hipotecas, seguros de hipotecas e seus derivados (assim como pacotes desses tipos de seguros e derivados).

David Harvey (2010, p. 2) faz uma crítica convincente a respeito das numerosas crises capitalistas desencadeadas por um excesso de concessão de investimentos de capital no setor imobiliário. “Houve centenas de crises financeiras em todo o mundo desde 1973 em comparação com as poucas que existiram entre 1945 e 1973; e várias destas foram causadas pelo mercado imobiliário ou pelo desenvolvimento urbano”.

Harvey (2010) nos lembra que a primeira crise do capitalismo que ocorreu na era pós-Segunda Guerra Mundial em escala global

começou em 1973, cerca de seis meses antes da alta nos preços do petróleo, fato esse que aparece com destaque nas análises da referida crise. Na verdade, ela teve suas origens no *crash* do mercado imobiliário internacional, que “faliu vários bancos e afetou” drasticamente não só as finanças dos governos municipais (como o de Nova York...), mas também as finanças do Estado, enquanto o *boom* japonês de 1980 “acabou com o colapso do mercado de ações e vem fazendo despencar o preço da terra (ainda em curso)” (HARVEY, 2010 p. 2). Na década de 1990, o sistema bancário sueco teve de ser nacionalizado em meio a uma crise nórdica que também afetou a Noruega e a Finlândia, “causada por excessos nos mercados imobiliários” (HARVEY, 2010 p. 2). Alguns anos mais tarde, o “desenvolvimento urbano excessivo, alimentado por um influxo de capital especulativo estrangeiro”, provou ser uma das causas para o colapso do leste e do sudeste asiático em 1997-8 que atingiu a Tailândia, Hong Kong, a Indonésia, a Coreia do Sul e as Filipinas. Durante a crise das cadernetas de poupança, ocorreram milhares de recuperações fiduciárias entre os anos de 1984-1992 nos Estados Unidos, em que mais de 1.400 empresas de poupança e empréstimos e 1.860 bancos “faliram à custa de uns 200 bilhões de dólares” para os contribuintes (HARVEY, 2010, p. 2). Em meio a tal crise, em 1987, William Isaac, então presidente do *Federal Deposit Insurance Corporation*, ameaçou a *American Bankers Association* com planos de nacionalização, a menos que eles se recompusessem e “achassem seus caminhos” para fora da crise.

Harvey (2010, p. 2), assim como os outros, enfatiza que crises associadas com problemas nos mercados imobiliários “tendem a ser mais duradoura do que as crises agudas e curtas que, ocasionalmente, abalariam os mercados de ações e serviços bancários diretamente”. Uma das principais razões é que “os investimentos no ambiente construído são normalmente baseados em créditos, com um alto nível de risco, e cuja realização vem em longo prazo” (HARVEY, 2010, p. 2). Em suma, não só leva muitos anos para que esses investimentos-excedentes sejam revelados, mas também leva um longo período para que as crises de propriedade se resolvam. Como Harvey (2010, p. 2), coloca:

Não há, portanto, nada sem precedentes a respeito do colapso atual, além de seu tamanho e abrangência. Também não há nada de incomum no seu enraizamento dentro do desenvolvimento urbano e dos mercados imobiliários. Há alguma conectividade inerente acontecendo aqui. Temos que concluir que requer uma reconstrução cuidadosa.

3. A Crise de Superprodução e o Mercado Imobiliário Irlandês

As raízes da crise imobiliária irlandesa são longas e profundas. Após sua independência, o país permaneceu com uma economia dependente, concentrando-se na exportação de mercadorias de valor não agregado (por exemplo, animais vivos). Sua tardia industrialização deu-se de forma semelhante, através de investimentos diretos de países estrangeiros, e o país importava e exportava sem perceber grande mudança em sua economia local. Este exportador (McCABE, 2011), ao invés de desenvolver-se a partir da exportação quase não sentiu surtir efeitos sobre sua economia doméstica, quer fosse por meio do desenvolvimento industrial secundário ou por tributação. De acordo com Conor McCabe (2011), os (pequenos) burgueses irlandeses lucraram com vendas e locação de espaços, construções de fábricas e escritórios, e fornecimento de serviços bancários, jurídicos, de transporte e contabilidade. Em outras palavras, grande parte da indústria nacional irlandesa girava em torno da manutenção de empresas estrangeiras ao invés de focalizarem-se na produção em si, o que incluía a extração de recursos naturais por parte de empresas estrangeiras em troca de pouca tributação ou *royalties*.

O que vemos na década de 1960 e início de 1970 é o desenvolvimento de uma classe nativa industrial que é adepta, principalmente, a fornecer serviços financeiros, portuários e de construção, ao contrário de bens reais. Um modelo econômico como este, que é excessivamente dependente da atividade de construção, é uma receita para o desastre, e essa, infelizmente, vem sendo a experiência irlandesa nos últimos quarenta anos (McCABE, 2011 p. 58).

Ao mesmo tempo, a provisão de imóveis durante grande parte da independência irlandesa foi relegada a empresas privadas, subsidiadas por incentivos fiscais e concessões, e pelo que McCabe chama de “eliminação de alternativas”. Essas duas tendências levaram o país a sofrer dependências no setor do desenvolvimento imobiliário, assim como na especulação imobiliária, na especulação de terrenos e em todas as áreas jurídicas, financeiras e políticas que as cercam. O próprio Estado irlandês facilitou tal desenvolvimento e especulação através de incentivos fiscais e subsídios generosos para construtoras e incorporadoras, e para compradores de imóveis e senhorios privados, incluindo o arrendamento, por parte do Estado, de espaços comerciais particulares (mas construídos com subsídio público). Por sua vez, os promotores imobiliários, especuladores e financistas foram, durante grande parte da independência irlandesa, os financiadores-chefes da política irlandesa legal e ilegal. Este artigo irá investigar o papel da imprensa irlandesa a partir dessa mesma lógica de poder.

A atual crise imobiliária da Irlanda pode ser atribuída à sua entrada no mercado comum europeu em 1992. Esta entrada, juntamente com a baixa tributação corporativa, com uma governança neoliberal e as relações corporativistas industriais, levou a uma onda maciça de investimentos estrangeiros na república. Isso, por sua vez, levou a uma maior procura por habitações, ao passo que os empregos e a população aumentaram. No entanto, ao final de 1980 as provisões de habitações feitas pelo governo foram drasticamente reduzidas, resultando em um déficit habitacional no início dos anos 90. Além disso, a Irlanda também não possuía leis de fixação (*laws of fixture*) de renda ou posse, o que, combinado com um setor privado de aluguel de baixa qualidade, forçou a maioria das pessoas a se moverem para o mercado imobiliário privado.

No mesmo período foram liberadas a hipoteca e o setor bancário, o que substituiu o domínio do Estado e das empresas de construção sem fins lucrativos subsidiadas por ele pelos bancos comerciais e empresas de construção privadas. (Ver NORRIS; COATES, 2010 para uma discussão detalhada sobre a ascensão e queda da bolha imobiliária irlandesa). O conjunto da liberalização internacional da

finança e do boom do crédito a nível internacional permitiu que as bancas comerciais fundassem seus empréstimos entre bancos a nível internacional, em vez de sobre seus depósitos (ALLEN, 2009, p. 48). A competição entre os bancos também presenciou uma onda de “inovação” em produtos financeiros e baixas taxas de juros.

O *laissez faire* do mercado imobiliário presenciou uma explosão na especulação que, eventualmente, levou alguns compradores (em vez de investidores) em potencial a deixarem o mercado. O boom irlandês que ocorreu a partir da década de 1990 é melhor entendido em termos de duas fases: a primeira, 1996-2001, foi estimulada pela grande quantidade de investimento estrangeiro direto; enquanto a fase 2001-2006 representou um boom de cunho especulativo e oco, baseado no crédito e em um mercado imobiliário fictício. Além disso, é contestável que os investimentos estrangeiros diretos, com base em tributações extremamente baixas, possam ter sido sustentáveis. A crise de superprodução persistiu ao passo que investidores do setor privado corroboraram a bolha imobiliária, inflando os preços das casas (através da especulação), enquanto criavam excesso de oferta. Esta (e não a crise financeira mundial, ou a crise *sub-prime* americana) foi a base material da crise imobiliária irlandesa.

A crise financeira mundial de 2008 agiu como catalisadora ao expor a natureza *ponzi* do modelo imobiliário irlandês e do (já parado) mercado imobiliário, quebrado de maneira impressionante. Em setembro de 2008, aparentemente por ordens dos chefes dos principais bancos, o Estado irlandês concordou em afiançar todas as dívidas privadas de todos os bancos irlandeses. O Estado, então, começou a injetar grande quantidade de dinheiro nestes bancos e nacionalizou grande parte de suas dívidas privadas, através da *National Asset Management Agency (NAMA)*. Até agora, isso tem custado ao Estado dezenas de milhões de euros, sem levar em conta os custos do maior salvamento de falências (*faillout*) socioeconômico da crise. O colapso da bolha imobiliária teve grandes repercussões sociais nas receitas fiscais, nos empregos e em toda a economia irlandesa. O *crash*, combinado com a política governamental de deflação, fez a Irlanda entrar em um período de

profunda recessão, se não de depressão. A crise expôs a fraqueza e dependência inerente do capitalismo irlandês, e provocou a entrada do FMI nas políticas do país.

A contradição da superprodução, combinada com a inflação dos preços (provocada pela especulação e pelo crédito), é a chave para a crise irlandesa. Para exemplificar, em 1995 o valor médio de um imóvel de segunda-mão era 4.1 vezes o salário médio industrial; por meados de 2007, esse custo havia sido elevado para 11.9 vezes (NORRIS; COATES, 2010, p. 10). Especuladores, no entanto, preencheram a lacuna deixada pelos consumidores, continuando a produzir, e mantiveram os preços subindo, resultando no que poderia ser descrito como um mercado imobiliário “fictício”. Embora o censo de abril de 2006 tenha revelado que, naquele período, 266.322 casas haviam sido desocupadas, ele também aponta que 244.590 unidades habitacionais extras haviam sido construídas entre janeiro de 2006 e dezembro de 2009 (KITCHIN et al., 2010, p. 17).

Em 2007, 28% das hipotecas foram de empréstimos especulativos. No mesmo ano, o mercado imobiliário começou a afundar e a situação se agravou ao lado da crise de crédito internacional. Deve-se também salientar que uma orientação voltada para o mercado, que promove o planejamento (típico do regime neoliberal) foi distorcida pela corrupção em seu processo de planejamento. Isto foi legalmente possível por meio dos patrocínios que as corporações e os magnatas do mercado imobiliário conferiam aos partidos políticos e também ilegalmente, por meio do suborno direto de políticos regionais e nacionais.

A afirmação de que o sistema bancário foi um importante motor deste regime orientado para a crise pode ser vista de diversas maneiras. Em primeiro lugar, a competição entre bancos irlandeses e novos investimentos estrangeiros presenciaram a introdução, no mercado, de novos ‘produtos’, como hipotecas completas (100% *mortgages*), hipotecas ‘comprar para deixar’ (*‘buy to let’ mortgages*) e o chamado liberar crédito através de produtos de equidade (*“equity releasing products”*), neste último caso quando o hipotecário consegue nova liberação de crédito re-hipotecando a sua casa.

O agora-infame banco *Anglo Irish* liderou o caminho para empréstimos “inovadores”, principalmente para promotores, o que custou aos contribuintes irlandeses 29.5 bilhões de euros até a presente data em financiamentos de resgate (o tal caminho da “destruição criativa” foi descartada pelos reguladores e políticos). *Anglo Irish* foi também o primeiro banco a falir e ser nacionalizado. Tal processo foi efetivado para permitir créditos altos não só para os compradores domésticos, mas também para os especuladores e promotores. Isso incluía uma parcela inteira de proprietários e especuladores amadores que compraram imóveis 100% hipotecados na esperança de vendê-los futuramente e lucrar. Empréstimos pareciam ser cedidos com base nos futuros valores de troca das casas ao invés dos seus valores de uso, ou até mesmo na renda do comprador.

Mas a “inovação” pioneira da *Anglo Irish* foi rapidamente imitada pelo resto da indústria. Em 2007, os Bancos do *Ireland Group* estavam emprestando dinheiro na forma de comprar para deixar (compradores que não suportam o endividamento do que compram), termo conhecido como (*buy to let*) e especuladores *flip* (*flip speculators*) (28%) como se fossem compradores principiantes, que acabam pagando cerca de 100 mil euros a mais em uma compra (KITCHIN et al., 2010, p. 36). Estima-se que até o ano de 2007, 27% de todos os novos imóveis que surgiram na Irlanda estavam sendo comprados por especuladores (BRAWN, 2009).

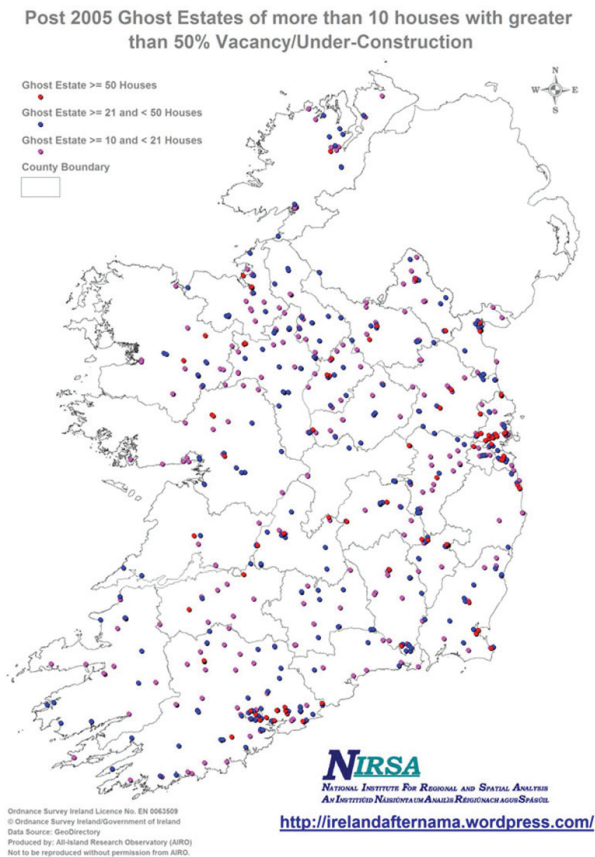
Geógrafos do *National Institute for Regional and Spatial Analysis* (NIRSA) estimam que até o ano de 2009 houve um excesso de oferta de imóveis de 120 mil unidades. Parte deste mercado viu a proliferação das chamadas “*ghost estates*” (algo como “conjuntos habitacionais fantasmas”) no território irlandês (ver mapa abaixo). A NIRSA calcula que há pelo menos 620 propriedades desse tipo com mais de 19 mil unidades habitacionais, ainda que acreditem que este número é seriamente inferior ao número real (KITCHIN et al., 2010, p. 32). O excesso de oferta de imóveis vai além das propriedades habitacionais e inclui também hotéis, centros comerciais, estacionamentos e parques industriais (KICHIN, et al., 2010, p. 56).

O estouro da bolha de crédito internacional e a exposição da bolha imobiliária irlandesa têm produzido efeitos devastadores na economia e na sociedade irlandesa, incluindo o aumento do desemprego, emigração e cortes salariais generalizados para os trabalhadores. Os preços das casas caíram 31,2% entre 2006 e 2009 (NORRIS; COATES, 2010, p. 4). Uma queda entre 55% e 60% entre altos e baixos foi prevista por testes de colapso realizados pelo Banco Central da Irlanda (BLOOMBERG; BRENNAN, 2010; *The Guardian*, 2010). O número de aluguéis privados sofreu declínio por sete trimestres consecutivos até meados de 2010. O valor dos terrenos também caiu e os que se encontravam em zonas rurais tiveram seus valores revertidos para os preços agrícolas. A maior queda foi na região de *Kildare Dublin*, onde os preços caíram 56,6% (KITCHIN et al., 2010, p. 14).

Os preços das casas entraram em colapso de tal maneira que se estima que 250 mil famílias irlandesas estão atualmente com seus patrimônios líquidos no negativo e, no final do 1º trimestre de 2010, 32.321 hipotecas estavam em atraso por 90 dias ou mais (KITCHIN et al., 2010). Patrimônios líquidos negativos tornam-se um problema macroeconômico na medida em que se transformam em um obstáculo para a movimentação do mercado, visto que os bancos não hipotecarão aqueles que se encontram em tal situação. Além disso, mesmo que um proprietário abandone sua casa, a dívida – ou qualquer parte da hipoteca ainda remanescente da revenda da propriedade – continuará a segui-lo, conforme a lei do país. A taxa de desemprego manteve-se constante em mais de 400 mil. A perda das receitas fiscais de transações de imóveis, que efetivamente pagaram para o Estado irlandês baixas taxações, confirma, assim, que o modelo econômico vigente deixou o Estado em *déficit*. Além disso, a nacionalização de dívidas privadas levou a uma crise de dívida, o que obrigou a Irlanda a passar a ser conduzida pelos mercados obrigacionistas internacionais, e permitir a entrada do FMI em suas políticas no final de 2010.

No âmbito político, a crise tem causado a quase (porém não certa) destruição do *Fianna Fail*, o partido político dominante na Irlanda, assim como a provável extinção de seu partido de coalizão (2007-2011), o Partido Verde. A coalizão atual entre o *Final Gael* e o Partido dos Trabalhadores (*Labour Party*), eleito em 2011, parece

estar seguindo as mesmas políticas que seus predecessores. No entanto, essa eleição pode ter testemunhado o início de uma possível divisão esquerda/direita na política irlandesa, acompanhada de movimentos socioeconômicos, com o partido neo-keynesiano *Sinn Fein* tentando posicionar-se fortemente, assim como a entrada da Aliança Esquerda Unida (uma aliança de esquerda trotskista rígida com outros grupos), além da eleição de alguns independentes de esquerda de alguns poucos distritos eleitorais. Conflitos sociais agudos são inevitáveis nesta próxima fase, que muito provavelmente terá seu reflexo também no âmbito político.



.Figura 1: A crise de superprodução no ambiente construído. “Conjuntos habitacionais fantasmas” em território irlandês. Fonte: NIRSA.

4. Informação, Reflexividade e Ideologia: o papel e alcance da mídia na Crise da Superprodução

Os meios de comunicação, a publicidade e as TICs desempenham um papel cada vez mais importante na crise de superprodução. Este papel incide diretamente na divulgação de informações aos agentes do mercado, bem como a natureza reflexiva e dialética dos processos pelos quais os atores respondem às informações de mercado. Além disso, a mídia serve como um aparelho, recurso ou arena ideológica que age para naturalizar o mercado através do que esse artigo descreve como um mecanismo de orientação voltado para o mercado.

4.1 Informação e Reflexividade

Informação e publicidade são partes essenciais do mercado, especialmente nesse do capitalismo contemporâneo. Em seu estudo sobre comunicação e mercados financeiros, Peter Thompson (2003) argumenta que a comunicação é uma parte integral e também reflexiva do sistema mercadológico contemporâneo. Segundo o autor, há um complexo relacionamento entre produtores e distribuidores de informação econômica, e aqueles que utilizam tais informações para tomar decisões sobre investimentos e negócios. Isso se reflete primeiramente no plano ideológico que diz respeito à natureza e à validade dos mercados (THOMPSON, 2003, p. 23); e em segundo lugar, no uso dos sistemas de comunicação em transações financeiras, como, por exemplo, o movimento dos valores das ações e as próprias ações, que agem para influenciar nas decisões sobre investimentos. Isso, por sua vez, é frequentemente relegado a algoritmos econômicos ainda mais complexos, delegando diversas decisões para computadores programados para tal finalidade, assim como para sistemas de rede (THOMPSON, 2003, p. 27).

Em terceiro lugar, Thompson discute de que maneira as percepções de como outros agentes reagirão em relação a informações que influenciam certas decisões. Neste cenário de “rodas dentro de rodas”, investidores tomam decisões com base não no que eles acreditam ser a realidade material ou o valor material de uma ação, mas sim, como eles percebem a maneira que os outros

querem investir. Isso leva a uma situação em que a relevância da notícia financeira não está atrelada à objetividade ou à precisão da mesma, mas sim ao efeito ou à influência que ela tem sobre outros agentes do mercado.

Em quarto lugar, diversos estudos recentes a respeito da produção de notícia e de como seus “conteúdos” são criados pela mídia apontam para a capacidade, cada vez mais presente, de determinados agentes privilegiados darem forma e estrutura ao que se passa como notícias e informações supostamente orientadas e direcionadas para o público – e a informar a partir de tomadores de decisão (PRESTON, 2009). Estes estudos apontam para o desequilíbrio crescente entre fontes de notícia carregadas de interesses, ou buscando uma promoção, por um lado; e as fontes essenciais para a investigação, ‘cães de guarda’ e outras formas de um jornalismo orientado para o público, por outro lado. Eles sugerem uma “crise” real do modelo atual de jornalismo (estabelecida em torno dos anos 1900 com o público como seu declarado termo “deus”...) – uma crise distinta entre os ideais e as práticas reais que vão muito além das dificuldades financeiras gerais. (PRESTON, 2009).

Em quinto lugar, observamos que quando se trata de notícias financeiras e econômicas, tais estudos também destacam a alta dependência – por parte de jornalistas e meios de comunicação – em fontes que estão longe de serem imparciais ou ‘objetivas’ (PRESTON, 2009).

Algumas pesquisas recentes também apontam para uma “aversão ao risco” por parte de jornalistas que fazem previsões negativas em conformidade com os jornalistas econômicos, e a “captura” dos jornalistas por suas fontes, que atuam para reforçar opiniões de repórteres e investidores (THOMPSON, 2003, p. 30). Isto sem mencionar jornais, economistas “celebridades” ou jornalistas com interesses escusos em informar ou aconselhar sobre o mercado.

Muitos estudos recentes apontam para a convergência de diferentes fluxos de informação, como os canais de notícias 24 horas, os canais de negócios, os blogs na Internet e sites de investimento. Para Hope (2010, p. 665), a difusão de informação nesses meios de comunicação por banqueiros, corretores e comerciantes tende a

ser de “autosserviço” e, inevitavelmente, leva a “um *loop* de *feedback* em tempo real, que se prolifera e, em seguida, contribui para o crescimento e para o colapso das bolhas especulativas”.

Em sexto lugar, Thompson (2003, p. 33) identifica as complexas funções e a manipulação de símbolos que são, de alguma forma, aceitos como medições da realidade de mercado (não importa sua origem), por exemplo, agências de classificação como a *Moody* e a *Standard and Poors*.

Finalmente, devemos observar como os meios de comunicação também desempenham um papel difusor e essencial no processo de mercantilização através da publicidade (GARNHAM, 1979, p. 132). Na verdade, de acordo com Fuchs (2009a, p. 13), a publicidade compreende em si uma parte da circulação (MARX, 1992) do próprio capital (FUCHS, 2009a, p. 13; FUCHS, 2009b, p. 386). Em essência, a publicidade estimula a compra e o consumo de mercadorias para incentivar as vendas de produtos básicos e aumentar os lucros, e também cria mercado para novos produtos.

Além disso, em questão de objetividade, a dependência de um jornal em um único setor (como o imobiliário) claramente levanta questões importantes relativas à sua independência quando informa a respeito deste mesmo setor.

4.2 A Mídia de Massa e a Ideologia Econômica

Os meios de comunicação atuam como dispositivos de ideologia econômica (PRESTON; SILKE, 2012) em diversas situações: em primeiro lugar, podem atuar em favorecimento de certas narrativas (históricas) ao descrever eventos históricos ou contemporâneos. Isso pode ser feito pelo uso de fontes provindas de autoridades ou de corporações e/ou pelo privilégio de fontes ou opiniões que favorecem o “mercado” ou a elite empresarial (HERMAN, 1982). Como foi observado em um estudo anterior (PRESTON; SILKE, 2011b), os meios de comunicação tendem a reportar declarações de empresários ou representantes de corporações de uma maneira acrítica e, muitas vezes, apresentam opiniões como fatos concretos. A mídia também pode atuar de maneira ideológica ao recorrer aos “silêncios significativos” ou ao retratar problemas de determinadas maneiras (ENTMAN, 2004) e pela definição de agendamento.

A publicidade, muito provavelmente, também possui um aspecto ideológico secundário não intencional. Tal aspecto é expresso através de uma cobertura jornalística mais positiva acerca de empresas, mais crítica (ou escassa) acerca de organizações trabalhistas e uma despolitização pró-consumismo e com enfraquecimento das notícias (BENSON, 2004, p. 282). Miliband (1969, p. 194) argumentou que a publicidade em geral, incluindo a promoção de produtos específicos, também estimula a hegemonia de negócios, ao vender tanto valores e “modos de vida”, quanto bens individuais. Miliband (1969, p. 165) afirmou que o processo da “socialização política” ou da “engenharia do consentimento” na sociedade capitalista é, frequentemente, uma empresa privada não oficial ao invés de uma empresa pública do Estado. Como observado anteriormente (PRESTON; SILKE, 2011a; 2011b), conduzir os meios de comunicação no pós-*crash* na Irlanda parece ter sido uma defensiva do *status quo*, confirmando a visão gramsciana dos meios de comunicação como parte defensiva da sociedade capitalista resistente às “incursões ‘catastróficas’ do elemento econômico imediato” (GRAMSCI, 1971/2003, p. 235).

Tais conceitos e teorias sugerem questões fundamentais para os estudos empíricos, tais como: investigar se e como a mídia tem agido para defender o *status quo*, assim como qualquer aparato coercitivo do Estado durante a atual crise econômica na Irlanda (tanto em sua liderança como na eclosão da crise). Nesse sentido, os autores desenvolveram um esquema conceitual, que abriga a ideologia econômica e a moral, usado pela imprensa acerca do discurso neoliberal.

4.2.1 Os meios de comunicação e o discurso neoliberal

A orientação ideológica atualmente em vigência, que vem se desenvolvendo desde os anos 1970, acabou sendo conhecida como neoliberalismo (HARVEY, 2005b; JESSOP, 2002). Tal orientação, em geral, prefere uma abordagem mercadológica para os problemas sociais, e vê o papel do Estado como um estabelecedor de regras para as propriedades em direito e para os mercados operarem o mais livremente possível. É uma ideologia complexa e por vezes contraditória. Pode-se argumentar que o neoliberalismo se tornou,

na sociedade contemporânea, um “senso comum” hegemônico que se reflete na mídia, apesar das contradições das intervenções estatais em grande quantidade nos mercados no pós-2008. Os autores desenvolveram um mapa conceitual ou um quadro esquematizando os discursos neoliberais contemporâneos presentes na mídia, usando-os como ferramenta para investigação dos meios de atuação da imprensa. Em resumo, tal quadro conceitual está estruturado em quatro áreas discursivas e interligadas: o individualismo, a concorrência, o Estado neoliberal e os silêncios significativos (PRESTON; SILKE, 2011b).

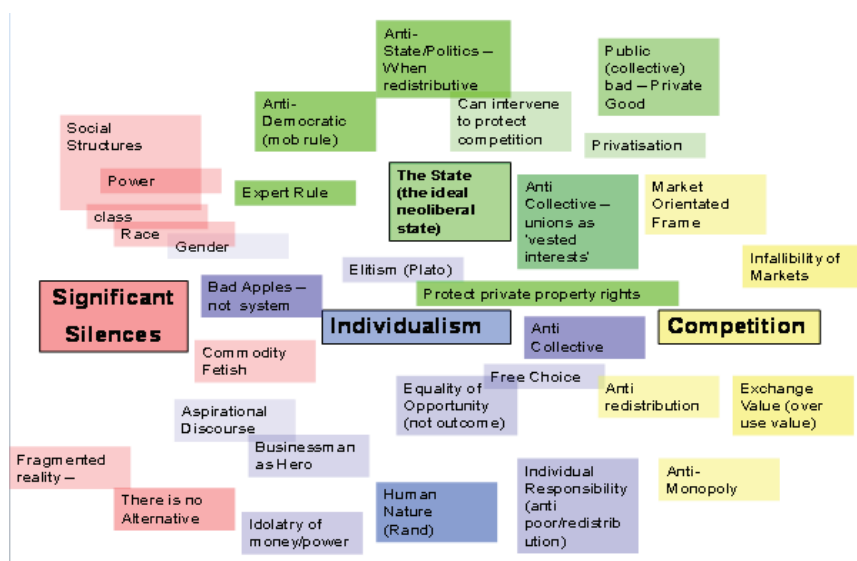


Figura 2: Modelo conceitual da lógica do discurso neo-liberal.

Fonte: autores.

4.3 Mídia e os quadros orientados do Mercado [ou orientadores]

Nos meios de comunicação, assim como em outros âmbitos, as ideologias evidentes podem não ser as mais importantes. Críticas mais antigas sugerem que culturas e ideologias invisíveis e adjacentes podem, frequentemente, ser mais insidiosas (EAGLETON, 1991). Tal acontecimento pode ser descrito como uma orientação voltada para o mercado (PRESTON; SILKE, 2011b), que atua para mistificar

ou disfarçar decisões políticas e sociais. O conceito descreve como muitas questões de importância social e política são vistas pela lente do mercado ao invés do social, com questões relacionadas à reação do mercado a certos eventos ou políticas muitas vezes sendo privilegiadas acima de questões sociais. Esta é uma orientação tendenciosa a certas classes, já que os mercados são geralmente detidos e controlados pela classe minoritária. Tal ideia é melhor compreendida por definição de Marx sobre o “fetiche da mercadoria”.

Para Marx (MARX, 1976), esse fetiche disfarça a verdadeira natureza social da sociedade através do mercado ou da mercadoria. As relações de classe entre grupos de pessoas estão disfarçadas dentro de suas rendas, salários, taxas de câmbio e taxas de juros hipotecários, enquanto macrodecisões políticas são feitas em torno da “competitividade” internacional entre Estados e suas forças de trabalho, e, durante a recente crise, em torno dos mercados internacionais obrigacionistas. Isso também pode ser descrito como uma retificação da relação das classes em “demandas” dos mercados.

4.4 Não Midiacêntrica

Ao abordar o papel das comunicações e dos meios de comunicação na crise de superprodução, os presentes autores enfatizam que os canais de mídia e redes eletrônicas não são os responsáveis por causar tais crises de superprodução; os responsáveis são, na realidade, os ciclos capitalistas subjacentes. Contudo, a mídia pode aumentar a volatilidade, o tamanho, e a velocidade de crescimento das bolhas. Em suma, é importante não se tornar excessivamente centrado na mídia, já que as bolhas e as crises financeiras existem independentemente e já haviam prevalecido muito antes do advento das TIC ou das novas mídias.

Contrariamente a alguns argumentos centrados na mídia, é importante notar que os contornos da sociedade da informação ou do conhecimento têm sido mais fortemente moldados pela “ação neoliberal” das últimas décadas do que por quaisquer efeitos discretos tecnológicos das “novas” – ou cada vez mais onipresentes – mídias digitais (2009, p. 172).

Em outras palavras, a estrutura social contemporânea deriva de relações sociais e não da tecnologia – e, por sua vez, as relações sociais moldam a construção, a aplicação e a utilização das inovações tecnológicas. De fato, como Almiron também nos lembra, as mesmas TICs e redes – agora utilizadas para especular e evitar impostos – poderiam ser utilizadas, através do sistema de câmara de compensação, para descobrir e fiscalizar transações financeiras internacionais. Em outras palavras, o problema da regulação não é tecnológico, mas político (ALMIRON, 2010, p. 41).

4.5 Reflexões sobre Mídia & Crise

A revisão seletiva de conceitos e literatura, até agora, sugere que o posicionamento característico do “mercado”, a respeito de notícias midiáticas, não é somente aliado ao neoliberalismo em sua orientação. Também intriga o fato de que os mercados são, na realidade, a edificação de uma relação onde pessoas reais tomam decisões reais, que por sua vez afetam a economia e a sociedade muitas vezes de maneira negativa, com a intenção do ganho individual em curto prazo.

Nós iremos (necessariamente) realizar estudos empíricos para investigar de que maneira e se, de fato, esses conceitos se aplicam ao conteúdo e práticas da mídia irlandesa em relação ao mercado imobiliário e à crise financeira. Estes estudos empíricos foram idealizados com a intenção de examinar a extensão e as formas da cobertura jornalística crítica a respeito da organização imobiliária, ou dos empréstimos dos mercados privados, tanto antes como depois do colapso.

5. Mídia Irlandesa [de Massa], Financeirização e o Mercado Imobiliário

5.1 Aspectos da Nova Mídia Irlandesa e a Bolha Imobiliária

O sistema de mídia irlandês, especialmente a imprensa, desempenhou um papel importante na bolha imobiliária irlandesa. Os jornais são uma das principais fontes de informação

sobre o mercado e atuam como a principal fonte de publicidade para as empresas ligadas ao ramo imobiliário. Embora seja possível argumentar que a internet tem desafiado o domínio dos meios impressos, os grupos de comunicação se adaptaram ao usar seus sites como portais de anúncios imobiliários (por exemplo, o *Sunday Business Post* e o *Irish Independent*). Alguns jornais foram tão longe que acabaram comprando websites imobiliários. O *Irish Times*, por exemplo, comprou em 2007 o *www.myhome.ie* por 50 milhões de euros. Além disso, os jornais continuam a ser as principais fontes de informação sobre o mercado imobiliário, vendas e questões de planejamento.

O RTE, canal de serviço público irlandês (e, possivelmente, a única empresa de mídia que não é totalmente dependente da publicidade imobiliária), produziu um documentário que procurava especular a respeito das possibilidades de uma crise imobiliária. Ele foi recebido com certo sarcasmo pela mídia impressa (por exemplo, ver *Irish Independent*, 2007). Mesmo que o RTE tenha produzido uma série de TV chamada “*I’m an adult get me out of here*” (Eu sou um adulto, me tire daqui), que, conforme o próprio título sugere, esforçou-se para empurrar as pessoas para a “escada imobiliária” a todo o custo, o canal também transmite programas de entretenimento sobre design de interiores e arquitetura.

Até agora houve pouca discussão a respeito do papel da mídia na bolha imobiliária através dos meios de comunicação irlandeses. O papel da mídia, no entanto, obteve uma menção desonrosa no relatório *Nyberg* irlandês em 2011, a respeito do *crash* imobiliário (*Nyberg*, 2011. Ver introdução, p. ii, p. 6 e p. 50). Houve também alguns artigos bem escritos no blog *Mediabite*. (Ver, por exemplo, o *Mediabite* de 2008 e 2009 para uma discussão sobre a utilização de fontes industriais ao noticiar o futuro do mercado imobiliário). Até agora houve pouca pesquisa acadêmica acerca do papel da mídia na crise imobiliária irlandesa (uma exceção é FAHY; O’BRIEN; POTI, 2010, sobre o papel dos jornalistas financeiros irlandeses na bolha imobiliária), embora existam alguns trabalhos acerca dos meios de comunicação e de outros aspectos da grande crise (CAWLEY, 2010).

Principais jornais irlandeses com seções imobiliárias	Tipos de seções imobiliárias/ anúncios.	Circulação (Jan-Jul 2007)*	Porcentagem de leitura 2007*	Sites de imóveis ligados a jornais
The Irish Times	Residencial & Comercial	118,150	325,000 (9.3%)	www.myhome.ie (adquirido em 2007)
The Independent (INM)	Residencial & Comercial	160,818	570,000 (16.4%)	www.globrix.ie (parceria estratégica) www.propertynews.com (Irlanda do Norte, propriedade do grupo INM)
The Sunday Independent (INM)	Residencial	287,942	1,019,000 (29.3%)	www.globrix.ie (parceria estratégica) www.propertynews.com (Irlanda do Norte, propriedade do grupo INM)
The Sunday Business Post	Residencial	56,522	159,000 (4.6%)	
The Sunday Tribune (INM) (O Sunday Tribune cessou publicação em 2011)	Residencial	70,192	218,000 (6.3%)	

Tabela 1 Principais jornais irlandeses lidando com propriedade e com o mercado imobiliário. Fonte: National Newspapers of Ireland

Observamos que a imprensa irlandesa estava longe de ser uma observadora imparcial ou um “cão de guarda” do cassino financeiro e da bolha na especulação imobiliária desde a década de 1990. Os principais jornais irlandeses, assim como alguns provinciais,

tinham seções imobiliárias bastante lucrativas e não críticas (ver tabela abaixo). Além disso, os dois maiores grupos jornalísticos irlandeses – o *Irish Times* e o *Independent News and Media* – fizeram investimentos significativos em sites de listagem de propriedade (RTE Business, 2006).

5.2 Um Estudo de Caso sobre o “Irish Times” e o “Irish Independent”

5.2.1 Metodologia

Este artigo é parte integrante de um projeto de pesquisa [de doutorado] que envolve uma série de estudos empíricos que investiga o papel da mídia impressa irlandesa, tanto antes como após a eclosão da crise na Irlanda.

Esta seção apresenta rapidamente um estudo de conteúdo, explorando de que maneira o mercado imobiliário e as questões de habitação foram tratadas pelo *Irish Times* (IT) e pelo *Irish Independent* (II) na liderança até a eleição geral de maio de 2007 (um período que coincidiu com o bloqueio do mercado imobiliário residencial).

O estudo utiliza análises de conteúdo, de discurso e *framing analysis* para discutir de que maneira os jornais e suas várias seções lidam com certas informações. Também analisa o conteúdo através do número de artigos em que são citados, em que seções aparecem, e em descrições gerais dos tipos de artigos e as notas das fontes de artigos-chave. Investiga qualitativamente os artigos através do discurso crítico (FAIRCLOUGH, 2007; RICHARDSON, 2007) e análises das orientações (ENTMAN, 1993; 2004). A Fig. 3 a seguir apresenta um exemplo do esquema de codificação.

Os dados básicos do artigo (nome, data, jornal e seção) são posicionados ao lado da descrição do tipo de narrativa (por exemplo, descrição de um imóvel residencial, ou sobre corrupção política acerca de imóveis). Após, as fontes principais são indicadas. Usando orientações e análises críticas do discurso neoliberal, tais discursos são indicados (ver acima), seguidos de quadros mais gerais, tais como a “desaceleração do mercado”, ou a “negatividade da mídia”. Este

nível de pesquisa também pode se utilizar de métodos quantitativos, tais como a contagem de fontes com métodos mais qualitativos do discurso, e enquadramento de análises que permitam um estudo mais amplo das tendências pelas quais que os jornais tratarão as informações.

No estudo empírico foram examinadas todas as edições do *Irish Times* e do *Irish Independent* até o início das eleições gerais em 2007 (entre 1º e 25 de maio). Os cadernos semanais de imóveis residenciais e comerciais de ambos os jornais também foram analisados. Em seguida, analisou-se separadamente as seções de finanças e negócios e as de opinião e notícias, usando as palavras-chave “imóvel, habitação, imposto de selo, aluguel e hipoteca” e utilizando o banco de dados *Lexus Nexis*. No total, foram encontrados 449 artigos no IT e 410 no II que se encaixavam nos critérios de seleção. A pesquisa investigou diferentes seções para ver como cada uma delas lidava com os vários elementos que constituem os imóveis e a habitação. Os artigos foram divididos em dois grupos, os descritivos e os de orientação discursiva, o último sendo baseado nos discursos conceituais neoliberais citados acima.

	JORNAL	DATA	SEÇÃO	TÍTULO	AUTOR
1	Irish Independent	01/05/2011	Negócios	EU money supply to prompt more ECB rate increases	Brendan Keenan
2	Irish Independent	01/05/2011	Negócios	US consumer spending slows further in March	N/A
3	Irish Independent	01/05/2011	Negócios	WEIGH UP THE RISKS	Donal Buckley
4	Irish Independent	01/05/2011	Negócios	Mortgage lending rise slows to 2002 low point	Brendan Keenan
5	Irish Independent	01/05/2007	Negócios	Top Dublin homes hit hardest on sale prices	Jeff Farrell
6	Irish Independent	01/05/2007	Negócios	INBS up for sale soon after due diligence	Jim Aughney
7	Irish Independent	01/05/2007	Negócios	Consumer confidence higher but fragile	Brendan Keenan
8	Irish Independent	01/05/2011	Negócios	Blackrock's joint Scottish venture	Joe Brennan
9	Irish Independent	01/05/2011	Negócios	SHIP parent loses 1m	Jim Aughney
10	Irish Independent	01/05/2011	Negócios	BIAM strengthens its fund team	N/A

Tabela 2. Um exemplo do esquema de codificação utilizado na pesquisa

DESCRIÇÃO	FONTE CHAVE	CÓDIGO DE DISCURSO	ENQUADRAMENTOS
M/L/I	ECON-BANC x 3	MOF	
AMN	WIRE / R-GOV	MOF / FRAGR	
MISC	FB x 5	MOF /IOM	
M/L/I	R-GOV	MOF	Desaceleração
AMN	EA / ECON-FIN	MOF	
MISC	MAN	MOF / FRAGR	
MISC	R-GOV	MOF / NON CRITIC	Negatividade da mídia
MISC	MAN	NÃO CRÍTICO	
M/L/I	MAN	NÃO CRÍTICO	
MISC	NA	NÃO CRÍTICO	

Resumindo, os resultados deste estudo de conteúdo jornalístico atuam para confirmar a relevância de certos conceitos e questões apresentados na literatura pertinente, conforme acima discutido.

Por exemplo, o estudo descobriu: uma grande dependência das várias partes do sector imobiliário em fontes parciais, incluindo os bancos; a reportagem não crítica dessas fontes (e uma “influência da fonte” relacionada); uma orientação voltada para o mercado (e não para a sociedade) sobre questões de habitação e de imóveis. Para citar um caso, a inflação nos preços de aluguéis e casas foi visto como algo positivo.

Houve poucas críticas a respeito do superfaturamento de algo que se apresenta como uma necessidade humana básica. Questões estruturais, tais como planejamento ou superprodução, foram completamente ignoradas. Em uma orientação com bases profundamente ideológicas, a ideia de uma bolha imobiliária, ou *crash*, foi constantemente afastada. Além disso, nenhuma ligação foi feita entre os relatórios de corrupção de políticos irlandeses (chegando ao primeiro-ministro) e políticas ou resultados.

5.3 A cobertura do Irish Times e do Irish Independent sobre a Habitação na pré-eleição 2007

Este estudo examinou a cobertura realizada entre 1º e 25 de maio de 2007 pelo *Irish Times* e pelo *Irish Independent*, em torno das questões de habitação e imóveis. Este período foi escolhido por duas razões. Em primeiro lugar, a queda no preço dos imóveis começou no segundo trimestre de 2007; e segundo, porque tal acontecimento coincidiu com as eleições gerais, realizadas no dia 24 de maio.

Três das principais questões em pauta nas eleições giravam em torno de habitação e imóveis. Uma delas foi o problema da “acessibilidade” para a compra de imóveis, incluindo a falta de “habitações populares e econômicas” para um número crescente de pessoas incapazes de comprar imóveis do mercado livre. Outro problema foi a abolição da taxa de impostos sobre a compra de casas. Este foi um método orientado do mercado de resolver a crise de acessibilidade ao invés de métodos estatais como a construção de casas, ou levar a um método de regulamentação como controlar os

preços. Finalmente, a terceira questão foi a do tribunal *Mahon*, uma investigação judicial sobre corrupção envolvendo o então primeiro-ministro Bertie Ahern TD e um número de promotores imobiliários.

Esta eleição foi a última oportunidade de debate, na “esfera pública”, sobre a bolha imobiliária antes do *crash*, e certamente a última oportunidade para as pessoas votarem. Portanto, este momento é encarado como um “momento crítico de discurso” (CARVALHO, 2008, p. 167), onde a discussão sobre as questões em torno da habitação e do mercado imobiliário poderiam e deveriam ter sido debatidas e discutidas.

5.4 Cobertura, Conteúdo e Discurso: Seções Específicas do Irish Times e do Irish Independent

5.4.1 Cadernos de Imóveis Residenciais

Em ambos os jornais, o tipo de artigo mais presente era aquele que descrevia imóveis e terrenos para venda. Em nenhum dos artigos descritivos foi oferecida qualquer análise ou crítica. Questões de preço e valor não foram consideradas, nem mesmo sobre o superfaturamento das casas. O tipo de linguagem utilizada pode ser descrito como aquele utilizado nos discursos de agentes imobiliários, o que não é surpreendente, já que eles são a maior fonte de informação.

No *Irish Times*, curiosamente, a maioria dos imóveis anunciados em seus artigos estava na categoria dos “multimilhões” de euros. Foi a dominância desse tipo de imóvel que recebeu, no jornalismo, o termo coloquial “*property porn*” [“propriedade pornô”, em tradução livre, por conta de seus altos valores]. O único conselho feito pelo *Times* sobre a compra de imóveis (e o único artigo desse tipo existente nas quatro edições) indaga se comprar um apartamento “vale o investimento” (17 de maio). Este artigo aborda tanto o “comprador de primeira viagem” quanto o que compra para se tornar um investidor, que compra e vende, típico especulador imobiliário, no entanto, toma o investidor como preferência. A única análise dos preços de imóveis é feita no artigo do dia 17 de maio por Marc

Coleman, o editor de Economia do *Irish Times*, em que ele escreve: “faça as contas – os preços das casas não estão tão altos quanto pensamos” (*Irish Times: Market View*, 17/5/2007). O fato de que a questão de acessibilidade de imóveis para trabalhadores e pessoas da classe média tenha sido uma controvérsia nas eleições coloca em discussão se este artigo é um argumento ideológico em defesa dos preços elevados de propriedade. Além disso, visto que o artigo foi escrito pelo editor de economia, tal artigo certamente questiona a posição editorial do *IT*.

Em ambos os jornais, o planejamento imobiliário foi relatado de maneira inteiramente acrítica e sem qualquer questionamento a respeito de sua necessidade.

A grande maioria das fontes citadas nestes cadernos era de agentes imobiliários. Quando não, as fontes proviam de lobistas, bancos ou economistas que trabalhavam para os agentes imobiliários. No *Irish Independent*, apenas três artigos dos 134 usou um comprador de imóvel como fonte, no entanto, em dois destes artigos os compradores das casas foram apresentados como exemplos de porque comprar sua propriedade, ao invés de apresentar qualquer informação crítica. No *Irish Times*, tais fontes não foram utilizadas. A respeito das políticas de governo, houve um apoio massivo para a abolição dos impostos, sem que fosse questionado se essa política iria funcionar. Por exemplo, em um artigo do *II* (“Políticos e incorporadores imobiliários atraem consumidores de volta ao mercado”, 07/04/2011) está evidentemente declarado, sem que haja nenhuma evidência, que ‘um grande aumento nas vendas de imóveis novos e de segunda-mão é esperado como resultado das promessas da Fianna Fail [Partido Republicano da Irlanda, herdeiro político da hegemonia construída após a Guerra de Independência] de redução das taxas de impostos e da bonificação dos juros de hipotecas, bem como uma nova gama de atrativos, incluindo carros, que estão sendo oferecidos pelos construtores’.

O elemento classe, dentro das seções de imóveis, torna-se evidente em um artigo do *II* sobre aluguéis de imóveis (“Inquilinos podem ser uma fonte de estresse”, 04/05/2007). Ironicamente,

somos informados de que “os investidores imobiliários irlandeses estão entre os mais experientes do mundo!”. Não há menção sobre a possibilidade de proprietários colocarem seus inquilinos sob estresse (eles têm o poder de expulsar os seus inquilinos sem motivo, com somente um mês de aviso), nem sobre a falta de regulamentação ou a segurança de estabilidade no setor de aluguéis privados.

Em nenhum das seções de imóveis de ambos os jornais havia sequer uma reportagem sobre a corrupção no mercado imobiliário. Isto evidencia o foco dado ao lado político da corrupção, ignorando o lado da indústria. Não houve artigos discutindo problemas como o congestionamento de tráfego, nem serviços – ou falta deles –, como, por exemplo, escolas. Todas estas foram questões apresentadas durante a eleição geral. O problema da acessibilidade foi discutido em apenas um artigo, no *II* (“Acessibilidade é o grande problema”, 25/05/2011) que, no entanto, evidencia o mercado em vez do social e não há nenhuma tentativa de criticá-lo.

5.4.2 Imóveis Comerciais

Em ambos os jornais, a tendência geral expressava uma abordagem não crítica ao mercado imobiliário comercial. Quase todas as referências ao mercado foram positivas. Não houve qualquer questionamento a respeito da possibilidade de existir um excesso de oferta no mercado. Na verdade, dois artigos do *II* argumentaram que a “suboferta” era um problema (“Espaço limitado para movimentar-se”, 02/05/2007; “Dublin finalmente possui uma quantidade suficiente de hotéis?”, 23/05/2007). A maioria das reportagens não críticas dos jornais foi escrita por agentes imobiliários, economistas e outros profissionais que trabalhavam para agências imobiliárias. Todas as reportagens sobre imóveis comerciais disponíveis para venda ou aluguel foram escritas de forma acrítica. Ao relatar os crescentes preços dos terrenos comerciais, não há sequer uma discussão sobre a possibilidade de surgimento de uma bolha imobiliária. Da mesma maneira, foi ignorada a possibilidade de existência de um excesso de oferta ou do surgimento de bolhas nos espaços comerciais de Dublin. Não houve registro das acusações de corrupção envolvendo promotores imobiliários acerca do tribunal *Mahon*.

5.4.3 Negócios e Finanças

As seções de negócios e finanças de ambos os jornais, ao reportarem sobre perspectivas do futuro, refutaram a possibilidade de um *crash*. Quando uma perspectiva negativa é apresentada, é feita em termos de uma “desaceleração” ou de uma “aterrissagem suave”. Por exemplo, Dan McLaughlin (chefe do Banco da Irlanda) é citado sem nenhuma crítica pelo *IT* por ter dito que: “nos últimos anos tivemos exemplos de aterrissagens suaves após bolhas imobiliárias na Inglaterra, na Austrália e nos EUA”. Um único artigo do *IT* alertou para uma crise imobiliária (“Economista adverte para ‘estouro’ no setor imobiliário”, 22/5/2007), no entanto, ao contrário dos artigos positivos, este foi recebido com fortes críticas. Além disso, quando uma desaceleração ou “aterrissagem suave” eram citadas, questões estruturais – como a especulação e a superprodução – foram ignorados. Por exemplo, no dia 10 de maio o *IT* notificou de maneira não crítica que o presidente do grupo *McInerney*, Ned Zullivan, anunciou na reunião anual do grupo que a demanda imobiliária na Irlanda permanecia “estável”, apesar da cautela dos compradores; enquanto Marc Coleman, editor de economia do *IT* (“Imóvel, um problema tributário”, 2007/11/05) argumentou que os preços dos imóveis não diminuiriam, embora menos imóveis afetariam a base tributária. O *II* repetiu o quadro (“História da Semana: sucessivas previsões sobre a construção de casas – mas quem está certo?”, 05/05/2007).

Um assunto recorrente na seção de finanças é a falta de conexão entre o “local” e o “global”, especificamente quando o *IT* relata sobre a crise espanhola (de uma forma mais crítica), sem tirar conclusões de como tal crise afetaria o mercado irlandês.

Transações bancárias e empréstimos são uma importante área dentro da lógica da propriedade imobiliária, visto que, na realidade, empréstimos são adquiridos assim como uma propriedade. Além disso, como visto na revisão de literatura, foi a desregulamentação dos bancos e a disponibilidade de crédito internacional barato que alimentou a bolha especulativa. Mais uma vez percebe-se reportagens não críticas, com pouco ou nenhum questionamento a respeito das declarações de instituições privadas de crédito ou seus porta-vozes.

Curiosamente, vemos alguns artigos não críticos sobre a chegada de empresas de empréstimo *sub prime* na Irlanda (por exemplo, *Irish Times*: “Mercado *Sub Prime* Acena” 2007/04/05). O fato de que o *IT* tenha relatado acriticamente esse acontecimento, mesmo nesta fase final, mostra uma grave falta de capacidade de investigar até mesmo as histórias mais óbvias. Mais uma vez, enquanto os jornais reportaram problemas de *sub primes* nos Estados Unidos (*Irish Times*: “UBS fecha fundo deficitário”, 05/04/2007), fracassaram em tirar quaisquer conclusões sobre a situação irlandesa. O trabalho ignora os problemas sociais causados pelas inovações do *sub prime* tais como a “liberação da equidade” (*equity release*) de hipotecas de casas livres e a conduta de companhias *sub prime* quando seus clientes inevitavelmente não pagam.

Outro quadro interessante que prevaleceu nas últimas três semanas que antecederam as eleições foi a negatividade da mídia perante a economia, “colocando-a” numa crise. Este quadro idealista vê o maior problema do mercado imobiliário irlandês não como um problema de acessibilidade, superfaturamento ou superprodução, mas onde a falta de confiança é o fator de risco. Isso se encaixa na orientação mercantil dos jornais, onde o valor de troca da propriedade é mais importante do que a capacidade dos consumidores de pagar pelos seus imóveis. Isso faz parte de um quadro ainda mais amplo, o de “confiança do consumidor”, onde os problemas na economia de demanda são rebaixados a problemas de “confiança” ao invés de questões materiais reais.

Em um artigo intitulado “Confiança do consumidor mais alta, mas frágil” (*Irish Independent*, 01/05/2007) o economista Jim Power, que segue o raciocínio da máxima “amigos primeiro”, é citado por ter atacado reportagens negativassobre a economia, sustentando que as críticas poderiam afetar a confiança do consumidor e prejudicar a economia real. Ironicamente, ele próprio foi, mais tarde, um dos precursores em exigir cortes nos salários e redução nas condições dos funcionários públicos, que prejudicariam gravemente a economia real. Em 12 de maio (*Irish Independent*: “Economia ‘pode ser considerada com baixo crescimento’”), o economista-chefe do *Bank of Ireland*, Dan McLaughlin, é citado sem análises ao dizer

que comentários críticos são infundados e perigosos. No dia 17, os leitores ainda são alertados sobre “O perigo em falar-se sobre uma desaceleração”. É-nos dito:

O problema, conforme identificado por McLaughlin e outros economistas, é que há pouca evidência de que estamos caminhando para uma desaceleração. Na realidade, a maioria dos dados econômicos lançados nas últimas semanas aponta para a direção oposta.

Neste longo artigo, nada menos que dois economistas bancários, dois economistas da companhia de finanças e um lobista de imóveis que foram entrevistados nos dizem que estamos diante de uma moderação ou, na pior das hipóteses, de uma desaceleração.

Este quadro elitista é melhor colocado por Stockbrokers Goodbody, economista sênior de O’Leary Dermot, que afirma: “Os consumidores irlandeses têm se mostrado muito instáveis em termos de sua confiança, reagindo à rotação negativa da mídia”, (“‘Conjuntura crítica’ para a economia ao passo que o crescimento desacelera”, 05/03/2007). Curiosamente, este comentário desaprovativo não tinha a sua origem no *Irish Times* nem no *Irish Independent*.

O *Irish Independent* (ao contrário do *Irish Times*) pelo menos percebeu que há um custo maior para o alto valor dos aluguéis (*Irish Independent*: “A moda variável do dinâmico mercado de varejo feminino”, 09/05/2007; “Uma desconexão entre trabalho e dinheiro”, 10/05/2007). E o alto custo da habitação, visto que até mesmo lobistas de empresas admitem que os trabalhadores precisam viver em algum lugar (*Irish Independent*: “ISME diz que salários em espiral irão abater-se sobre empregos”, 09/05/2007; “Economia poderia se corrigir ao elevar as taxas de juros”, 17/05/2007) Contudo, antes de pensar que, o *II* adota uma posição mais suave acerca dos salários dos trabalhadores, é de se notar que os artigos critiquem antes de tudo a “má atitude” dos trabalhadores e argumentem a favor da abolição de qualquer relação entre os salários e a inflação. Em “O preço das casas deve cair para torná-las acessíveis novamente” (23/05/2007), mais um agente econômico imobiliário de visão abrangente afirma: “O preço das CASAS deve diminuir para torná-las acessíveis novamente, e cortes na taxa de impostos não irão ajudar”. E:

Estamos apenas relatando os fatos conforme os vimos. Não há motivos para aumentar as coisas. O rápido aumento das taxas de juros colocou um vão enorme na acessibilidade e todos precisam se ajustar a essa realidade.

Isto é, contudo, uma visão muito mais orientada pelo mercado do que uma visão social ou pessoal a respeito dos altos preços das casas.

Este artigo não deve distrair das várias reportagens de teor positivo publicadas pelo *II*, apoiando o aumento dos preços de aluguéis e casas, como, por exemplo, no dia 10 (“Aluguéis de escritórios europeus sobem”, 10/05/2007). O artigo descreve o aumento dos aluguéis de escritório em 7,2% por ano, por cinco anos consecutivos, como “afundamento”.

Em ambos os jornais, as maiores fontes de informação vêm de economistas de bancos ou finanças. Outras fontes incluem lobistas de organizações empresariais, relatórios bancários e algumas fontes do governo. Todas as fontes são relatadas de forma acrítica e pelo valor nominal. Não há fontes que possuem algum valor para o mercado imobiliário ou lobistas de inquilinos (*lobbyists of tenants*). O relatório sobre negócios é totalmente acrítico.

Não há cobertura jornalística a respeito do tribunal *Mahon* e das investigações de corrupção entre os políticos (incluindo altos cargos políticos, como o primeiro-ministro) e os principais atores da indústria imobiliária. Isto sublinha a relação quiescente e acrítica da seção de negócios dos jornais com as fontes de negócios, e da separação do público e do privado em termos de corrupção.

5.4.4 Opinião

Alguns artigos nas seções de opinião do *IT* criticavam alguns resultados do mercado imobiliário, embora com um senso de “equidade” ou visão de “caridade”, ao invés de um questionamento sobre as estruturas ou poder. Isto é compatível com a natureza culturalmente liberal do *IT* (que poderia ser chamado de “consciência” da burguesia irlandesa). Ele também aponta para uma contradição – se não cinismo – do jornal em publicar algumas críticas amenas na seção de opinião enquanto as seções financeiras,

imobiliárias e as notícias continuavam a ser uma parte integrada do sistema de mercado imobiliário. Uma notícia no *II* apontou para as dificuldades dos altos aluguéis sobre os jovens profissionais, que estão sendo forçados a compartilhar quartos em seus vinte e trinta anos (“Aluguel? Astronômico. Depósito? Alucinante. Demanda? Ridícula. Um quarto por conta própria? Sem preço”, 25/05/2007).

5.4.5 Notícias

Pode-se argumentar que uma orientação voltada para o mercado é a visão natural para as finanças, negócios e para os cadernos imobiliários (ainda que um exame mais crítico possa ser afetado). Mas a seção de notícias deve conter uma visão social e não inclinar-se para um único setor da sociedade. No entanto, as evidências apontam para uma orientação voltada ao mercado nas seções de notícias, com artigos normalmente positivos em relação ao mercado, falando em “crescimento” e não em inflação. Por exemplo, no dia 23 (*Irish Independent*: “Ganhe a orelha do bebê” [*Earn baby ear*], 23/05/2007) lê-se “se você está procurando acumular, é hora de especular”.

Em questões políticas, é óbvio que a acessibilidade dos imóveis foi um grande problema devido à prevalência de discrepâncias nos diferentes manifestos partidários. Isso não acontecia nas seções de imóveis e de negócios. Além disso, a questão da acessibilidade à habitação (devido à bolha de inflação) parece vir diretamente de afirmações de políticos e manifestos políticos, em vez de provir de relatórios sobre a acessibilidade em si.

Sobre a questão da corrupção política, um quadro nítido pôde ser encontrado. No *IT*, em todos os 28 relatos de corrupção presentes nas notícias, nenhuma conexão é estabelecida entre a corrupção, a especulação, o rezoneamento e a bolha imobiliária. No *II*, dos 29 artigos apenas um discutiu os possíveis efeitos de tal corrupção, e somente através de citações do líder do Partido Verde. Aliás, apenas um breve relato mencionou a corrupção do ponto de vista dos negócios, sendo novamente através de uma citação do líder do *People Before Profit Alliance*. Os artigos restantes cobriram os escândalos de corrupção somente do ponto de vista político, considerando o impacto sobre as chances eleitorais de Bertie Ahern, ignorando

completamente os efeitos econômicos e sociais de tal corrupção. Em seis artigos políticos, uma ligação entre o mercado imobiliário e a corrupção é feita por alguns políticos da oposição, embora, às vezes, muito fracamente.

O declínio do preço das casas antes das eleições recebeu pouca atenção da imprensa, e representou mais discussões sobre receitas de impostos do que sobre si mesmo. Isto até o dia 25 (um dia após as eleições gerais), onde, na primeira página, é tardiamente proclamado: “A bolha imobiliária acaba e inflação está para subir, diz OCDE” (25/5/2007).

5.5 Principais Características e Tendências nas reportagens dos jornais Irish Times e Irish Independent

- A grande maioria dos artigos expõe a questão do mercado com uma visão voltada para o mercado: ou seja, o valor de troca está acima do valor de uso.
- Aluguéis em espiral (*Spiralling rents*) eram ignorados ou barrados, com somente um artigo relatado nas seções financeiras.
- Aluguéis de residências privadas, quando noticiados, eram encarados somente do ponto de vista de locações de curto prazo. Somente um artigo crítico, com ponto de vista dos inquilinos, foi achado.
- Não houve crítica alguma a respeito do preço das casas nas seções de imóveis, e quase nenhuma nas seções de finanças, opinião ou notícias.
- Um quadro de estímulo também pôde ser visto nas reportagens não críticas das seções de imóveis residenciais.
- Sempre que os preços altos eram criticados, era a partir do ponto de vista do mercado, e não dos custos para os consumidores ou para a sociedade em geral.

- Artigos sobre imóveis residenciais – com visão voltada para o social – surgiram a partir de relatórios sobre manifestos políticos, ao invés de reportagens do *Irish Times*.
- A questão da acessibilidade (ou a falta dela) era apontada pelos manifestos políticos, e não pelas reportagens de jornais.
- Mesmo nas reportagens sobre manifestos, a visão era frequentemente focada no mercado e não nos efeitos sociais.
- Especialmente nas seções de finanças, os jornais minimizaram as advertências de um *crash* no mercado e agiram de forma defensiva.
- Declarações de agentes bancários, de hipotecas e das indústrias de bens imobiliários e de construção foram noticiadas de forma acrítica.
- Uma forte influência de fontes existia desde “cima”.
- Nas seções financeiras e de imóveis, somente fontes de agentes imobiliários, promotores ou setores financeiros foram utilizadas.
- Alguns políticos também foram utilizados como fontes nas seções de notícias, incluindo alguns da oposição e críticos, mesmo que tenham sido a minoria.
- Houve poucas fontes críticas provindas de compradores de casas ou inquilinos de habitações privadas (fontes de valor de uso).
- Quando reconhecida a possibilidade de uma recessão, a visão de uma ‘desaceleração’ foi quase exclusivamente privilegiada. Além disso, uma desaceleração ainda com taxa

de crescimento positiva, em vez de uma queda negativa.

- Questões estruturais, tais como superprodução, excesso de zoneamento e o custo crescente dos terrenos e imóveis foram completamente ignorados.
- Quando os problemas de acessibilidade foram reconhecidos, soluções orientadas para o mercado receberam muito mais cobertura do que outros tipos de soluções.
- Isso pôde ser percebido através do alívio fiscal para os consumidores ou para o subsídio de casa própria (a preço de mercado) por parte do Estado. As prestações diretas ou regulamentadas receberam menos notificações.
- Nenhum dos artigos sobre corrupção política questionou as repercussões de tal corrupção (por exemplo, na regulação ou na política fiscal), tanto no mercado imobiliário quanto na sociedade irlandesa.
- Não houve notícias sobre a lógica de poder entre promotores imobiliários, financiadores e políticos seniores (possivelmente porque o *Irish Times* fazia parte desse círculo?).
- Não se estabeleceu uma conexão entre o global e o local. Embora o *Irish Times* tenha relatado problemas de habitação na Espanha e nos EUA, tomou como irrelevante a possibilidade de tal acontecimento se repetir na Irlanda. O jornal também publicou relatórios acríticos e positivos a respeito da chegada do *sub prime* na Irlanda, logo após o *crash* norte-americano.
- Tais reportagens somente estavam na seção de negócios para realçar uma orientação voltada para o mercado ao invés de uma voltada ao social.

5.5.1 Discursos ideológicos neoliberais na cobertura

Jornalística imobiliária

A pesquisa descobriu alguns discursos fundamentais do neoliberalismo nas reportagens do Irish Times, conforme acima discutido. Os conceitos-chave incluem uma orientação voltada para o mercado, o valor de troca acima do valor de uso, reportagens acríicas sobre o mercado e suas fontes, finalmente, silêncios significativos (ver a seguir).

Orientação voltada para o mercado	Em imóveis, imóveis comerciais, seções financeiras, assim como seções de notícias. Soluções de mercado preferidas às soluções estatais ou outras. Políticas que levam em consideração o mercado, e não o social.
Valor de Troca acima do Valor de Uso	Nos cadernos de imóveis e nas seções de finanças, os preços eram levados mais em conta pelo valor futuro de troca do que pelo valor de uso.
Reportagem não crítica	Todas as descrições de imóveis feitas de maneira não crítica. Nenhuma consideração de que os preços de casas ou imóveis pudessem estar inflacionados. Todo o planejamento noticiado sem críticas.
Discurso de incentivo	Reportagens sobre casas à venda feitas como uma maneira de estimular o desejo para a aquisição.
Imaginação Fragmentada	Nenhuma conexão entre corrupção política e a política pró-desenvolvimento. Nenhuma conexão entre as crises imobiliárias na Espanha, nos EUA e na Irlanda. Nenhuma investigação na entrada do sub prime no mercado irlandês (mesmo após o crash dos EUA)
Silêncios Significativos	Nenhuma consideração sobre problemas estruturais ou planejamentos e produções excessivas. Nenhuma consideração acerca dos preços de imóveis para os compradores. Nenhuma fonte/citação da perspectiva do “valor de uso”, como de donos de imóveis ou inquilinos. Nenhuma consideração sobre o custo da inflação imobiliária para a sociedade ou economia.
Fontes do viés dos líderes empresariais	Todas as fontes foram relatadas de forma não crítica.

Tabela 3. Conceitos fundamentais do neoliberalismo descobertos nas reportagens do Irish Times sobre habitação e imóveis

6. [Breves] Comentários Conclusivos

Neste trabalho, foi estabelecida, através da literatura, a

importância do processo comunicativo como parte integrante do sistema do mercado. Os meios de comunicação, como parte do processo comunicativo, desempenham um papel importante no sistema de mercado, nas crises desse sistema e, particularmente, nas crises de superprodução. Os meios de comunicação, como parte deste processo comunicativo, atuam de uma forma dialética ou reflexiva, tanto na divulgação de informações sobre mercados quanto de maneira ideológica, onde os interesses do mercado são privilegiados acima dos outros.

Para investigar de maneira empírica, foram analisadas as reportagens de maio de 2007 do *Irish Times* e do *Irish Independent* sobre imóveis residenciais. Este foi um período crítico, tanto pela política e pelo ciclo do mercado imobiliário, quanto pela aproximação do ponto de inflexão para o colapso do mercado imobiliário irlandês. A pesquisa percebeu que os jornais atuaram como fornecedores de informações não críticas sobre o mercado imobiliário e trataram o assunto de maneira "ideológica", apontando a habitação como uma *commodity* e não como uma necessidade social. Eles não só foram acríticos a respeito dos problemas sociais que as habitação de alto custo trariam, como permaneceram cegos à possibilidade de uma enorme bolha e *crash*. Os jornais pareceram agir mais como "capacitadores" do mercado do que "cães de guarda" da sociedade, deixando o povo irlandês mal preparado para a crise que estava apenas poucos meses à frente.

Tanto em seu papel de difusor de informação quanto em sua maneira de lidar com notícias, ambos os jornais encorajaram a especulação imobiliária e reduziram qualquer possibilidade negativa àqueles envolvidos em especulação imobiliária, enquanto ignoravam o custo social que a inflação traria para toda a população não envolvida na especulação. Isso sem citar o custo social da crise que ainda está por vir.

Em um artigo recente, Wayne Hope (2010, p. 664) observa que "apesar da evidência histórica dos ciclos financeiros de expansão e recessão, e a inevitabilidade do colapso de crédito, jornalistas financeiros negligenciaram a fragilidade de todo o sistema do da bolha do sub prime de habitação". Podemos apenas concluir que o

Irish Times não só ignorou a possibilidade de um crash, mas também agiu para minimizar sua possibilidade. Pode-se suspeitar que isso aconteceu devido à posição do jornal como principal anunciante no mercado imobiliário. No entanto, essa não parece ser a história completa, pois o jornal parecia mostrar um nível ideológico mais profundo de valores neoliberais e pressupostos normativos que vai além dos simples interesses pessoais e do âmago dos valores do próprio Irish Times.

Referências

ALLEN, Kieran. **Ireland's economic crash: A radical agenda for change**. Dublin: The Liffey Press, 2009.

ALMIRON, Nuria. **Journalism in crisis: Corporate media and financialization**. Cresskill, New Jersey: Hampton Press, 2010.

ARRIGHUI, Giovanni. Hegemony unravelling - 2. **New Left Review**, London, n. 33, p. 83-116, maio-jun. 2005.

BENSON, Rodney. Bringing the sociology of media back in. **Political Communication**, London, v. 21, n. 3, p. 275-292, 2004.

BLOOMBERG, Finbarr; BRENNAN, Joe. **Irish central bank sees 60% drop in adverse case**. Disponível em: <<http://www.bloomberg.com/news/2011-03-16/irish-central-bank-stress-tests-sees-house-prices-falling-55-.html>>. Acesso em: 16 mar. 2010.

BRAWN, Derek. **Ireland's house party: What estate agents don't want you to know**. Dublin: Gill and Macmillan, 2009.

CARVALHO, Anabela. Media(ted) discourse and society: Rethinking the framework of Critical Discourse Analysis. **Journalism Studies**, London, v. 9, n. 2, p. 161-177, 2008.

CAWLEY, Anthony. Sharing the pain or shouldering the burden? news-media framing of the public sector and the private sector in Ireland during the economic crisis, 2008-2010. **Journalism Studies**, London, v. 13, n. 4, 2010.

CLARKE, Simon. The marxist theory of overaccumulation and crisis. **Science & Society**, New York, v. 54, n. 4, p. 442-467, 1990.

CLARKE, Simons. The globalisation of capital, crisis and class struggle. **Capital & Class**, Limerick, v.25, n. 3, p. 93, 2001.

EAGLETON, Terry. **Ideology: An introduction**. London; New York: Verso, 1991.

ENTMAN, Robert M. Towards clarification of a fractured paradigm. **Journal of Communication**, London, v. 43, n.4, p. 51-68, dez. 1993.

ENTMAN, Robert. M. **Projections of power: Framing news, public opinion and and US foreign policy**. Chicago: University of Chicago Press, 2004.

FAHY, Declan; O'BRIEN, Mark; POTI, Valerio. From boom to bust: A post celtic tiger analysis of the norms, values and roles

of Irish financial journalists. **Irish Communications Review**, Dublin, v. 12, 2010.

FAIRCLOUGH, Norman. Critical discourse analysis as a method in social scientific research. In: WODAK, Ruth; MEYER, Michael (Orgs.), **Methods of critical discourse analysis**. London: SAGE, 2007. p. 121-138.

FICHTENBAUM, Rudy; SHAHIDI, Hushang. Marx and Keynes? Marx or Keynes? A comment. **Journal of Economic Issues**, Salisbury, v. 21, n.1, p. 467-470, 1987.

FUCHS, Christian. Grounding critical communication studies: An Inquiry Into the Communication Theory of Karl Marx. **Journal of Communication Inquiry**, Iowa, v. 34, n. 1, p. 15-41, 2009a.

FUCHS, Christian. Some theoretical foundations of critical media studies: Reflections on Karl Marx and the media. **International Journal of Communication**, California, v. 3, p. 369-402, 2009b.

GARNHAM, Nicholas. Contributions to a political economy of mass communication. **Media, Culture & Society**, v. 1, n. 2, p. 122-146, 1979.

GRAMSCI, Antonio. In: HOARE, Quinn; SMITH, Geoffrey. Nowell (Orgs.). **Selections from the prison notebooks of Antonio Gramsci (1929-35)**. New York: International Publishers, 2003.

HARVEY, David. **A brief history of neoliberalism**. Oxford: Oxford University Press, 2005.

HARVEY, David. **The enigma of capital: And the crises of capitalism**. London: Profile, 2010.

HERMAN, Edward S. The institutionalization of bias in economics. **Media, Culture & Society**, n. 4, p. 275-291, 1982.

HOPE, Wayne. Global Financial Crisis: Time, communication and financial collapse. **International Journal of Communication**, California, n. 4, p. 649-669, 2010.

IRISH Independent. Future shock - property crash - the reaction. Dublin, 2007.

JESSOP, Bob. Liberalism, neoliberalism and urban governance: A state theoretical perspective. **Antipode**, v. 34, n. 3, p. 452-472, 2002.

KIRBY, Peadar. Raising the larger questions: Challenges for

the social sciences in post-celtic tiger ireland. In: CONFERENCE 'AFTER THE CELTIC TIGER', Dublin City University, 2008.

KITCHJIN, Rob et. al. A haunted landscape: Housing and ghost estates in post-celtic tiger ireland. **Working Paper Series**, n. 59, NIRSA, p. 1-66, 2010.

MARX, Karl. *Capital*; volume one; A critique of political economy. London: Penguin Classics, 1976.

MARX, Karl. **Capital, volume two**: The process of circulation of capital. London: Penguin in associaton with New Left Review, 1992.

MARX, Karl. **The poverty of philosophy**. New York: International Publishers, 1963.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **The communist manifest**. Rendlesham, UK: The Merlin Press, 1998.

McCABE, C. **Sins of the fathers**: Tracing the decisions that shaped the Irish economy. Dublin: History Press Ireland, 2011.

MEDIABITE. **The elephant in between the property ads**. Disponível em: <http://www.mediabite.org/article_The-Elephant-in-between-the-property-ads_665274077.html>. Acesso em: 08 nov. 2011.8/11/2011,

MEDIABITE. **The media and the banking bailout**. Disponível em: <http://www.mediabite.org/article_The-Media-and-the-Banking-Bailout_679566551.html>. Acesso em: 09 ago. 2011.

MILIBAND, Ralph. **The state in capitalist society**. Weidenfeld & Nicolson, 1969.

NORRIS, Michelle; COATES, Dermot. **How housing killed the celtic tiger**: Anatomy, consequences and lessons of ireland's mortgage boom and bust, 2000-2009. Unpublished manuscript, 2010.

NYBERG, Peter. **MISJUDGING RISK: CAUSES OF THE SYSTEMIC BANKING CRISIS IN IRELAND - REPORT OF THE COMMISSION OF INVESTIGATION INTO THE BANKING SECTOR IN IRELAND**. Dublin: Government Publications, 2011.

PRESTON, Paschal; SILKE, Henry. **Ideology, reflexivity and innovation in journalism?** Role of the news media in Ireland's property bubble and financial crash. In: IAMCR, Istanbul, Turkey,

2011a.

PRESTON, Paschal; SILKE, Henry. Market 'realities': De-coding neoliberal ideology and media discourses. **Australian Journal of Communications**, Brisbane, v. 38, n. 3, p. 47-64, 2011b.

PRESTON, Paschal. **Making the news: Journalism and news cultures in contemporary europe**. New York: Routledge, 2009.

RICHARDSON, John E. **Analysing newspapers : An approach from critical discourse analysis**. New York: Palgrave Macmillan. Disponível em: <<http://www.loc.gov/catdir/enhancements/fy0665/2006048541-b.html>>; <<http://www.loc.gov/catdir/enhancements/fy0665/2006048541-d.html>>; <<http://www.loc.gov/catdir/enhancements/fy0665/2006048541-t.html>>. Acesso em: 28 jul. 2007.

RTE Business. **MyHome.ie sold to irish times for €50m**. Disponível em: <<http://www.rte.ie/business/2006/0728/myhome.html>>. Acesso em: 28 jul. 2007.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Business cycles - A theoretical, historical and statistical analysis of the capitalist process**. New York: McGraw-Hill, 1939.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **History of economic analysis**. New York: Oxford University Press, 1954.

THE GUARDIAN. Grim outlook for irish property market. **The Guardian**, Londres, 16 mar. 2010.

THOMPSON, Peter A. Making the world go round? Communication, information and global trajectories of finance capital. **Southern Review**, Melbourne, v. 36, n. 3, p. 20-43, 2003.

WALLERSTEIN, Immanuel. After developmentalism and globalization, what? **Social Forces**, p. 1263-1278, 2005.

SOBRE OS AUTORES

Bruno Lima Rocha

Bruno Lima Rocha é doutor e mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), jornalista graduado na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e docente de Comunicação Social na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) e de Relações Internacionais da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM-Sul). Membro-pesquisador do Grupo CEPOS, atualmente seu vice-líder e coordenador do Núcleo Interdisciplinar de Estudos da Globalização Transnacional e da Cultura do Capitalismo (NIEG), e membro do conselho fiscal do capítulo Brasil da União Latina da Informação, Comunicação e da Cultura (ULEPICC-Brasil). E-mail: blimarocha@gmail.com.

Anderson David Gomes dos Santos

Jornalista graduado em Comunicação Social pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL), mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Membro-pesquisador do Grupo CEPOS. E-mail: andderson.santos@gmail.com

Marta Reckziegel

Estudante de Jornalismo na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). E-mail: martareck@hotmail.com

Jéssica Mariah Grohman Finger

Estudante de Publicidade e Propaganda na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). E-mail: jessikfingre@gmail.com.

Ricardo Vernieri de Alencar

Doutorando em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Possui graduação em administração

pela Universidade Católica de Pernambuco (1993) e mestrado em Administração pela Universidade Federal da Paraíba (2002). É professor da Universidade Estadual do Piauí. E-mail: vernieri@hotmail.com

César Ricardo Siqueira Bolaño

Possui graduação em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela Universidade de São Paulo (1979), mestrado em Ciência Econômica pela Universidade Estadual de Campinas (1986) e doutorado em Ciência Econômica pela Universidade Estadual de Campinas (1993). Atualmente é professor associado III da Universidade Federal de Sergipe. Líder do Grupo de Pesquisa Comunicação, Economia Política e Sociedade (CEPOS) e presidente da Associação Latino Americana de Investigadores da Comunicação (ALAIC).

Henry Silke & Paschal Preston

Pesquisadores da Escola de Comunicação da Dublin City University (DCU). Endereço eletrônico de Henry Silke: henrysilke@gmail.com.

Márcia Turchiello Andres

Mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), graduada em Comunicação Social – Jornalismo pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ). Atualmente é jornalista na TVE e professora na Escola de Educação Profissional Zona Sul e no Instituto Educacional do Rio Grande do Sul (IERGS). E-mail: <marciaturchiello@hotmail.com>.

Ana Maria Oliveira Rosa

Mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), graduada em Jornalismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: <anamariaoliveirarosa@yahoo.com.br>.

Alexon Gabriel João

Mestre em Ciências da Comunicação e jornalista graduado pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). E-mail: <alexon_gabriel@ig.com.br>

Rafael Cavalcanti Barreto

Jornalista graduado em Comunicação Social pela Faculdade Integrada Tiradentes (FITS). E-mail: <butigahn@hotmail.com>.

